



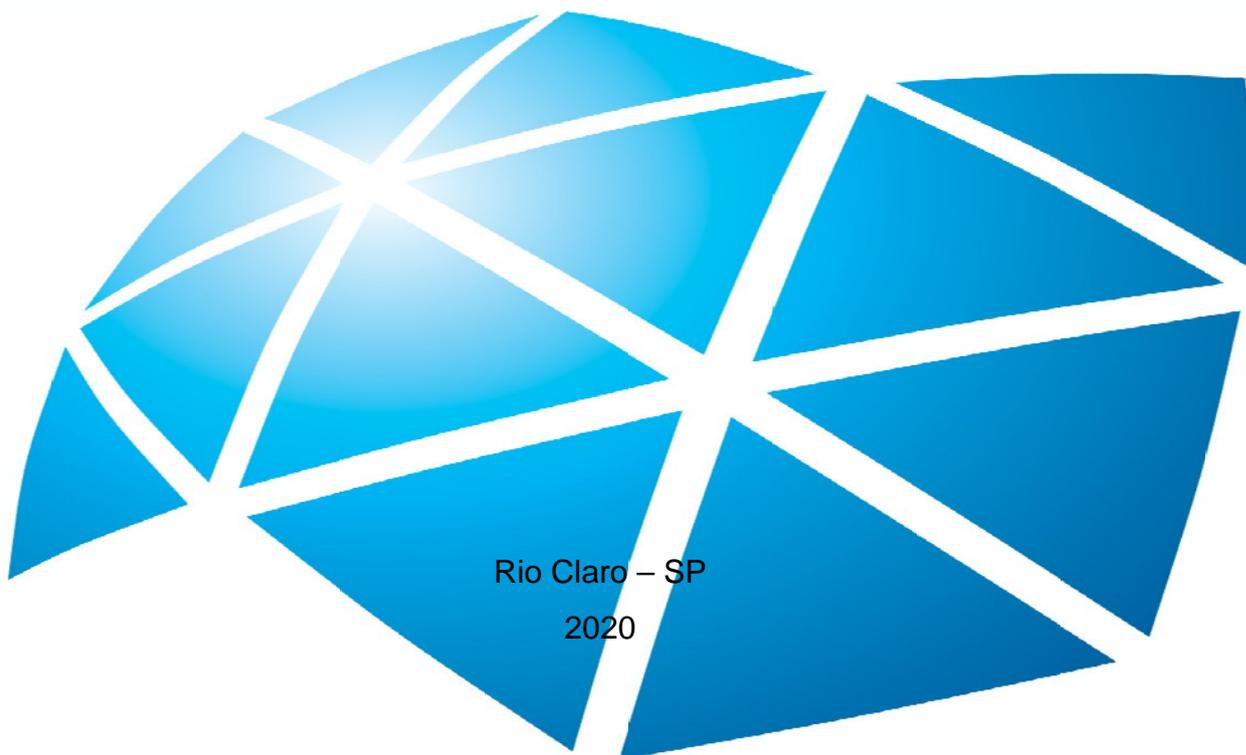
UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
INSTITUTO DE BIOCÊNCIAS – RIO CLARO



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA MOTRICIDADE
INTERUNIDADES

**MODELOS DE FORMAÇÃO DOS INSTRUTORES DE JUDÔ NO BRASIL:
ANÁLISE DAS RELAÇÕES ENTRE O TRADICIONAL/ARTESANAL
E O PROFISSIONAL/CIENTÍFICO**

LUIZ FRANCISCO CAMILO JÚNIOR



Rio Claro – SP
2020

LUIZ FRANCISCO CAMILO JÚNIOR

**MODELOS DE FORMAÇÃO DOS INSTRUTORES DE JUDÔ NO BRASIL:
ANÁLISE DAS RELAÇÕES ENTRE O TRADICIONAL/ARTESANAL
E O PROFISSIONAL/CIENTÍFICO**

Dissertação de Mestrado apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências da Motricidade pelo Programa de Pós-Graduação, Instituto de Biociências da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho.

Orientador: Prof. Dr. Alexandre Janotta Drigo

Rio Claro, SP

2020

C183m Camilo Júnior, Luiz Francisco
Modelos de formação dos instrutores de judô no Brasil :
análise das relações entre o tradicional/artesanal e o
profissional/científico / Luiz Francisco Camilo Júnior. -- Rio
Claro, 2020
128 p. : tabs.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista
(Unesp), Instituto de Biociências, Rio Claro
Orientador: Alexandre Janotta Drigo

1. Judô. 2. Formação artesanal. 3. Formação profissional. 4.
Profissão. 5. Esportivização. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca do
Instituto de Biociências, Rio Claro. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.



CERTIFICADO DE APROVAÇÃO

TÍTULO DA DISSERTAÇÃO: MODELOS DE FORMAÇÃO DOS INSTRUTORES DE JUDÔ NO BRASIL:
ANÁLISE DAS RELAÇÕES ENTRE O TRADICIONAL/ARTESANAL E O
PROFISSIONAL/CIENTÍFICO

AUTOR: LUIZ FRANCISCO CAMILO JÚNIOR

ORIENTADOR: ALEXANDRE JANOTTA DRIGO

Aprovado como parte das exigências para obtenção do Título de Mestre em CIÊNCIAS DA
MOTRICIDADE, área: Atividade Física, Saúde e Educação pela Comissão Examinadora:

Prof. Dr. ALEXANDRE JANOTTA DRIGO (Participação Virtual)

Docente Credenciado no PPG em Ciências da Motricidade Interunidades / UNES - Instituto de Biociências de
Rio Claro - SP

Prof. Dr. SERGIO LUIZ CARLOS DOS SANTOS (Participação Virtual)

UFGD / Universidade Federal de Grande Dourados - MS

Prof. Dr. (Aposentado) FRANCISCO XAVIER DE VARGAS NETO (Participação Virtual)

Escola de Educação Física, Fisioterapia e Dança / UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul - Porto
Alegre / RS

Rio Claro, 20 de novembro de 2020

*À Deus na pessoa de seu filho Jesus Cristo;
Meus filhos, Eduardo e Antonela;
Minha companheira Ana Paula;
Meus tios de coração, Loreno (in memorian) e Jeanete;
Meu pai, Luiz Francisco Camilo.*

AGRADECIMENTOS

A Deus pela oportunidade de estar nessa vida em busca por tornar-me um ser humano melhor e digno da cruz que Jesus Cristo carregou por mim.

“O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001”.

Ao Professor Dr. Alexandre Janotta Drigo por me acolher de maneira tão afetuosa, humana e sempre se disposto a organizar meus pensamentos acadêmicos e os da pesquisa realizada. Sempre terás em mim um amigo! Também pela forma como lidera, com extrema maestria, o Grupo de Estudos e Pesquisa na Profissão Educação Física (GEPPEF) o qual deixo um agradecimento especial, representando o grupo, ao amigo que sempre me estendeu a mão, Prof. Me. Hudson Fabricius Peres.

Aos professores que um dia me ensinaram algo, não apenas nos aspectos educacionais e esportivos, mas também nos conhecimentos da vida, não citarei nomes, pois poderia cometer o erro de esquecer algum, o que seria uma injustiça de minha parte.

Ao esporte por ser uma valiosa ferramenta de transformação tão poderosa!

Aos meus filhos, Eduardo e Antonela, por embarcarem nesse projeto deixando em Porto Alegre nossa casa, os amigos, o colégio e suas rotinas, filhos sou muito grato e abençoado em tê-los em minha vida, tudo é para vocês, SEMPRE!

A minha querida esposa e companheira, Ana Paula, pela ENORME paciência nesse projeto, e por um dia ter me feito acreditar que a Educação Física seria minha área de atuação, te amo princesa!

Aos tios de coração, Loreno (in memorian) e Jeanete, por toda ajuda ofertada desde sempre, Bah! Meu muito obrigado mesmo.

Ao meu pai, Luiz Francisco Camilo, por todo apoio financeiro e compreensão nessa etapa de minha trajetória.

Aos entrevistados da pesquisa que se sujeitaram a abrir as portas de seu conhecimento e proporcionar um olhar mais profundo acerca dos modelos de formação de professores em Judô.

Enfim, a VIDA por ser tão bela e nos proporcionar conhecer pessoas e lugares fantásticos em busca para sermos mais humanos e jamais perder a humildade e direcionar o nosso olhar e estender nossas mãos para fazer o bem ao próximo (nosso irmão).

*Espera o Brasil que todos cumprais com o vosso dever
Eia! avante, brasileiros! Sempre avante
Gravai com buril nos pátrios anais o vosso poder
Eia! avante, brasileiros! Sempre avante
Servi o Brasil sem esmorecer, com ânimo audaz
Cumprí o dever na guerra e na paz
À sombra da lei, à brisa gentil
O lábaro erguei do belo Brasil
Eia sus, oh sus!
Pátria Amada BRASIL”.*

(ESTRADA, 1909).

*“Meu povo se perde
por falta de conhecimento”.*

(Oséias 4:6).

RESUMO

A inserção do judô no Brasil tem relação direta com a chegada da imigração japonesa no início do século XX. Durante seu desenvolvimento e expansão no Brasil, os aspectos da cultura nipônica foram resignificados, mesclando-se elementos da orientalização com a esportivização nos dojôs bem como através do processo de espetacularização em que a modalidade se inseriu nesse início do século XXI. Tal fato se consolidou por esses fatores ocorrerem de forma estritamente artesanal, tendo em grande parte os mestres kodanshas da modalidade como protagonistas nesse processo. Porém, o judô que inicialmente se fundamentava em aspectos educacionais, desenvolve-se atualmente com base ainternacionalização cultural que, desde os jogos Olímpicos de 1964, reflete o processo de europeização dentro dos parâmetros do ensino da modalidade, pautando-se pelo desempenho competitivo e com importante participação dos impactos midiáticos decorrentes desse processo de esportivização. Isto se torna conflitante, pois de um lado encontram-se os aspectos culturais originais da modalidade e de outro as necessidades do esporte moderno, dessa forma, a dualidade do judô, entre o tradicional e o esporte, resultou em um amalgama entre o antigo e o moderno no que tange aos valores. Nesse contexto, buscará delimitar uma discussão sobre métodos pedagógicos que expressem a transição do judô tradicional/artesanal para o modelo científico/profissional que insere na formação dos técnicos/instrutores da modalidade no Brasil. Contudo há de se entender e dignificar todos os caminhos construídos pelos mais antigos que, com extrema abnegação trouxeram a modalidade até o atual estágio, porém há de se identificar que as atuais demandas esportivas requerem um conjunto de saberes que ultrapassam apenas os aspectos técnicos do judô, possibilitando assim uma interseção de conhecimentos adivinhos das ciências do esporte.

Palavras-chave: Judô. Formação Artesanal. Formação Profissional. Profissão. Esportivização.

ABSTRACT

The insertion of judo in Brazil is directly related to the arrival of Japanese immigration in the early 20th century. During its development and expansion in Brazil, aspects of Japanese culture were reframed, blending elements of orientalization with sports in the dojos as well through the spectacularization process in which modality inserted in this beginning of the XXI century. This fact was consolidated by these factors occurring in a strictly artisanal way, with the kodanshas masters of the modality as the protagonists in this process. However, the judo that was initially based on educational aspects, is currently developing based on cultural internationalization that, since the Olympic Games of 1964, reflects the process of Europeanization within the parameters of teaching the modality, guided by competitive performance and with an important participation of the media impacts resulting from this sporting process. This becomes conflicting, since on the one hand there are the original cultural aspects of the modality and on the other the needs of modern sport, in this way, the duality of judo, between the traditional and the sport, resulted in an amalgamation between the old and the new modern in terms of values. In this context, it will seek to delimit a discussion on pedagogical methods that express the transition from traditional / artisanal judo to the scientific / professional model that it inserts in the training of technicians / instructors in the sport in Brazil. However, it is necessary to understand and dignify all the paths built by the oldest who, with extreme selflessness, brought the sport to its current stage, but it must be identified that the current sports demands require a set of knowledge that surpasses only the technical aspects of judo, thus enabling an intersection of divined knowledge from the sports sciences.

Key-words: Judo. Artisanal Training. Professional qualification. Profession. Sporting.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Mestres Kodanshas.....	60
Quadro 2: Técnicos/instrutores de destaque.....	60
Quadro 3: Professores acadêmicos	60
Quadro 4: Estrutura Curricular da UFMG.....	65
Quadro 5: Resumo do Componente Curricular da UFPI.....	66
Quadro 6: Projeto Pedagógico do Curso Educação Física – Habilitação Licenciatura	66
Quadro 7: Universidade Federal do Rio de Janeiro	66
Quadro 8: Relação de conteúdos do curso de Educação Física da UNESP	67
Quadro 9: Projeto Pedagógico do Curso de Ciências do Esporte da UNICAMP	68
Quadro 10: Conteúdos Programáticos da USP.....	68
Quadro 11: Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)	69
Quadro 12: Universidade Federal do Piauí (UFPI)	70
Quadro 13: Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)	71
Quadro 14: Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)	72
Quadro 15: UNESP (Campos Rio Claro)	72
Quadro 16: UNICAMP (Campus Limeira)	72
Quadro 17: Universidade de São Paulo.....	74
Quadro 18: Grupo de mestres kodanshas	77
Quadro 19: Grupo de técnicos/instrutores de destaque	77
Quadro 20: Grupo de Professores Universitários.....	78
Quadro 21: Qual a definição para um bom técnico/Instrutor de judô?	79
Quadro 22: Quais as competências e conhecimentos de um técnico/Instrutor de judô.....	81
Quadro 23: A formação dos judocas/alunos para a atuação no mercado.....	82
Quadro 24: Treinamento de atletas e formação de alunos para trabalhar com judô.....	84
Quadro 25: Referências para atuação	85

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	REVISÃO DA LITERATURA	19
2.1	CONCEITOS DA FORMAÇÃO ARTESANAL E PROFISSIONAL.....	19
2.2	FORMAÇÃO PROFISSIONAL.....	26
3	PROCESSO DE PROFISSIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO FÍSICA NO BRASIL	28
3.1	CONCEITUAÇÃO HISTÓRICA	28
3.2	CONCEITUAÇÕES DAS ATIVIDADES ESPORTIVAS NO BRASIL	29
3.3	CONCEITOS DOS ASPECTOS DO PROCESSO DE PROFISSIONALIZAÇÃO.....	32
4	CONCEITOS DA FORMAÇÃO DOS INSTRUTORES DE JUDÔ	36
4.1	BREVE HISTÓRICO ACERCA DAS MANIFESTAÇÕES DAS LUTAS E DO JUDÔ.....	36
4.2	CARACTERÍSTICAS DO JUDÔ NO BRASIL	39
4.2.1	Modelos de formação de instrutores de judô	42
4.2.2	Dos órgãos responsáveis pela formação de instrutores	44
4.3	TÉCNICOS/INSTRUTORES DE JUDÔ NO BRASIL	48
4.3.1	Atuação profissional	48
5	CONCEITOS DAS CIÊNCIAS DO ESPORTE APLICADAS AO JUDÔ	50
5.1	DESAFIOS E PERSPECTIVAS.....	53
6	MÉTODOS	56
6.1	BASE DOCUMENTAL	58
6.2	LITERATURA ESPECIFICA	58
6.3	COLETA DE DADOS.....	59
6.4	ANÁLISES DE DADOS.....	61

7	RESULTADOS	62
7.1	DOS ÓRGÃOS INSTITUCIONAIS DO JUDÔ.....	62
7.2	DOS ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS PELA FORMAÇÃO ACADÊMICA	65
7.3	PERFIL DOS PARTICIPANTES	76
7.4	CATEGORIZAÇÃO.....	79
8	DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	87
8.1	DEFINIÇÃO DE UM BOM TÉCNICO/INSTRUTOR DE JUDÔ.....	87
8.2	COMPETÊNCIAS OU CONHECIMENTOS NECESSÁRIOS	88
8.3	COMO REALIZA A FORMAÇÃO DE JUDOCAS.....	91
8.4	TREINAMENTO DE ATLETAS DE JUDÔ	92
8.5	REFERÊNCIAS PARA ATUAÇÃO	94
8.6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	95
8.6.1	Apontamentos futuros	95
8.6.2	Recomendações para o judô.....	96
8.6.3	Limitações do estudo	98
9	CONCLUSÃO	99
	REFERÊNCIAS	103
	APÊNDICES	116
	APÊNDICE A - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	117
	APÊNDICE B - Instrumento de Coleta de Dados/ Questionário.....	120
	ANEXOS	122
	ANEXO A - Parecer consubstanciado do CEP.....	123

1 INTRODUÇÃO

De acordo com Drigo (2007) a inserção do judô no Brasil tem relação direta com a imigração japonesa no início do século XX, durante seu desenvolvimento os aspectos da cultura nipônica foram reforçados ou ressignificados pela prática nos dojôs (local da prática do judô) por essa difusão se propagar estritamente por um processo, dito como, artesanal.

Porém, conforme apontam Tavares Júnior, Silva e Drigo (2014), o judô na medida em que se desenvolvera enquanto modalidade esportiva adentrou em processos de esportivização, tendo em vista o incremento das competições em suas atividades, ou seja, a modalidade que chegara ao Brasil com a fundamentação de aspectos culturais, educacionais e sociais da sociedade japonesa, havia se desenvolvido e atualmente atinge patamares do esporte moderno.

Para Nunes e Rubio (2012), a modalidade no Brasil alcançou um expressivo número de adeptos, decorrente, principalmente, ao tamanho da colônia japonesa no país e, em virtude dos resultados esportivos em eventos internacionais, sobretudo em jogos olímpicos e campeonatos mundiais. Nesse seguimento Dacosta (2005) estima que no Brasil 2 milhões de indivíduos pratiquem o judô nas suas mais distintas vertentes

Conforme Nunes e Rubio (2012) se por um espectro, o judô oriundo do Japão e com importante reverência aos modelos de formação aplicados na época que foram desenvolvidos por Jigoro Kano, em 1882, por outro lado se conflitam com as necessidades exigidas pelo esporte moderno, o qual enfatiza a busca pelo rendimento em seu mais exigente nível. Dessa forma a modalidade adentra em um processo de esportivização, o qual se inicia com a inclusão do judô nos Jogos Olímpicos de Tóquio em 1964, como modalidade de exibição e em Munique em 1972, como oficial da programação dos Jogos.

No momento atual do judô observa-se uma fase de transição dos modelos formadores, migrando do modelo tradicional para o profissional, o que pode ser constatado em Campos, Barros e Falção (2011) como uma “crise de identidade”. Da mesma forma Laserre (1969, p.23) nos auxilia na tentativa de contextualizar o judô enquanto ensinamentos de vida e sentencia que “o Judô pode ser definido como um esporte, uma arte e uma filosofia de vida, sua prática exercita e estimula as faculdades físicas e mentais”, porém, importante entender quais são os sentidos e significados do

judô atualmente para que os entendimentos se façam ajustados na busca por um caminho mais harmonioso para a atividade desenvolvida por Jigoro Kano.

Nesse contexto Olivio Junior, Drigo, Cavazani *et al.* (2016) afirmaram que deve-se delimitar estudos que proporcionem a discussão sobre materiais e processos pedagógicos e, que expressem a transição dos aspectos artesanais do judô tradicional para os modelos mais atuais, científico/profissional, os quais possam ofertar novas concepções para o respaldo aos técnicos da modalidade.

Sendo o judô um esporte muito praticado e, é o com maior número de medalhas em edições de Jogos Olímpicos para o Brasil, somando vinte e duas medalhas após Rio 2016, Comitê Olímpico Brasileiro (COB, 2016). Baptista (1999) acrescenta que a modalidade também conta com boa aceitação de parte da comunidade educacional, médica e escolar que a consideram como ferramenta auxiliar na educação dos alunos, crianças e jovens. Para Olivio Junior e Drigo (2015), o judô desfruta de inserção e aceitação em colégios, clubes, academias, condomínios e em projetos sociais públicos e/ou privados. Acredita-se que em muitos casos, tais projetos podem vir a oferecer aos participantes uma possibilidade de mobilidade social, financeira e educativa, pois com a oportunidade de inserção dessa população no meio desportivo, inúmeras oportunidades podem ser encontradas, tais como: estudos, chances de conhecer outros países e, caso aconteça, a oportunidade de reconhecimento social através de seus resultados em competições, possibilitando, assim, uma realidade diferente da encontrada pelos participantes antes da inserção nesses projetos.

Assim sendo, a prática do judô poderia e deveria ir muito além de uma simples sessão de treino, que objetiva apenas o desempenho em como adquirir concepções pedagógicas distintas para os diferentes objetivos esportivos escolhidos pelo praticante, ou instituição: clube, escola, academia, projeto esportivo público ou privado, etc, lembrando que, conforme Tubino (2006) o esporte possui amplas dimensões e pode ser classificado como: escolar, educacional, lazer e de rendimento.

Os motivos citados e descritos podem servir como um indicativo da aceitação, junto a sociedade brasileira, que o esporte conquistou nessa primeira parte do século XXI. Ainda corroborando com tal afirmação, por meio de leis de incentivo fiscal, tais como: Lei de Incentivo ao Esporte (LIE) – nº 11.438 de 29/12/2006 (BRASIL, 2006) e Lei Paulista de Incentivo ao Esporte (LPIE) – nº 13.918, de

22/12/2009 (LPIE, 2009), o judô em nível nacional e estadual respectivamente, tem significativo impacto na captação de recursos. Mazzei, Vieira e Silva Neto *et al.* (2012) estando sempre entre um dos esportes que mais conseguem captar junto à iniciativa privada, dessa forma, gerando recursos para o desenvolvimento, manutenção e massificação da modalidade, tanto em nível de alto rendimento, como em equipes de base, equipes multidisciplinares e todo aparato que cerca tais ações.

Norteados pelos Parâmetros Curriculares Nacionais que em 1998 a nova Base Nacional Curricular Comum, que são considerados documentos oficiais que buscam normatizar e apontar quais as necessidades, deveres, regimentos que devem ser contemplados na busca de uma execução de plano de ensino coerente e embasado dentro das necessidades das disciplinas escolares, no caso a educação física. Os documentos apresentam a necessidade de ensino de lutas, dentre elas o judô, como parte do currículo da disciplina (BRASIL, 2017).

Dessa maneira no âmbito da atividade escolar, o judô se apresenta agregado ao rol de conhecimento e competências do aluno no ensino básico de forma textual. O interessante é que se insere nesse contexto a participação do professor de educação física sem, necessariamente, ter participado de uma formação em lutas da forma tradicional/artesanal. Outra informação do campo de trabalho extra-escolar se dá com a regulamentação da educação física que:

[...] compete ao profissional de educação física coordenar, planejar, supervisionar, dinamizar, dirigir, organizar, avaliar e executar trabalhos, programas, planos e projetos, bem como prestar serviços de auditoria, consultoria e assessoria, realizar treinamentos especializados, participar de equipes multidisciplinares e elaborar informes técnicos, científicos e pedagógicos, todos nas áreas de atividades físicas e do desporto (BRASIL, 1998, p.1).

Drigo (2007; 2009) na busca por contextualizar a atividade do judô, enquanto um campo de formação profissional/científica aproxima a modalidade à educação física a área de formação que, atualmente, mais se aproxima das prerrogativas científicas e de preparação profissional para o trabalho em modalidades esportivas.

Conforme consta no documento do Conselho Nacional de Educação, onde o parecer do CNE/CES 138 aponta:

A educação física caracteriza-se como um campo de intervenção profissional que, por meio de diferentes manifestações e expressões da atividade física/movimento humano/motricidade humana (tematizadas na ginástica, no esporte, no jogo, na dança, na luta, nas artes marciais, no exercício físico, na musculação, na brincadeira popular bem como em outras manifestações da expressão corporal) [...] (BRASIL, 2002, p.3).

Drigo (2007) entende que as lutas e, nesse caso específico, o judô são campos primariamente artesanais que se desenvolvem na sociedade, sendo apresentadas como atividades escolares e esportivas em sua ampla dimensão. Para Drigo e Cesana (2011) carecem de novas propostas pedagógicas em relação as competências didáticas em suas diversas manifestações, apoio científico nas perspectivas de segurança e melhora do aparato tecnológico conforme os desafios da profissionalização oriundo da modernidade. E, por essa razão, já existe um dimensionamento para que a formação artesanal entre em declínio e da abertura para a formação profissional das lutas. A realidade social ainda se apresenta lentamente nessa direção, no entanto, estudos como o de Cavazani, Cesana, Silva, *et. al.* (2013) apontaram um crescimento na participação de técnicos formados em educação física no judô em campeonatos do Estado de São Paulo, invertendo a relação entre os técnicos de formação artesanal com os profissionais.

Para Scaglia, Montagner e Souza (2001) no que tange a pedagogia cabe contextualizar que as atividades de lutas são distintas, em relação ao ensino nas aulas de educação física escolar, no ensino formal ou nas “escolas de esportes”, academias, condomínios, clubes esportivos ou em centros de treinamento, considerado ensino não-formal. Apesar de o ensino formal confirmar a relação entre as modalidades de lutas e o judô no rol dos conhecimentos da educação física, essa pesquisa ir-se-á aprofundar no contexto não formal: a) existe uma complexidade em tratar os dois ambientes como complementares, por essa razão, optou-se pelo contexto específico do ambiente extra-escolar por se direcionar em relação apenas a modalidade; b) o judô não formal constitui-se no modelo artesanal *a priori*; c) acredita-se que há mais espaços para discussões e contribuições acerca do assunto, bem como, espaço para diálogos entre os modelos de formação em questão e os agentes envolvidos nesse processo.

A Lei nº 9696/1998 que regulamentou a profissão de educação física no Brasil foi a principal responsável por um divisor de águas no que tange a profissionalização dos esportes, aqui cabe incluir as modalidades de lutas e, no caso específico nesse

ensaio, o judô. Mesmo que de maneira não muito clara em seu apontamento, a lei é responsável por uma maior valorização da atuação dos esportes e as nuances que sua prática oferece (BRASIL, 1998).

A formação de técnicos de judô de forma tradicional está pautada nos conhecimentos práticos, no “Saber Fazer” e na relação entre mestre e aprendiz, que segundo Rugiu (1998) caracteriza como um modelo artesanal de transmissão de ensinamentos. Atualmente, no Brasil, passa por um momento de questionamento e transição, decorrente, essencialmente na busca de uma identidade na formação de técnicos que ocupam diferentes postos de trabalho, como: clubes, academias, projetos, escolas, entre outros, nos quais se encontram em diversas realidades de atuação. Drigo (2007) afirma que esta amplitude no mercado de trabalho determina novas realidades e desafios, criando situações divididas nos aspectos que tangem a formação tradicional (com base nas experiências esportivas adquiridas nos treinamentos e competições) e a formação profissional (com base em estudos científicos e com formação acadêmica).

Para Souza Neto, Benites e Silva (2010) e Drigo e Cesana (2011) definem que o conceito de profissão no Brasil é entendido de forma genérica, o que pode causar falta de consenso, porém, há respaldo legislativo no que tange os direitos dos profissionais de educação física, com o objetivo de aprovar a atuação de tais agentes, caracterizando uma reserva de mercado. Ainda referente a legislação, a Lei nº 9696/98 assegura que haja controle e fiscalização destas atividades profissionais, por intermédio da criação de conselhos federais (CONFEF) e regionais (CREF) de educação física.

De acordo com Drigo (2009) historicamente o judô foi inserido no Brasil através do modelo artesanal, onde se evidencia os conhecimentos práticos e morais adquiridos, transmitidos e repassados na relação entre mestres e discípulos. Para Drigo e Cesana (2011) esta relação ocorre da seguinte maneira: de *sensei* (professor/mestre) para discípulo/aluno tal relação de aprendizado, era e continua se perpetuando, configurando-se em escolas de ofício, que são os locais onde a tal ação pedagógica de conhecimento acontece de fato, dessa forma, as academias tradicionais possuem elementos que as caracterizam de forma semelhante a estas escolas.

Rugiu (1998) refere em contraponto ao sistema de aquisições de conhecimentos do modelo artesanal na relação mestre discípulo, o desporto

contemporâneo vem se desenvolvendo de maneira acentuada e, de certa forma, organizada no que se refere a produção científica, avanços tecnológicos, avanços em sistemas de treinamentos. Barbanti (2010) associa esse modelo de espetáculo e entretenimento que surgiu como fenômeno midiático e de grande complexidade implícita. O atual momento do esporte necessita buscar cada vez mais processos de formação diferenciados que contemple toda essa demanda implícita pela qual se entende que ele passa atualmente

O modelo científico discutido por Drigo e Cesana (2011) enfatiza a implantação de um conjunto de saberes, aquisição de conhecimentos oriundos da formação acadêmica, tendo em vista que as ciências desportivas e do exercício na atualidade remetem para um modelo mais profissional. Mesmo ainda pouco referendado na prática do judô, a área de estudos do esporte tem se apresentado. Elliot e Mester (2000) apoiam a ideia que a ciência aplicada ao esporte tem aplicação bastante intensificada no que tange as associações de novas tendências e paradigmas de pesquisas nas diversas áreas das ciências.

Para esses autores é um fator que merece importância, além da intersecção de diversas áreas ligadas as ciências do desporto é a terminologia denominada: “desempenho desejado, livre de contusões e seguro emocionalmente”, onde deve-se objetivar um aprendizado equilibrado e respaldado cientificamente para que possíveis impactos negativos, os quais envolvem todo o processo de desenvolvimento do esporte sejam controlados com o objetivo de que tais indivíduos possam se desenvolver com saúde.

Buscando respaldo para justificar a sustentação de subsidio pedagógico, Bento (1991) concluiu ser necessário “buscar respostas cientificamente fundamentadas para muitas questões colocadas pelo desporto”, mesmo que ainda haja lacunas a serem mais desenvolvidas nos currículos dos cursos de educação física.

Del Vecchio e Franchini (2006) apontaram que os cursos de educação física, com base em sua carga horária limitada, não conseguem privilegiar um aprofundamento de maior consistência aos aspectos relacionados ao judô, objeto desse estudo. Ressalta-se, porém, a necessidade de possibilitar a formação inicial em educação física que deva contemplar a relação entre o ensino, a pesquisa e a extensão, dessa forma cabe o direcionamento do estudante com a vivência nessas três dimensões. Portanto, a preparação profissional não deve restringir-se a disciplina específica, mas sim, ao preparo de alguns pontos a seguir: a) científico em

projetos de iniciação a ciência (IC); b) pedagógicos em projetos de extensão universitária e; c) no estágio curricular.

Ainda nessa direção Trusz e Nunes (2007) salientaram que após o ano de 1987, a descrição do conteúdo dos esportes de combates e/ou lutas foi desenvolvida com maior atenção na literatura, apesar de já haverem um relativo número de cursos de educação física com disciplina de lutas nas universidades brasileiras.

Pode-se entender que um dos desafios dessa pesquisa, será encontrar harmonia na transição entre os modelos tradicional/artesanal e científico/profissional, pois, há questões históricas e culturais envolvidas e que se contrapõem as pressões da sociedade moderna e contemporânea.

Nesse sentido, esse estudo propõe buscar uma oportunidade de viabilizar possibilidades de preparação profissional que contribua com os anseios da sociedade contemporânea, mas sem perder as características tradicionais dessa modalidade no Brasil.

Como se pode observar que dentro do problema de estudo atualmente os modelos de formação de instrutores de judô no Brasil, se dá através de duas correntes: a) uma com as características voltadas aos aspectos tradicionais da modalidade e; b) outra que, além de conter a formação anterior, somamos aspectos voltados para a profissionalização, no caso a formação inicial e continuada na área de Educação Física. O embate entre elas pode ser entendido como a oposição entre o antigo/tradição e o moderno/científico. Tendo em vista que essa contraposição, o problema de estudo dessa dissertação será de contextualizar o atual momento pelo qual se entende a participação da formação profissional em educação física no processo de profissionalização do judô que vem ocorrendo no país.

Para facilitar o entendimento das questões de estudo que esse trabalho proporciona, serão propostas: a) como as diferentes correntes formadoras se ajustam frente as exigências da sociedade moderna; b) quais as particularidades de cada corrente e sua relação com a sociedade atual; c) como o judô atual se encaixa perante o processo de esportivização.

Dentro da justificativa, o judô em seus aspectos tradicionais possui valores e métodos que foram modificados a partir do desenvolvimento da modalidade dentro do Brasil. Como dito anteriormente o processo de esportivização ressignificou valores e o desenvolvimento tecnológico, científico e pedagógico provocou questionamentos sobre vários aspectos da tradição.

Dessa forma, a formação inicial da modalidade, considerada artesanal, tem sofrido pressão, quer seja pela necessidade de desempenho desportivo ou pelas mudanças de regras da sociedade contemporânea, determinando a iniciação de um processo de profissionalização.

Os conflitos entre as diferentes identificações do que é o judô, pautado pela formação inicial, artesanal ou pelos diferentes graus de profissionalização, geram valores, condutas e realidades distintas. Assim, esse estudo justifica-se tanto pela necessidade de acompanhar o “estado da arte” da atual formação para a prestação de serviços em judô atendendo essa demanda de transição; como também compreender o conflito entre os diversos modelos de formação e, com isso, minimizar suas consequências.

Em relação aos objetivos apresentados, destaca-se o objetivo geral que visa analisar profissionais de diferentes tipos de formação, tradicional e acadêmica no que tange as demandas de trabalho no judô, com o intuito de investigar o grau de tecnologia e modelos pedagógicos pautados pelo conhecimento científico existente atualmente na modalidade. Dentro dos objetivos específicos é de grande importância analisar os documentos e projetos de formação de profissionais de entidades dirigentes do judô em nível nacional a confederação brasileira e em nível estadual as federações – MG/PI/RS/RJ/SP; como também investigar os currículos acadêmicos, os cursos de extensão, grupos de pesquisas e atividades laboratoriais dos cursos de Educação Física de Universidades públicas dos Estados (MG/PI/RS/RJ/SP), enquanto análise documental da formação profissional voltada ao judô; e ainda direcionar uma investigação detalhada através de entrevistas aplicadas a treinadores de judô de diferentes formações e/ou locais de atuação (clubes, seleções ou universidades) o atual estágio da modalidade no que tange a formação profissional e aplicação dos modelos tradicional e acadêmico.

2 REVISÃO DA LITERATURA

Com o objetivo de apresentar subsídios científicos a revisão de literatura irá buscar na ciência e nos conhecimentos provenientes da mesma, sustentações que venham servir de arcabouço científico na busca por cristalizar os objetivos da pesquisa em questão. Para tanto, essa revisão servirá como um primeiro passo, a fim de proporcionar esclarecimentos e atualidades acerca do objeto de estudo.

Para delinear essa pesquisa de maneira didática e compreensiva, serão abordados os seguintes capítulos e suas particularidades: Conceitos da Formação Artesanal e Profissional; O processo de profissionalização da educação física; Conceitos da Formação do técnico de judô; Conceitos das ciências do esporte aplicadas ao judô.

2.1 CONCEITOS DA FORMAÇÃO ARTESANAL E PROFISSIONAL

No entendimento de Drigo (2007) os conceitos que norteiam os modelos de formação de instrutores de judô no Brasil em que as estruturas formativas seguem os parâmetros artesanal/tradicional e científico/profissional.

De acordo com Rugiu (1998) comenta que a partir do desenvolvimento da sociedade humana determinou a necessidade dos indivíduos se organizarem na busca de suprir suas necessidades coletivas. A organização de funções perante as tarefas do cotidiano como obter alimento, água e segurança, de alguma maneira constituiu a gênese da ocupação e posteriormente o trabalho.

Nesse sentido Pochmann (2012) aponta que essa formação inicial apresentada como um modelo de aprendizagem para a tarefa de forma prática denomina-se como modelo artesanal. O artesanato pode ser entendido como a forma mais antiga de educação para o trabalho. Outra questão a ser observada nesse capítulo é a sua evolução, devido a fatos que ocorreram durante a história e a evolução da sociedade humana. Originado principalmente pela ação do êxodo rural e crescimento das cidades, a Revolução Industrial, a alteração dos modelos de produção e economia, começaram a surgir a formação profissional, advindas de diferentes carências e necessidades sociais.

Conforme aponta Bueno (2015) a origem da palavra, ou do termo, “trabalho” vem do latim *tripalium* que remonta a uma espécie de utensílio utilizado como

instrumento de tortura usado para açoitar aqueles que não podiam pagar seus impostos. Diante desse contexto Villela (2008, p.1) refere-se a ideia do trabalho que remetia a uma ação dolorosa e humilhante, apontando que: “Durante longo período da história das formas de exploração do trabalho humano, o vocábulo ‘trabalho’ encontrava-se associado àqueles serviços ditos braçais, que não alcançavam os legítimos cidadãos livres”.

No que se refere ao trabalho artesanal originário da era neolítica, Rugiu (1998) cita que os primeiros artesãos trabalhavam as pedras para extrair as mais distintas funções deste material, tais como objetos para a caça, a proteção e para trabalhos agrícolas. Porém, o sistema de ensino por observação e aplicação prática do observado está na maioria das atividades humanas, desde que um pai ensinou seu filho a caçar ou pescar, o modelo artesanal sempre se fez presente.

Para Martins (2000) os aspectos envolvendo a contextualização da execução do trabalho podem ser apontados em três momentos, envolvendo o período pré-moderno que se direciona para a escravidão, onde os escravos não possuíam direitos, apenas o de trabalhar.

O autor enfatiza ainda que esse conceito, na Grécia antiga Platão e Aristóteles entendia o trabalho como uma ação pejorativa, pois envolvia apenas questões relacionadas a ações físicas. Os mesmos entendiam que a dignidade de um homem se encontrava na sua capacidade oratória, em outras palavras, os escravos se detinham no trabalho árduo enquanto os cidadãos livres poderiam exercer sua intelectualidade.

O autor ainda aponta para a servidão (período feudal) onde os senhores feudais ofereciam proteção política e militar para os servos, que também não eram livres. Porque os trabalhadores entregavam parte de sua produção em troca da proteção e possibilidade de viver no feudo, o trabalhador não tinha direito de posse de terra e, portanto, o trabalho era entendido como semelhante a atividade escrava, assim como os gregos, a nobreza era ociosa e apenas identificavam-se atividades relacionadas as corporações de ofício. O período o qual engloba as corporações de ofício será abordado com maior consistência nesse estudo, onde serão apontadas as três figuras: os mestres, os aprendizes e os companheiros, também nomeados como laborantes.

Nesse entendimento Paula (1966) referiu que em Roma, no início da república, as corporações de ofício se reuniam em forma de confrarias de cunho

religioso, possuindo características de identificação pela mesma atividade e sem relacionamento econômico ou de formação de classes. Os grupos eram específicos de acordo com a ocupação e se integravam de forma a possuir trabalhadores, como: tecelões, tintureiros, sapateiros, médicos, professores ou pintores e, esses trabalhos eram dedicados a “Minerva a deusa do trabalho manual”.

Na mesma direção, buscando um resgate histórico, Rugiu (1998) registra que havia a *scholae* (termo de origem italiano e que remonta a ideia de associações de ofício) que além de se preocupar com aspectos relacionados ao ensino, também se obtinham em alardear seu patrimônio histórico, cultural e pedagógico oriundo da transmissão das técnicas aprendidas. Conforme Marcuse (2004, p.238) o trabalho é conceituado como: “a atividade existencial do homem, sua atividade livre, consciente – não um meio de conservação da sua vida, mas um meio de desenvolvimento da sua natureza universal”.

O sentido original a qual envolve a formação artesanal pode ser caracterizado e entendido na relação entre mestre e discípulo, enquanto o eixo central da construção e produção dos saberes adquiridos pelo modelo, conforme aponta Cunha (2000, p.2):

A educação artesanal desenvolve-se mediante processos não sistemáticos, a partir do trabalho de um jovem aprendiz com um mestre de ofício, em sua própria oficina, com seus próprios instrumentos e até mesmo morando em sua própria casa. Ajudando-o em pequenas tarefas, que lhe são atribuídas de acordo com a lógica da produção, o aprendiz vai dominando aos poucos o ofício.

Para a educação artesanal “os segredos do ofício” possuem o intuito de proteger e manter o sistema de formação, trabalho e poder das corporações. Os mestres artesãos possuíam algumas regras para o ensino em suas oficinas que era controlado o número máximo de alunos e a exigência de determinado tempo para o aprendizado das habilidades, conforme salientou Cunha (2000).

Para Paula (1966) as corporações de ofício provavelmente tiveram sua origem no século XI, porém, há evidências de que tal agrupamento possa ter ocorrido tempos antes no antigo Egito, mais precisamente na região da Mesopotâmia, quando na ocasião havia “agrupamentos humanos e grêmio de mercadores” que se reuniam para defender interesses comuns. Segundo Feitosa e Leite (2012) no período greco-romano e posteriormente na Idade Média tais corporações foram determinantes para as atividades comerciais da época.

Rugiu (1998) aborda que as corporações de ofício se desenvolveram a partir do século XII e alcançaram seu auge no século XIV, também considerou que o sistema artesanal é uma evolução consequente do sistema familiar, tendo como componente impactante o êxodo rural. Nesse aspecto denota-se que para manter seus proventos, a classe artesã estabelece pequenos mercados e as escolas de ofício. Seguindo o autor, há ainda o relato que, a aprendizagem como modelo familiar iniciou-se no passado de pai para filho, consequentemente formando uma tradição em que, por exemplo, é expresso no sobrenome de muitas famílias na atualidade, que possuem significado relacionado a ocupação exercida por seus antepassados. O evento de educar alunos é posterior e irá se relacionar com a busca de desenvolver habilidades para o trabalho, dessa forma, entende-se a valorização que o mestre adquire perante a sociedade. Desse modo, conforme Rugiu (1998) o mestre exerce o poder da inserção dentro de uma corporação de ofício e assim, define todo o desenvolvimento do aprendiz, desde sua aceitação na oficina até a decisão de quando deverá terminar.

Corroborando com Rugiu (1998) e Cunha (2000) apontaram que tais modelos de ensino já eram observados na Grécia Antiga, século IV, onde havia legislações as quais salientavam que caso um pai não oferecesse ao/s filho/s um ofício, na velhice não haveria necessidade dos filhos o auxiliarem com provento.

Para Rugiu (1998) as associações de artesãos conjuntamente com as de mercadores, proporcionaram para a Europa um desenvolvimento financeiro e tecnológico que permitiu ser o centro de influência no século XII. Essas corporações chegaram ao ponto de se tornar hegemônico no século XIV, sua influência e poder declinaram de forma gradual, chegando a extinção entre o final do século XVIII e início do século XIX, impulsionada pela Revolução Francesa, relacionando diminuição do poder da Igreja e Industrial, pela ascensão das profissões.

O autor finaliza afirmando que as características monopolizadoras de que cada corporação exerce o controle das ações e do ensino na área e território em questão, era proporcionada pela anuência Papal, no entanto, entendia-se que as instituições detinham poder ilimitado para administrar o ensino e a socialização do conhecimento, bem como a entrada e qualificação daqueles que aspiravam a se tornar mestres.

Segundo Rugiu (1998, p.13-4) o intuito de justificar a necessidade das habilidades artesãs, objetivava que:

A formação artesã é vista como experiência ideal para se instruir e se educar, para tornar-se hábil com as mãos e rápido com a cabeça, para desenvolver juntas a precisão e a originalidade do projeto e da execução, para fornecer belos produtos, fortes e úteis.

Tais ensinamentos geravam em torno das áreas do conhecimento, tais como geometria, gramática, religião entre outros. Assim, caracterizaria um conjunto de saberes necessários para a formação do caráter dos praticantes.

As mudanças impostas à sociedade pela implementação da revolução industrial, um marco na relação entre a formação artesanal e profissional, pode ser descrita por Cunha (2000, p.3) como:

A propriedade dos locais e dos instrumentos de trabalho não é dos trabalhadores, assim como não são de sua propriedade os produtos. Enquanto que na educação artesanal a finalidade, ao menos tendencial, é que o aprendiz possa vir a ser um mestre de ofício, que abra sua própria oficina, na educação industrial a finalidade é um posto bem delimitado numa divisão complexa de trabalho, como trabalhador assalariado.

Conforme Rugiu (1998) pode-se entender que, se no modelo artesanal as relações de trabalho se caracterizavam pela relação mestre/discípulo, no modelo industrial aparecem em outras dinâmicas pela relação de dinheiro entre trabalhador e capitalista, caracterizando uma desnecessidade das habilidades oriundas das escolas de ofício, local de aprendizado no modelo artesanal.

Ainda o autor, as habilidades mecânicas exercidas pelos operários, encontravam-se abaixo da escala das habilidades oferecidas pelas artes liberais, oriundas do modelo artesanal, no entanto, as artes liberais eram consideradas atividades dignas de homens livres e que não necessitavam trabalhar para viver, caracterizando dessa maneira, o declínio da era do “saber fazer”. Mesmo assim houve uma tentativa de ressuscitar as corporações de ofício, pois, constatou-se que a revolução industrial oferecia menos emprego e que demonstrava sinais de uma prisão ao servil sistema industrial.

Aprofundando a relação entre mestre e discípulo Rugiu (1998, p.38) discorre como tais ensinamentos eram transmitidos:

Todas as formas pedagógico-didáticas das corporações permaneceram envoltas no próprio mistério com o qual, na época, eram tutelados os relativos procedimentos. As circunstâncias nas quais se trabalhava e se aprendiam favoreciam o segredo, principalmente o prevalecer quase absoluto da tradição oral ou intuitivo gestual ‘escute as minhas palavras’, ‘olhe como eu faço’ [...] exatamente a ausência de textos de documentação escrita sobre a atividade produtiva interna das

corporações e daquilo que acontecia dentro das oficinas, impedia de saber, ao menos até o final do século XVII, que vê uma sensível difusão da imprensa, qualquer coisa de menos genérico, sobretudo com relação aos aspectos formativos da personalidade e a instrução específica em cada Corporação.

Rugiu (1998) afirma que antes mesmo do século XI, onde a produção material e cultural se proliferava, dava-se forte importância aos mosteiros por tornarem-se o local mais adequado para que os artesãos pudessem desenvolver suas técnicas e também serem reconhecidos como escolas de arte, dedicando-se também aos cuidados dos treinamentos dos jovens artesãos, constituindo, desta feita, laboratórios artesanais com o objetivo de produzir mão de obra suficiente para suprir as necessidades locais.

Nessa direção, em concordância com os apontamentos de Cunha (2000), acerca do poder exercido pela formação artesanal em relação aos modelos de formação para o trabalho, Pochmann (2012, p.496) apontou:

Até então, a finalidade principal do sistema corporativo era a preservação do controle do processo de trabalho por mestres-artesãos, cuja reprodução do saber produtivo era quase monopólio das antigas escolas de artes e ofícios.

Para Rugiu (1998) as tensões no interior dessas relações buscavam se limitar ao espaço que cada corporação possuía em relação a sua área de atuação, ou seja, pode-se entender que havia um controle por parte das corporações com o intuito de estabelecer regras normativas acerca dos trabalhos e aprendizados de cada oficina, tais como ofertar um número de vagas maior que o acordado para moldar um aprendiz.

O sentido original a qual envolve a formação artesanal, a relação entre mestre e discípulo é o eixo central da construção e produção dos saberes adquiridos pela didática artesã, conforme aponta Cunha (2000, p.2):

A educação artesanal desenvolve-se mediante processos não sistemáticos, a partir do trabalho de um jovem aprendiz com um mestre de ofício, em sua própria oficina, com seus próprios instrumentos e até mesmo morando em sua própria casa. Ajudando-o em pequenas tarefas, que lhe são atribuídas de acordo com a lógica da produção, o aprendiz vai dominando aos poucos o ofício.

Para Rugiu (1998) convém ressaltar que, se no modelo artesanal as relações de trabalho se caracterizavam pela relação mestre/discípulo, no modelo industrial

aparecem em outras dinâmicas, pela relação de dinheiro entre trabalhador e capitalista, caracterizando uma desnecessidade das habilidades oriundas das escolas de ofício, local de aprendizado no modelo artesanal.

De acordo com Drigo e Cesana (2011) assim, com o processo de implantação da revolução industrial europeia em conjunto com o surgimento das artes liberais considerados um fato de forte impacto nesse processo, a partir de então, começou a surgir a necessidade de uma mão de obra específica, qualificada e ancorada por conhecimentos oriundos de estudos científicos. Para Drigo (2007) conjuntamente a esses fatos, houve a necessidade de se estabelecer novos e atuais modelos das relações de trabalho, diferentemente dos modelos praticados pelo processo artesanal.

Buscando conceituar, na realidade atual, através dos propostos termológicos acerca do fenômeno artesanato. O Conselho Mundial do Artesanato foi organizado em 1996 na cidade colombiana de Bogotá, apresentando atividades relacionadas a esta produção como:

Artesanato é toda atividade produtiva que resulte em objetos e artefatos acabados e confeccionados manualmente ou com a utilização de meios tradicionais ou rudimentares, com habilidade, destreza, qualidade e criatividade (SEBRAE, 2004, p.21).

Para Huberman (1986), ancorado pelos apontamentos de Antônio Houaiss, em seu trabalho para discorrer acerca dos significados que envolveram a terminologia artesanato no Dicionário da língua portuguesa em 2004, o autor apresenta as mais variadas possibilidades do emprego do termo artesanato, e, em seu apontamento apresenta a arte e a técnica do trabalho manual não industrializado realizado por artesão e, que escapa à produção em série; tem finalidade a um tempo utilitária e artística.

Buscando conceituar aspectos artesanais para os dias modernos, Fischer (2010) aponta que há uma coerente relação entre o artesanato intelectual com o mestrado profissional, o qual, forma agente para o mercado de trabalho fora do contexto acadêmico, que por sua vez lida com as mesmas inquietações pelas quais passavam os artífices do período da consolidação da formação artesanal, período que engloba os séculos XII ao XIV.

Conforme relata a autora, os cursos de mestrado acadêmico demonstraram-se como uma forma de pré-requisito para o curso de doutorado, o qual permite

entender que, em sua essência há uma conotação de prospecção a carreira universitária, dessa forma, pode-se distanciar das demandas sociais que se relacionam com o mercado de trabalho, o qual, segundo a autora, se demonstra mais pulsante e carente de respostas pautadas em situações mais dinâmicas no que se refere as demandas cotidianas do mercado.

Nessa direção Fischer (2010, p.358) assinala alguns pontos a serem considerados relevantes para o profissional que busque uma capacitação em nível de mestrado se atentar para: a) a capacitação de profissionais para exercício de práticas avançadas e transformadoras; b) a transferência de conhecimentos para a sociedade; c) a articulação de formação profissional com entidades demandantes, promovendo eficiência e eficácia; d) a agregação de competitividade e produtividade em empresas, organizações públicas e privadas, conferindo-lhe operacionalidade e organicidade ao conhecimento científico.

2.2 FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Huberman (1986) corrobora que o desenvolvimento industrial acabou trazendo para o centro das discussões uma forma de trabalho que deixa de lado a satisfação do trabalhador e dá espaço a uma atividade puramente econômica. E, para Dobb (1986) essa forma de trabalho é a essência do capitalismo. A nova relação capital/trabalho deu ênfase ao aparecimento de uma sequência de medidas organizacionais que promovem a exploração da força de trabalho, que inclui condições precárias nas fábricas, jornadas cada vez menos flexíveis, bem como o pagamento de baixos salários e alienação do trabalhador.

Silva, Souza Neto e Benites (2009, p.877) afirmaram que:

À partir do século XVII, este pensamento, foi-se desestruturando em função das novas relações entre mercadores e mestres artesões na produção dos bens, levando as corporações de ofício à sua total extinção com a introdução 'sistema terciário', 'sistema fabril', instaurado no século XIX, com a revolução industrial.

Para Drigo e Cesana (2011, p.51):

No ciclo evolutivo natural das artes mecânicas e das artes liberais a chegada da era industrial provocou uma nova reconfiguração no campo do conhecimento e do trabalho. Os ofícios ou trabalhos especializados ganharam a denominação de ocupação, ou seja, os artesãos que tinham uma reserva de mercado através de sua formação oriunda do artesanato, por ora se viram, designados a trabalharem com outra proposta, sendo retirada sua liberdade de trabalho com a implantação do modelo industrial.

Nessa direção Drigo (2007) refere que a Revolução Industrial remete para uma necessidade de conhecimentos que direcionam para uma capacitação profissional, convergindo, portanto, para aspectos da atuação que contempla conhecimentos oriundos de formação formal ou até mesmo científica. Cunha (2000) complementa que as mudanças impostas à sociedade pela implementação da revolução industrial é um marco na relação entre a formação artesanal e profissional.

No que tange aos avanços e benefícios acerca do momento considerado como Modernidade, Doll Jr (1997, p.42) considera que o paradigma moderno pode ser embasado na ciência clássica ou normal e, ponderou que:

[...] a ciência moderna e a revolução industrial realmente trouxeram benefícios materiais como também conceitos de progresso, liberdade e realização individual, que não eram encontrados no pensamento pré-moderno. O pensamento moderno descortinou horizontes inacessíveis ao pensamento pré-moderno.

Cesana (2005) entende que o termo modernidade vem imbricado de alguns conceitos, como por exemplo, a relação do homem com a natureza e afins e ainda chama atenção para o projeto moderno no que refere a relação entre a prática e a teoria, onde se delega um protagonismo para as questões teóricas que envolvem o pensamento científico na busca por minimizar os possíveis equívocos baseados no senso comum.

Corroborando com a autora sobre os conceitos modernos na busca pelo conhecimento científico torna-se um fator preponderante para buscar, e encontrar, soluções de problemas. Nesse sentido ainda cita que, no recorte moderno, o pensamento científico sobressai-se em detrimento ao senso comum, pautando seus argumentos em evidências oriundas de pesquisas.

3 PROCESSO DE PROFISSIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO FÍSICA NO BRASIL

3.1 CONCEITUAÇÃO HISTÓRICA

Tendo por base a conceituação de profissão nos estudos de Freidson (1998), se pode entender que as questões norteadoras remetem para um conjunto de ensinamentos oriundos da qualificação acadêmica, cujos conhecimentos específicos podem determinar o grau de sua capacitação. Como esse objeto visa entender o processo de profissionalização da educação física a nível nacional, abordar-se-á aspectos do trajeto desses cursos no movimento acadêmico brasileiro.

Para Lima (2012), a educação física brasileira do século XX esteve fortemente ligada a conceitos médicos e militares, onde foram propostos aspectos higienistas na busca por uma qualidade de vida e também no anseio de proteção da pátria em caso de operações militares, fato que não ocorreu. Ainda no início do mesmo século, sob a nomenclatura de ginástica foi inserida em currículos de alguns estados brasileiros, tais como Bahia, Ceará, Minas Gerais e São Paulo entre outros.

Bandeira (1984) afirma nesse aspecto que em 1910 surgiu a primeira escola em âmbito militar, transformada em escola de Educação Física em 1932, posteriormente em 1936, passou a ser chamada como Escola de Educação Física da Força Pública do Estado de São Paulo, atualmente sob o comando da Polícia Militar de São Paulo. Conforme Souza Neto, Benites e Silva (2006) notificaram que o Estado de São Paulo foi o primeiro no Brasil a criar um curso de Educação Física, tanto para militares como para civis na década de 20.

Para Lima (2012) ainda na década de 30 com a instalação do Estado Novo, houve uma ressignificação da conjuntura social nacional, com a instalação do processo de industrialização em conjunto com o êxodo rural, formulou-se um novo contexto para a educação física, o qual classifica tal período com o objetivo de fortalecer o trabalhador para melhorar sua capacidade produtiva no chão das fábricas e em conjunto desenvolver o espírito de cooperação em prol da coletividade.

Souza Neto, Benites e Silva (2006) afirmaram que na década de 40 foi exigido o diploma de licenciatura em educação física para atuação em estabelecimentos oficiais (federais, estaduais e municipais) e, em 1943 a exigência se estendeu para entidades particulares de ensino (SE/CENP) em 1985, no que se refere a um

currículo mínimo para a formação em educação física e, em 1939 criou-se a Escola Nacional de Educação Física e Desportos, a qual estabeleceu a formação para: instrutor (1 ano); normas de educação física (1 ano); técnica esportiva (1 ano); treinamento e massagem (1 ano); medicina esportiva (1 ano) e professor (2 anos).

Conforme pontua Lima (2012), a partir dos anos 60, com a obrigatoriedade das aulas de educação física nas escolas em todos os níveis de ensino, as questões esportivas tiveram um impacto nesse aspecto, através do processo de esportivização com a implantação do Método Desportivo Generalizado, o qual buscava romper com as ideologias tradicionalistas e propor novos caminhos para o contexto da educação física escolar.

Com a instalação do regime militar a partir de 1964, a educação física escolar recebeu novos sentidos e iniciou um processo de desenvolver atletas com o objetivo de gerar novos ícones nacionais, para alguns autores, como: Kolyniak (1980), Betti (1991), Darido e Rangel (2005) essa ação privilegiou os mais habilidosos nas aulas, excluindo os menos desenvolvidos e caracterizando o esporte como elitista. Nessa perspectiva os autores referenciaram que o papel do professor passou a ter antes o papel de instrutor e nesse momento a figura de treinador, o qual indicava os alunos com melhores capacidades para centros de treinamentos e clubes esportivos.

3.2 CONCEITUAÇÕES DAS ATIVIDADES ESPORTIVAS NO BRASIL

Segundo Gutierrez (1985) pode-se dividir a recente história das manifestações corporais no Brasil, desde sua descoberta até os dias atuais, em cinco distintos períodos: a) Brasil Colônia (1500 a 1822) realizadas pelos indígenas com elementos de cunho natural (como brincadeiras, caça, pesca, nado e locomoção), utilitário (aprimoramento das atividades de caça, agrícolas, etc.), guerreiras (proteção de suas terras); recreativo e religioso (como as danças, agradecimentos aos deuses, festas, encenações); b) Brasil Império (1822 a 1889) que em 1823, Joaquim Antônio Serpa, elaborou o “Tratado de Educação Física e Moral dos Meninos”; c) Brasil República (1890 a 1946) criação de diversas escolas de Educação Física, que tinham como objetivo principal a formação militar; d) Brasil Contemporâneo (1946 a 1980) com a tomada do poder executivo brasileiro pelos militares, ocorreu um crescimento abrupto do sistema educacional, onde o governo planejou usar as escolas públicas e privadas como fonte de programa do regime

militar; e) Educação Física na atualidade, de 1980 até os dias atuais, nos ateará ao aprofundamento dos aspectos relativos da atualidade.

Para Darido e Rangel (2005) a Educação Física ao longo de sua história priorizou os conteúdos gímnicos e esportivos, numa dimensão quase exclusivamente procedimental, o saber fazer (ligação com artesanato) e não o saber sobre a cultura corporal ou como se deve ser, nesse aspecto, pode-se entender que a concentração de atividades voltadas para as questões esportivas tende a direcionar para o esporte moderno, tendo em vista o período em que se depara a atual sociedade. Esse estudo irá se concentrar em aspectos relacionados a prática das atividades relacionadas as lutas ou esportes de combate.

No contexto educacional no cenário brasileiro utilizam-se algumas definições sobre o que apontam os conteúdos para as lutas. Partindo da definição proposta nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) - Educação Física:

As lutas são disputas em que os oponentes devem ser subjugados, com técnicas e estratégias de desequilíbrio, contusão, imobilização ou exclusão de um determinado espaço na combinação de ações de ataque e defesa. Caracterizam-se por uma regulamentação específica a fim de punir atitudes de violência e deslealdade. Podem ser citados exemplos de luta: as brincadeiras de cabo de guerra e braço de ferro, até as práticas mais complexas da capoeira, do judô e do caratê (BRASIL, 1998, p.70).

Nesse sentido, alguns dos objetivos que devem ser estimulados e desenvolvidos através do conteúdo das lutas no âmbito da educação física escolar, ressaltando, mais especificamente:

a) compreensão por parte do educando do ato de lutar (por que lutar, com quem lutar, contra quem ou contra o que lutar; b) a compreensão e vivência de lutas no contexto escolar (lutas X violência); c) vivência de momentos para a apreciação e reflexão sobre as lutas e a mídia; d) análise dos dados da realidade positiva das relações positivas e negativas com relação a prática das lutas e; e) a violência na adolescência (a luta como defesa pessoal e não para “arrumar briga”).(BRASIL,1998, p.96).

Ainda buscando com o objetivo de contextualizar o universo das lutas, um dos órgãos que possuem a atividade de fiscalizar as atividades relacionadas a educação física, nesse caso, o Conselho Federal de Educação Física, (CONFEF) registrou na Revista EF um parecer acerca das lutas que:

A prática da luta, em sua iniciação esportiva, apresenta valores que contribuem para o desenvolvimento pleno do cidadão. Identificado por médicos, psicólogos e outros profissionais, por sua natureza histórica apresentam um grande acervo cultural. Além disso, analisada pela perspectiva da expressão corporal, seus movimentos resgatam princípios inerentes ao próprio sentido e papel da educação física na sociedade atual, ou seja, a promoção da saúde. (REVISTA EF, 2002, p.4).

Para Mesquita (2001, p.70):

[...] a luta deverá servir, em função de sua prática esportiva, para integrar o cidadão à sociedade. Ficando claro que será através de uma série de construções de situações com bases técnicas, sociais e legais que irão proporcionar esta integração.

Nesse sentido as Diretrizes Curriculares da Educação Básicas (DCEB), em 2008 no Estado do Paraná apontaram as lutas como uma das prioridades centrais da educação física, estando ladeados pelo esporte, a dança, ginástica, jogos e aspectos lúdicos. O autor apontou ainda para uma classificação das atividades de lutas, sendo: a) lutas de distância; b) lutas de aproximação; c) lutas com instrumentos mediadores d) capoeira angola e regional.

Ainda Paraná (2008) a grande diversidade de lutas se construíram ao longo do tempo em distintos momentos, ou seja, cabe uma reflexão para buscar uma unidade de como o tempo e o local influenciaram essas práticas. Assim, apontam um caminho para busca de elementos que possam subsidiar conceitos de proximidades em Paraná (2008, p. 69): “Tanto as lutas ocidentais como as orientais surgiram de necessidades sociais, em um dado contexto histórico, influenciadas por fatores econômicos, políticos e culturais”. Exemplo disso, conforme analisa Cordeiro Jr. (1999) no contexto histórico feudal japonês, marcado pela tirania dos latifúndios, a luta entre camponeses e samurais e/ou entre eles, quando defendiam senhores de terras diferentes, envolvia golpes de morte. Os camponeses precisavam se defender de samurais armados com espadas, pois eles desenvolveram uma prática corporal coletiva – o *jiujitusu*. Em grupo, atacavam samurais, imobilizando-os e desarmando-os, prendendo seus braços e/ou pernas para, rapidamente, derrubá-los e então aplicar-lhes chaves, torções, etc.

Apropriando-nos de um documento mais recente, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), aponta em qual série escolar as lutas podem ser desenvolvidas e quais os aspectos que devem ser abordados:

A unidade temática Lutas focaliza as disputas corporais, nas quais os participantes empregam técnicas, táticas e estratégias específicas para imobilizar, desequilibrar, atingir ou excluir o oponente de um determinado espaço, combinando ações de ataque e defesa dirigidas ao corpo do adversário. Dessa forma, além das lutas presentes no contexto comunitário e regional, podem ser tratadas lutas brasileiras (capoeira, *huka-huka*, luta marajoara etc), bem como lutas de diversos países do mundo (*judô*, *aikidô*, *jiu-jítsu*, *muay thai*, *boxe*, *chinese boxing*, esgrima, *kendô* etc) (grifo nosso) (BRASIL, 2017, p.219).

Nesse sentido a BNCC propõe o início dos contatos com a temática das lutas a partir do terceiro ao quinto ano do ensino fundamental, sendo: a) lutas do contexto comunitário e regional; b) lutas de matriz indígena e africana. As lutas do Brasil serão abordadas nos sexto e sétimo ano e a partir do oitavo e nono ano serão desenvolvidos os esportes de combate bem como as lutas do mundo, nesse contexto enquadra-se as atividades relacionadas ao judô, o qual é objeto desse estudo (BRASIL, 2017).

3.3 CONCEITOS DOS ASPECTOS DO PROCESSO DE PROFISSIONALIZAÇÃO

Com o intuito de oferecer subsidio pedagógico para sustentação desse objeto de estudo, autores clássicos, como: Abraham Flexner e Elliot Freidson, os quais abordaram os termos e conceitos acerca das termologias: profissão relacionada à educação física no Brasil. Na sequencia relata-se momentos importantes da recente história dessa manifestação sociocultural no Brasil. A Lei nº 9696/98 que regulamentou a profissão de educação física no Brasil foi a principal responsável por um divisor de águas no que tange a profissionalização dos esportes, aqui cabe incluir as modalidades de lutas e, no caso específico nesse ensaio, o judô. Mesmo que de maneira não muito clara em seu apontamento, a lei é responsável por uma maior valorização da atuação dos esportes e as nuances que sua prática oferece:

[...] compete ao profissional de educação física coordenar, planejar, supervisionar, dinamizar, dirigir, organizar, avaliar e executar trabalhos, programas, planos e projetos, bem como prestar serviços de auditoria, consultoria e assessoria, realizar treinamentos especializados, participar de equipes multidisciplinares e elaborar informes técnicos, científicos e pedagógicos, todos nas áreas de atividades físicas e do desporto (BRASIL, 1998, p.1).

Buscando entendimento da origem da palavra profissão, de origem latina *professio*, que possuía o significado de declaração pública ou confissão,

conjuntamente com o objetivo de buscar alinhamentos para pautar a busca do significado do termo em questão, pode-se entender através da perspectiva de Barros (1993), com base nos estudos de Abraham Flexner, que a profissão pode se pautar nesses quesitos: a) As atividades desenvolvidas são essencialmente de natureza intelectual; b) A profissão é prática; c) A profissão é dinâmica; d) Organização; e) Comunicabilidade; f) Altruísmo.

Remetendo-nos a Lawson (1984), explica de que maneira impar as questões da profissão pode ser considerada como uma ocupação de elite em detrimento a outros tipos de trabalhos, sugere que com tal posição os membros tenham uma condição social mais elevada, pois a tendência é entender que sua atuação tem um valor agregado desfrutando, assim, de um controle mais expressivo. O autor discorre sobre a aquisição do conhecimento, por intermédio de pesquisas científicas, pode ser o diferencial destes agentes em detrimento a outros que não possuem e que a maneira de aplicar suas atividades com dinamismo e efetividade é fator determinante para pautar sua atuação social:

A profissionalização é especialmente fascinante porque ela envolve a relação dos profissionais com a sociedade. Na verdade, os membros da sociedade conferem a uma profissão o seu status especializado e a sociedade somente confere esse status quando a profissão já tenha estabelecido uma relação boa e apropriada com ela. Em outras palavras a sociedade julga, uma profissão/profissionais tendo como critérios a importância e a qualidade do serviço que os profissionais desta área de atuação prestam a ela (LAWSON, 1984, p.2).

Nessa mesma direção Barros (1996) aponta que uma atividade profissional, especializada e que presta serviços de ordem relevantes a sociedade, exige uma experimentação acadêmica dos agentes, ou seja, com a aplicação de conceitos e conhecimentos oriundos de uma formação voltada para a ciência, sendo assim, deve-se buscar um alinhamento das experiências acadêmicas com a atuação da profissão dos agentes em questão, sintetizando a busca por uma melhor qualificação no atual “novo mundo do trabalho”.

Para Freidson (1998) todo trabalho pode ser considerado uma ocupação, porém, apenas algumas ocupações seriam ditas como de elite com o objetivo de controlar o mesmo, criando assim, as atribuições necessárias para a entrada nesse campo. Nessa perspectiva, o autor aponta a diferenciação entre ocupação e profissão, onde é definido por “meio das circunstâncias típico-ideais que fornecem

aos trabalhadores, munidos de conhecimento, os recursos através dos quais eles podem controlar seu próprio trabalho”.

Fazendo direta correlação entre a Lei nº 9696/98 e os apontamentos ofertados por Freidson (1998) entende-se que a educação física possui embasamento para criar suas próprias regras de atuação para fornecer a sociedade um serviço credenciado, ou outorgado pela mesma, ou seja, o campo da educação física regularia sua própria atuação no mercado de trabalho e por consequência junto à sociedade. Nesse sentido o autor nos auxilia no entendimento do termo profissão quando a define como uma ocupação de elite, além disso, pode-se entender a profissão como uma forma de trabalho especializado utilizando conhecimentos agregados à profissão pautados em avanços e pesquisas científicas.

Diante do aspecto conforme os apontamentos de Freidson (1998), com o intuito de oferecer um serviço credenciado e com nuances de regulamentação acerca do próprio exercício que foram criados a partir da Lei nº 9696/98, os Conselhos Federais de Educação Física (CONFEF), o qual sentencia acerca das aptidões dos profissionais que busquem atuar no campo da educação física, em seu artigo 7º de seu estatuto prevê que para ser considerado profissional de educação física, o indivíduo deve:

I - os possuidores de diploma obtido em curso de Educação Física, oficialmente autorizado, ou reconhecido pelo Ministério da Educação; II - os possuidores de diploma em Educação Física expedido por instituição de ensino superior estrangeira, convalidado na forma da legislação em vigor; III - os que, até dia 01 de setembro de 1998, tenham comprovadamente exercido atividades próprias dos Profissionais de Educação Física, nos termos estabelecidos, através de Resolução, pelo Conselho Federal de Educação Física; IV – outros que venham a ser reconhecidos pelo CONFEF ou expressamente determinados por lei. (BRASIL, 1998, p.2).

Para Barros (1993) um dos pontos interessantes para o entendimento das funcionalidades das profissões é que elas têm como objetivo de prestar um serviço especializado a sociedade e deve procurar pautar suas ações com engajamento científico, a fim de, com sua atuação, prestar um serviço pautado em avanços científicos e com sustentação acadêmica, fazendo desta feita com que a sociedade esteja sendo amparada com pesquisas e avanços oriundos de pesquisas.

Relacionado aos aspectos da profissão, se pode encontrar em Rugiu (1998) aspectos da profissão, porém datados do século XII onde, segundo o autor, nas

escolas de ofício encontravam-se ações relacionadas a origem da docência, porém com indicativos de que o “saber fazer” era preponderante nessa esfera.

Ancorado nos conceitos de Barros (1993), acerca dos aspectos relacionados a profissionalização no campo da educação física o Confef aponta algumas das concepções acerca da atuação do profissional e salienta no art. 9º de seu estatuto que:

O Profissional de Educação Física é especialista em atividades físicas, nas suas diversas manifestações - ginásticas, exercícios físicos, desportos, jogos, lutas, capoeira, artes marciais, danças, atividades rítmicas, expressivas e acrobáticas, musculação, lazer, recreação, reabilitação, ergonomia, relaxamento corporal, ioga, exercícios compensatórios à atividade laboral e do cotidiano e outras práticas corporais, sendo da sua competência prestar serviços que favoreçam o desenvolvimento da educação e da saúde, contribuindo para a capacitação e/ou restabelecimento de níveis adequados de desempenho e condicionamento físico-corporal dos seus beneficiários, visando à consecução do bem-estar e da qualidade de vida, da consciência, da expressão e estética do movimento, da prevenção de doenças, de acidentes, de problemas posturais, da compensação de distúrbios funcionais, contribuindo ainda, para consecução da autonomia, da autoestima, da cooperação, da solidariedade, da integração, da cidadania, das relações sociais e a preservação do meio ambiente, observados os preceitos de responsabilidade, segurança, qualidade técnica e ética no atendimento individual e coletivo. (CONFEF, 2010, p.2).

A decisão em optar por uma profissão em detrimento a outra envolve uma tomada de decisão, pois pode gerar incertezas e questionamentos futuros sobre quais desdobramentos as decisões poderão recair, nesse sentido Nandakari (2001) observou quais aspectos são levantados pelos indivíduos com objetivo de maximizar seus atos, nesse contexto aponta alguns atrativos interessantes, tais como: rentabilidade, segurança, mobilidade social ou até mesmo contato com pessoas influentes socialmente.

Nessa direção cabe ressaltar a importância dos agentes os quais conduzirão determinados trabalhos a frente de determinadas profissões é relevante, pois, serão estes mesmos agentes os responsáveis por transmitirem e executarem os avanços científicos pesquisados no meio acadêmico, fazendo direta relação com o fenômeno esportivo pesquisado nesse objeto de estudo, encontra-se o instrutor da modalidade desportiva judô (BRASIL, 2002, 2004).

4 CONCEITOS DA FORMAÇÃO DOS INSTRUTORES DE JUDÔ

4.1 BREVE HISTÓRICO ACERCA DAS MANIFESTAÇÕES DAS LUTAS E DO JUDÔ

Conforme Espartero (1999) a manifestação do ato da luta pode ser inserida no cerne do contexto histórico sociocultural dos seres humanos, pois a humanidade luta no sentido literal da ação, desde os tempos pré-históricos, pela sua sobrevivência e manutenção de sua espécie contra os mais diversos percalços existentes em seu tempo histórico.

Del'Vecchio e Franchini (2006) argumentaram que com base em dados arqueológicos, pode-se encontrar vestígios de que as manifestações das lutas estiveram presentes em diferentes regiões do mundo, como se pode observar a presença de diversas práticas de combates nas distintas regiões. Nesse contexto Antunes e Almeida (2016) apontaram manifestações como: o *Huka-Huka* dos índios brasileiros; o *Kali* das Filipinas; o *Wushu* na China; os *Massai* da África e também os rituais de combate dos povos Maori na Polinésia.

Para Monteiro (1998) desde os primórdios da humanidade, o homem lutava por comida, por proteção, por diversão e muitos elementos das lutas seguem até os dias atuais, sabe-se que respeitando cada cultura e sociedade, mas a luta persiste em nossa sociedade até os dias de hoje. As lutas também podem ser identificadas como parte de um processo civilizatório da humanidade onde cada país que a criou tenta através de sua prática repassar valores de sua sociedade.

Buscando significar as práticas das atividades relacionadas as lutas, Alves Jr. (2001, p.78), entende que: “[...] a evolução das lutas, até chegar a ser uma atividade esportiva na forma que conhecemos hoje, com sua ética própria e a sua estética corporal, pode ser entendida como parte do processo civilizatório”.

Kano (2008) aduz que nessa direção, no caso do surgimento das atividades do judô, tais fatos se desenvolveram através do momento pela qual a sociedade japonesa se deparava no período em que *Jigoro Kano*, buscava organizar um novo caminho educacional para a sociedade daquele país através da prática do judô. Conforme Motoyama (1994) considerando a abertura dos portos japoneses e conseqüentemente uma oportunidade de contato outras culturas, tendo por

entendimento que o Japão estava fechado para relações comerciais com outros países.

Motoyama (1994) menciona que durante o período em que o Japão não mantinha nenhum tipo de relação com outros países, houve internamente um momento de pacificação, pois o *Xogunato Tokugawa* (1603-1868) liderava as ações militares com ênfase na manutenção da ordem, há de se considerar que a casta dos samurais (modelo de exército) durante o período *Tokugawa* não se fazia necessário mediante a ausência de guerras, em suma, nesse período não havia necessidade da utilização de armas ou técnicas de guerras, denominadas como artes marciais.

Diante dessa perspectiva, Kano (2008) afirma que em sua juventude estudou o *jujútsu* com os mestres mais famosos da época e que, sutilmente, percebeu que havia algumas diferenças nas formas em que alguns mestres ensinavam determinadas técnicas que possuíam a mesma aplicação, portanto, previu a necessidade pela busca de uma uniformização do ensino das técnicas, buscando, desta feita, uma padronização do ensino e também dos movimentos.

Na mesma direção, Kano (2008) relata que enquanto o *jujútsu* preconizava um sistema de ataque e defesa, se opondo ao adversário, em uma ação de enfrentamento, o judô baseado em muitos anos de estudo, reflete um sistema em que as tentativas do oponente, com emprego da força, poderiam ser revertidas contra o mesmo oponente. Para Virgílio (1986) assim se poderia aproveitar, ou até mesmo potencializar, aqueles que seriam um de seus pilares, o “*Seiryoku Zenyo*” – melhor uso da energia – e o “*Jita Kyoie*” – prosperidade e benefícios mútuos – traduzido do japonês para o português.

Para Kano (2008) transpassar os moldes, anteriormente, utilizados pelo *Bujutsu* (técnica do guerreiro) para o *Budô* (caminho do guerreiro), seria um avanço significativo na perspectiva de implementação de um novo conceito para sua modalidade, nesse aspecto Tavares Júnior, Silva e Drigo (2014) salienta que as práticas adjacentes ao *Budô* podem ser consideradas como uma versão moderna do *Bujutsu*, e que troca das terminologias *Dô* pela *Jutsu* apontam tais ideias. Desse modo, utilizando argumentos em uma ordem temporal, pode-se entender que, as atividades do *bujutsu* evoluíram para as do judô, ou mesmo *budô*, e que estas por consequência de sua expansão mundial, bem como, aspectos competitivos, evoluíram para características que se direcionam para o esporte moderno.

Segundo Baptista (1999) a prática do judô, mesmo sendo praticada fora do contexto social e cultural japonês, ainda assim apresenta aspectos de obediência por parte dos alunos ao mestre, em diversas ocasiões podendo alcançar a transposição de limites físicos e psicológicos, pautada por seguir princípios rígidos de uma cultura milenar oriental, que carrega em seu bojo uma disciplina envolvendo respeito, cooperação e obediência. Deve-se destacar que o contexto ocidental se distancia do conceito ocidental, para tanto, deve-se repensar algumas atividades e, principalmente, atitudes por parte dos professores em detrimento ao momento pelo qual a sociedade ocidental, brasileira, se depara.

Nesse sentido Casado e Villámon (2009) apontaram que a história do judô é considerada como a transposição das ditas artes marciais japonesas rumando para o esporte moderno, ou seja, os estudos desenvolvidos por Jigoro Kano podem ser considerados como um divisor de conceitos no que tange não somente ao ensino de um novo método de educacional baseado em aspectos das lutas, mas também em um novo paradigma acerca de conceitos em busca de uma sociedade, primeiramente japonesa e posteriormente mundial, mais equilibrada.

Diante do apontamento de Casado e Villámon (2009) onde realçam que a instalação do judô pode ser considerada como uma transposição das artes marciais para aspectos do esporte moderno, assim sendo, outros autores, também trazem para o debate estudos acerca da semântica que envolve a terminologia das lutas, artes marciais e esportes de combate para que se possa buscar uma conformidade a ser debatida com intuito de balizar estudos por um entendimento mais profundo acerca do tema (FETT; FETT, 2009; RUFINO; DARIDO, 2009, 2011; CORREIA; FRANCHINI, 2010; DRIGO, 2019).

Nesse direcionamento Drigo (2019) apresenta de forma análoga a ordem histórica de alguns fatos históricos que envolvem o universo em questão. Assim recorre inicialmente a Reid e Croucher (2010, p.12) esclarecem que na arte marcial:

Trata-se evidentemente de um termo ocidental que deriva do termo latino do planeta Marte, o deus romano da guerra. Foi escrito pela primeira vez em língua inglesa no ano de 1357, por Geoffrey Chaucer, que se referiu ao "tourney Marcial" da época medieval. Em 1430, o termo já era usado em referência ao treinamento para guerra, aos próprios atos de guerra [...].

Para Drigo (2019) é possível entender que o deus Marte não era o padroeiro das lutas gregas, o qual era Mercúrio, nem tampouco das estratégias militares, que

era Minerva, mas o patrono das batalhas sangrentas e bárbaras conotando um aspecto de carnificina. Portanto, pode-se entender que a terminologia “artes marciais”, segundo o autor, está relacionada com a conceituação histórica dos universos ocidentais e orientais. No aspecto dos conceitos orientais, recorre-se a Ratti e Westbrook (2006, p.24) elucidam o *bujutsu* (*bu=militar, jutsu=técnica*) nessa mesma direção:

[...] o *Bujutsu*, queremos destacar, está especialmente relacionado com os aspectos práticos, técnicos e estratégicos das artes indicadas com ideograma da técnica. Quando estas especializações (modalidades) são entendidas como disciplinas com uma finalidade ou propósito de uma natureza mais educativa ou ética, a “técnica” converte-se em “caminho” (do), que significa a “senda” em direção a uma realização mais espiritual do que puramente prática (grifo nosso).

Para Ferreira, Lise e Capraro (2016, p.15) os conceitos se apresentam de maneira cristalina e sentenciam que:

[...] as artes marciais tradicionais, em especial aquelas de origem orientais (Índia, Japão, China, Tailândia, etc) possuíam tanto na sua etimologia quanto em sua prática um caráter beligerante ou religioso, na qual a intenção era matar ou inutilizar seu adversário (inimigo), afastando-se assim da lógica esportiva moderna. Neste sentido, considera-se como esporte de combate o judô, o *jiu-jitsu*, o caratê, o *taekowdo*, o *kung fu* entre outros. Tais práticas há muito tempo perderam seu caráter marcial (alusivo à guerra e à morte) e se esportivizaram a partir de um processo de ocidentalização, cujas principais adaptações foram: as regulamentações escritas, o controle dos níveis de violência permitidos em tais disputas, as condições de igualdade entre os oponentes (divisão por categorias de peso, faixas, etc), entre outras (grifo nosso).

4.2 CARACTERÍSTICAS DO JUDÔ NO BRASIL

Drigo (1999, 2007) aponta que o judô é uma modalidade que possui em sua origem, desde sua chegada ao Brasil no início do século XX, conceitos de uma cultura entendida como artesanal, tanto no caráter da formação e capacitação de instrutores como no modelo de gestão da modalidade. No entanto, para Rugiu (1998) e Cunha (2000) o artesanato apresenta a figura de um mestre como centralizador do poder de objetivos da formação, considera as atividades práticas como formativas em detrimento das concepções teóricas, e o processo de formação se dá através da aquisição de habilidades consequentemente a performance ou o “saber fazer” é balizadora do conhecimento.

Para Tavares Jr. e Olívio Jr. (2016) mesmo o judô estando em evidência no cenário esportivo brasileiro, em especial pelas constantes conquistas a nível mundial da modalidade, bem como atenção da mídia esportiva do Brasil, ainda pode-se observar que há incidências de resistência por parte de órgãos institucionais os quais organizam e dirigem a modalidade no país. Tais ações fazem com que os avanços científicos e tecnológicos oriundos de pesquisas acadêmicas não se façam presentes nos moldes de gestão aplicados ao judô brasileiro. Portanto, pode-se entender que não há uma clareza no que se entende pelo qual fenômeno se depara o judô atualmente, judô tradicional, com base na tradição filosófica, ou judô competição, onde objetiva-se o rendimento esportivo.

Para Drigo (2007) considerando que, no Brasil, o instrutor de judô obrigatoriamente deve ser graduado na faixa preta, a qual é outorgada pela federação estadual da modalidade onde o praticante está filiado e chancelado pela confederação nacional, os modelos de formação dos futuros instrutores de judô são, em suma, pautados por requisitos relacionados com aspectos que remetem a uma formação artesanal. Para Rugiu (1998) o saber fazer possui aspectos formativos tão equivalentes quanto à formação acadêmica, evidenciando, assim, preceitos de formação tradicional/artesanal.

Tais ações, remetentes ao modelo tradicional de ensino, são evidenciados conforme estudo apontado por Gonçalves Jr. e Drigo (2001, p.113) onde sentenciam a forma análoga das sessões de treinamento observado no seguinte trecho:

Aquecimento rotineiro: sequência fixa de exercícios calistênicos durante o aquecimento, independente do conteúdo específico que será desenvolvido posteriormente; outra questão é a estrutura de poder existente nas organizações administrativas centralizadora e hierarquizada, transpondo este mesmo sistema organizacional para as aulas, através da hipervalorização da faixa no judô, desabilitando a reflexão ou questionamentos por parte dos alunos [...].

De acordo com Drigo (1999, 2007) pode-se entender que pelos motivos relacionados a introdução do judô no Brasil, ter sido realizada pelos japoneses, o processo de ensino-aprendizagem-treinamento, mesmo sendo apontados avanços científicos, muitas vezes ainda é pautado pelos conhecimentos oriundos do modelo artesanal. Drigo e Cesana (2011) corroboram ainda que trazendo grande paridade com as escolas de ofício, sendo observado tais evidências deste processo no

desenvolvimento prático e formativo do judô, bem como nas instituições que organizam o esporte no Brasil.

Para Olívio Junior e Drigo (2015) mesmo evidenciando-se que as mudanças e exigências sociais atuais apontem para uma atuação que vise a implementação de avanços científicos, sendo um importante ponto a capacitação acadêmica e futuras pesquisas dos envolvidos nesse processo, o judô tende a manter sua organização arqueada nos moldes artesanais, talvez esta ação seja uma busca por manter as tradições daqueles que implementaram o judô no Brasil, porém, a sociedade atual busca agente cada vez mais capacitados e qualificados com o intuito de buscar avanços em todas as áreas. Os modelos de formação baseado em aspectos artesanais não são suficientemente completos para sustentar os avanços sociais que os conceitos da profissionalização, processo pelo qual se encontra o judô atualmente em busca do seu modelo.

Drigo (2007) afirma que o processo de profissionalização, nesse caso específico, o judô, pode ser caracterizado como uma passagem de um modelo existente para outro que está por vir, tendo como base norteadora o atual momento pelo qual a sociedade em questão está se deparando, ou seja, pode ser considerado como um momento de transição de modelos, fazendo clara menção ao próprio judô, o criador do judô Kano (2008) entendeu esse processo na ocasião em que o período em que o Japão se encontrava na época da criação do judô tais práticas não eram importantes e preponderantes para o atual momento, portanto, soube entender tal processo e iniciou a migração do modelo em que os samurais faziam-se desnecessários para a sociedade porque ela carecia de outras demandas.

Para Drigo (2007) trazendo esses conceitos para o judô praticado atualmente no Brasil, tal processo poderia ser entendido como de fácil compreensão e obviedade decorrente do momento carecido pela sociedade, porém, fica evidenciada a complexidade do processo de transição, pois, o mesmo exige um rompimento de paradigmas entre os modelos artesanais (os quais foram implantados pelos japoneses do início do século XIX) e profissionais (agentes sociais que visavam implantar um modelo mais científico). Tal processo pode-se entender melhor a partir do momento atual pelo qual o judô brasileiro se apresenta, com apoios financeiros oriundos de patrocínios de estatais, com aporte financeiro captado por leis de incentivo ao esporte e, também, pelo grande espaço midiático que as conquistas recentes do judô despertam na mídia especializada.

Tais informações receberam mais atenção quando se apontavam dados de que o judô no Brasil, é o esporte de combate com o maior número de praticantes e até os jogos Olímpicos do Rio-2016 conquistou o maior número de medalhas, por essa razão, tem grande apelo social e educacional sendo praticado em um substancial número de escolas, pode ser trabalhado na educação física escolar por estar protegido por lei, porém, os avanços de Cavazani, Cesana e Silva; *et al.* (2013) apontaram que mesmo com tal número de indicativos que possibilitem a implementação de um modelo mais profissional, muitos instrutores, até mesmos aqueles que possuem formação acadêmica, salientam que durante o processo de ensino e aprendizagem dos alunos um dos aspectos mais relevantes é o conhecimento oriundo dos conceitos artesanais, tais como hierarquia, obediência ao instrutor, busca excessiva pela técnica “saber fazer” e aspectos relacionados aos costumes do judô, apontamentos que na prisma da corrente profissional impacta de maneira não positiva avanços que tange a profissionalização.

4.2.1 Modelos de formação de instrutores de judô

Desde a sua inserção em solo brasileiro as atividades de formação de instrutores de judô teve ligação com a colônia japonesa que desembarcou no início do século XX. Tanto o sistema de gestão e de aspectos práticos da modalidade possuía importante relação com o modelo praticado no Japão da época em questão. O que já caberia uma discussão referente a diferença cultural e social entre o Brasil e Japão, no que tange as diferenciações entre o Ocidente e o Oriente. (DRIGO, 2007). Para Rugiu (1998) a figura de um mestre como centralizador do poder e objetivos da modalidade caracteriza aspectos da formação artesanal. Nessa linha tradicional Sanchez e Rubio (2010) evidenciam por considerar as atividades práticas tão formativas quanto as intelectuais, sobrepondo-se, desta feita, ao modelo de formação respaldado por concepções teóricas e o processo de formação se dá através da aquisição de habilidades relacionadas ao “saber fazer”, por consequência, entende-se que o resultado competitivo pode ser considerado como elemento balizador do conhecimento, em suma, os mais habilidosos podem possuir um maior conhecimento acerca de determinadas atividades.

Nunes e Rubio (2012) afirmaram que mesmo o judô estando em evidência no cenário esportivo brasileiro, em especial pelas constantes conquistas à nível mundial

da modalidade, bem como, atenção da mídia esportiva do Brasil, ainda pode-se observar que há incidências de resistência por parte de órgãos institucionais os quais organizam e dirigem a modalidade no país, no que tange aspectos relativos a formação profissional. Para Mazzei, Vieira e Silva Neto (2012) tais ações fazem com que os avanços científicos e tecnológicos oriundos de pesquisas acadêmicas não se façam presentes nos moldes de gestão aplicados ao judô brasileiro, o que pode ser entendido como um retrocesso a nível organizacional, tendo em vista, os patamares em que se encontra o modelo esportivo na atualidade.

Drigo (1999) e Drigo e Cesana (2011) afirmaram que diante dessa perspectiva, pode-se entender que o judô brasileiro, no que se refere a modelagem de instrutores que venham a trabalhar com a modalidade, possuem duas formas para buscarem sua capacitação na qualidade de instrutores, uma está veiculada com a aquisição da faixa preta através de exames de graduação realizado por intermédio das federações estaduais chanceladas pela confederação nacional. Conforme Drigo (2002, 2007) e Cunha (2000), a outra está relacionada com a obtenção do diploma de graduação em educação física, assim, esse estudo entende que, a primeira via de formação caracteriza por ser de cunho artesanal/tradicional e a segunda apresenta aspectos da modelagem que caminha para uma ascensão científico/profissional

No que tange a formação que abrange aspectos artesanais/tradicionais dos instrutores de judô, encontra-se as atividades formativas ofertadas e organizadas pelas federações estaduais com chancela da confederação nacional (DRIGO, 2007; FPJ, 2019; CBJ, 2018), por outro lado, a corrente que proporciona a capacitação de instrutores com base na modelagem científico/profissional, a qual busca respaldo acadêmico, através da formação inicial no curso de graduação em educação física com ênfase no bacharelado e posteriormente na formação continuada através de cursos em programas de pós-graduação nas linhas de pesquisas afins aos aspectos dos esportes de combates em suas diversas vertentes tais como apontamento de Hunger, Souza Neto e Drigo (2011).

Maduro (2011) especifica que a formação dos instrutores de judô, na atualidade, perpassa por um momento de novas expectativas e exigências, tendo em vista o nível de esportivização que a modalidade alcançou ao longo da história, o mesmo autor reconhece a necessidade de uma abordagem transdisciplinar, a qual

envolve diversas áreas de conhecimento e ressalta que tal processo de formação pode levar algum tempo.

Nesse sentido Bourdieu (2001) relata que o processo de formação e transformação pelo qual alguém se prepara para determinada profissão é longo, muitas vezes insensível e que tem início desde as idades mais tenras e se constrói através de aspirações introspectivas e posteriormente busca respaldo no meio social.

4.2.2 Dos órgãos responsáveis pela formação de instrutores

A instituição que gere, administra, formula calendários e organiza competições, bem como representa a modalidade junto a Federação Internacional de Judô (FIJ) e ao Comitê Olímpico Internacional (COI) em nível internacional é a Confederação Brasileira de Judô (CBJ). Por ser filiada à FIJ ela possui legalidade para delegar aos estados federativos da união, através das federações estaduais, a concessão para organizar a nível estadual todas as demandas no que tange as atividades do judô (CBJ, 2019). Considera-se também que outras entidades regularizam a modalidade no país, conforme a legislação sobre Ligas e Associações, porém, apenas a CBJ está filiada ao COB, tornando-se o órgão de administração do judô mais consolidado e representativo para o Brasil.

A Federação Paulista de Judô (FPJ, 2019), localidade onde o estudo foi aplicado, busca formar instrutores faixas preta de judô anualmente através de um exame de graduação é a unidade estadual que contém maior número de praticantes filiados e instrutores, técnicos e mestres, além de ser a federação mais antiga do país. Drigo (2002) apresenta que a FPJ teve sua fundação em 1956 e a CBJ apenas em 1972, desta forma, ambas as instituições se tornaram importantes para este estudo.

Observando os resultados competitivos com destaque para os Jogos Olímpicos, contando desde a conquista da primeira medalha em 1972 até 2000, apenas atletas representando o Estado de São Paulo obtiveram êxito em medalhas. A partir dos Jogos de 2004, houveram conquistas de outros estados nas edições subsequentes, como Rio de Janeiro (2004), Minas Gerais (2008), Piauí e Rio Grande do Sul (2012). Nos jogos do Rio-2016, não houveram atletas representando outros estados que subiram ao pódio (CBJ, 2020).

No Brasil exercer a função de instrutor de judô, em qualquer esfera, tais como social, educacional e competitivo é necessário possuir a graduação de faixa preta. Camilo Jr e Dos Santos (2016) consideram que no primeiro momento condiz com o conhecimento prático, embora Drigo (2008) relata que esta forma determina a característica artesanal da modalidade.

Buscando encontrar padrões da formação de instrutores faixa preta, esse estudo buscou investigar o processo em nível nacional e dos estados que possuem resultados destacados em jogos olímpicos. Assim, serão investigados documentos oficiais da confederação brasileira de judô e das federações dos estados de Minas Gerais, Piauí, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e São Paulo.

No que se refere a formação de nível científico ou profissional, abordou-se aspectos dos cursos de graduação, ou formação inicial, em educação física. Para Del'Vecchio; Franchini (2006, p. 101) a formação acerca do conteúdo de lutas ou esportes de combate, se manifesta em duas correntes:

1) licenciatura: formação de professores, pois entende-se a luta como uma manifestação corporal e deve ser desenvolvida na escola; 2) graduação (bacharelado): em educação física ou esporte onde deve-se buscar aquisição acerca de: definições, classificações, história, cronologia e desenvolvimento, inserção das lutas, ainda estimula-se que haja entendimento sob: lesões desportivas, aspectos nutricionais, aspectos psicológicos, preparação física, aprendizagem de técnicas e táticas de luta e bases biomecânicas das técnicas.

Entende-se que ao emergir-se em conceitos científicos/profissionais referentes a educação física, esses estudos visam a capacitação para atuação no mercado de trabalho, o qual segundo Feitosa e Nascimento (2006) apresentam características dinâmicas e exige dos profissionais a aquisição de conhecimentos e habilidades para obter melhor desempenho. Frente a esses apontamentos Caldeira (2001) indica que a velocidade pelo qual os processos resultantes do desenvolvimento científicos e tecnológicos avançam e se faz necessário novas exigências profissionais, tais como: novos conhecimentos, habilidades, atitudes e valores, entre outros.

Buscando um entendimento do que sejam tais exigências profissionais, Suleman (1994) aponta para três possíveis aspectos que possam auxiliar no entendimento das capacitações exigidas pela sociedade:

- a) caráter analítico o qual é inspirado no modelo taylorista, fragmentar os postos de trabalho para encontrar as qualidades frente ao exercício da profissão;
- b) a abordagem sócio técnico, o qual busca compreender o sistema de relações bem como as interferências sofridas pelo mesmo e c) a abordagem sócio produtiva a qual aborda as qualificações do profissional, onde tais qualidades determinam seu destaque.

Reportando a Suleman (1994) nas abordagens mais recentes, se evidencia uma tendência para favorecer as qualificações e competências frente aos gestos profissionais, portanto, entende-se que os processos de qualificação profissional, bem como a aquisição de novos conhecimentos, são demonstrados com maior impacto no mercado.

Em seu estudo acerca das competências específicas que o profissional de educação física deve adquirir, Nascimento (1999) aponta para três áreas relacionadas a esse campo específico:

- a) docência em educação física;
- b) treinamento esportivo e
- c) orientação de atividades físicas.

Propositamente esse estudo destacará aspectos referentes ao treinamento esportivo, por estar ligado ao objetivo da pesquisa.

Assim, explanam-se classificações acerca do conjunto de competências profissionais, ainda ancorados em Nascimento (1999), onde se destacam conhecimentos, habilidades e atitudes. O autor destaca as dimensões das competências, onde indica os conhecimentos (conceitual; procedimental e contextual) e habilidades (planejamento; comunicação; avaliação; incentivação e gestão), a seguir elucidaremos aspectos das competências que indicam um elemento norteador para o profissional de educação física, no caso desse estudo do treinamento esportivo.

Acerca das dimensões das competências do profissional com ênfase no treinamento esportivo, conforme Nascimento (1999), a saber:

- a) conhecimento conceitual: teorias e metodologias do treinamento esportivo; preparação física; psicologia esportiva; planejamento de sessões de treino; conhecimentos interdisciplinares; efeitos fisiológicos da atividade física; regras das modalidades esportivas;

- b) conhecimento procedimental: metodológicos específicos para o ensino do treinamento esportivo; observação e análise dos jogos esportivos; sistemas táticos mais utilizados; detecção e seleção de talentos esportivos; intervenção do treinador em treinos e jogos; programação da temporada esportiva; testes e avaliações específicas da modalidade;
- c) conhecimento contextual: domínio de conhecimentos sobre a utilização de equipamentos de academias em geral.

A seguir, alguns conceitos acerca das competências na área das habilidades, conforme Nascimento (1998) destaca:

- a) habilidade de planejamento: utilizar procedimentos adequados para o planejamento; sugerir alteração no planejamento decorrente das mudanças orgânicas; investigar aspectos relevantes do treinamento esportivo;
- b) habilidades de comunicação: comunicar-se de forma adequada com pessoas da estrutura esportiva;
- c) habilidades de avaliação: utilizar gráficos para avaliar, despertar e orientar; detectar e encaminhar os atletas para determinadas modalidades; avaliar diferenças na mudança biológica; aproveitar o potencial do atleta na equipe; interpretar o *feedback* apresentado pelo atleta; interpretar as variáveis relacionadas ao treinamento;
- d) habilidade de incentivação: valorizar as individualidades; diversificar a metodologia de trabalho; usar técnicas que aumentem o nível de motivação do grupo; proporcionar um ambiente agradável à prática; integrar-se socialmente ao grupo melhorando o relacionamento;
- e) habilidade de gestão: trabalhar de forma integrada com demais profissionais envolvidos no treinamento esportivo;
- f) atitudes: humildade e paciência; postura ética nas relações humanas; persistência nas atividades profissionais; postura e comprometimento profissional; sinceridade nas relações pessoais e profissionais; pontualidade e assiduidade; atitudes de liderança, confiança e entusiasmo.

4.3 TÉCNICOS/INSTRUTORES DE JUDÔ NO BRASIL

4.3.1 Atuação profissional

Bento (1999) coloca que o técnico/instrutor carrega consigo erros e acertos, vitórias e derrotas, repleto de emoções e sentimento, como também, a responsabilidade de educador em diversas fases da vida: na formação global da criança, do adolescente e do adulto, dependendo do contexto que está inserido.

Antes de iniciar as exigências e qualificações acerca do cargo de técnico/instrutor, Mosquera, Stöbaus e Timm (2009) entendem que as atividades relacionadas a de um instrutor pode ser caracterizada como uma produção de si mesmo no que tange a dinâmica social e cultural dos indivíduos, necessitando-se buscas interiores com base em suas próprias experiências, articulações de que não se vive sozinho nesse universo, o convívio com seus pares se faz importante e significativo, buscando, assim, uma maneira prazerosa para um bem-estar coletivo.

Para Monteiro (1998) o treinador de judô pode tornar-se capaz de compreender a pessoa dos seus alunos, penetrando naturalmente nas suas vivências e sentimentos, conseguindo, assim, perceber a realidade como os alunos a percebem, atuando de forma muito mais efetiva no campo formativo do educando, do que se viesse manter uma relação neutra, não se permitindo envolver emocionalmente nas situações e problemas apresentados pelos atletas/alunos.

Conforme Miranda (2004) muitas escolas inserem nas suas atividades a oferta da prática do judô aos alunos. Dessa forma a instituição de ensino e os pais delegam aos técnicos/instrutores de judô, a tarefa de auxiliar as crianças em sua educação. Com a finalidade de proporcionar através da prática do judô, um programa esportivo que oportunize o desenvolvimento integral dos alunos, sendo considerados aspectos de sua individualidade maturacional, biológica e psicossocial.

Atualmente para ser técnico/instrutor de judô, além portar a faixa preta, existe um indicativo da necessidade de formação em Educação Física ou registro de provisionado pela entidade de regulação profissional (sistema CONFEF/CREFs) e pela CBJ. Com isso possibilitaria a migração dos ensinamentos baseados no empirismo prático associando uma visão científica na formação técnica-desportiva.

Diante do contexto esportivo pelo qual se depara a sociedade, o papel do treinador frente ao comando de qualquer atividade está sendo caracterizado como

de extrema importância, segundo Samulski (2002) a figura do treinador nunca foi tão valorizada e ao mesmo tempo exigida, como nesses primeiros anos do século XXI.

Nessa direção Marques (2003) aponta que o treinador possui um papel central nas relações de aprendizagem, treinamento e direcionamento de seus alunos, tanto no âmbito esportivo quanto social, o que caracteriza sua influência nas questões de comando nas aulas, equipe e gestão de pessoal.

Portanto, entende-se que as facetas dessa atuação se apresentam com certa complexidade, o que no entendimento desse estudo deve ser estruturado de maneira com maior aplicabilidade de estudos multidisciplinares, conforme apontam Santos, Côrte-Real e Regueiras *et al.* (2016) para um comportamento adequado buscando aspectos positivos.

Para alguns autores, entre os quais Wylleman e Lavallee (2004), a jornada esportiva de um indivíduo pode ser entendida através dos seguintes níveis e suas particularidades:

- a) atlético (iniciação, desenvolvimento, excelência e descontinuidade);
- b) psicológico (infância, adolescência e adulto);
- c) psicossocial (pais, irmãos, pares, treinador, parceiro e família);
- d) acadêmico profissional (ensino fundamental, médio, superior e trabalho).

Tais apontamentos podem expressar o nível de preparação pelo qual os técnicos/instrutores devam estar se sujeitando com o objetivo de entregar a sociedade uma atuação mais capacitada e ancorada cientificamente.

5 CONCEITOS DAS CIÊNCIAS DO ESPORTE APLICADAS AO JUDÔ

O esporte pode ser considerado como um dos fenômenos sociais mais significativos dos últimos anos auxiliando no desenvolvimento dos indivíduos nas mais diversas atuações de sua totalidade. Há um considerável número de estímulos organizados e sistematizados que contemplam as etapas do desenvolvimento mediante processo de construção das habilidades e potencialidades afins, a formação e a capacitação dos profissionais envolvidos no trabalho transdisciplinar se elaborado e executado de forma satisfatória (MATVEEV, 1996, 1997; MURAD, 2009; GABARRA *et al.*, 2009).

Para Elliot e Mester (2000) um dos conceitos para o entendimento, do termo ciências do esporte pode ser considerado como um conjunto de saberes oriundos da formação científica/profissional, onde se aplica as mais diversas áreas de intervenção no que tange a manifestação do desporto contemporâneo, pode-se assim elencar algumas áreas de intersecção para o melhor aproveitamento de determinado fenômeno social, tais como: biomecânica, pedagogia, psicologia, fisiologia entre outras áreas do conhecimento que se interseccionam em busca de uma prática pautada na ciência. Rugiu (1998) fazendo contraposição ao modelo artesanal/tradicional, o qual se utiliza de escassa intersecção entre as áreas do conhecimento, destacando o “saber fazer”, imagem valorizada do mestre e costumes da atividade

O modelo científico sugerido por Drigo (2007) enfatiza a implantação de um conjunto de saberes, aquisição de conhecimentos, oriundos da formação acadêmica, tendo em vista que as ciências desportivas e do exercício, mesmo tendo uma trajetória recente, tem sua aplicação bastante intensificada no que tange as associações de novas tendências e paradigmas de pesquisas nas diversas áreas das ciências.

Murad (2009) avança em alguns conceitos ligados as ciências que englobam as atividades físicas, que ora eram nominados como interdisciplinares e posteriormente multidisciplinares, afirma ainda que a necessidade de um movimento transdisciplinar decorrente do século XVII, onde se intensifica o sistema de intercâmbio entre fusão e difusão dos saberes gerados pela pesquisa.

Este contexto abordado pela pedagogia e ciências do desporto pode ser desenvolvido sob um olhar transdisciplinar em relação ao esporte e suas ações,

sendo que, devido à complexidade dessas ações, as quais norteiam esse processo de modelagem e ação pedagógica desportiva é o que, de fato, julga-se importante para o cruzamento de todas as ações que englobem a pedagogia do esporte, o processo de formação dos instrutores e, posteriormente o processo de aplicação de tais ciências para a execução de um trabalho pautado pela ciência (BENTO; GARCIA; GRAÇA, 1999).

As ciências do esporte podem vir a se justificar na estruturação do desenvolvimento do esporte e dos praticantes que estão inseridos em determinadas práticas, fazendo com que tais ações estruturem este processo de desenvolvimento esportivo, trazendo para os instrutores a responsabilidade da aplicação de tais conceitos (PEREIRA; MESQUITA; GRAÇA, 2009).

Analisando as perspectivas de publicações acerca dos avanços científicos que evidenciaram a necessidade de pesquisas mais profundas sobre as ciências do esporte, Rufino e Darido (2011) pesquisaram as produções científicas realizadas no contexto nacional brasileiro com ênfase na área da pedagogia e ciências do esporte e constataram que a produção nacional sob essa área temática carece de maior aprofundamento dos pesquisadores, principalmente no âmbito do esporte escolar, esporte individual (judô), grupos especiais e alto rendimento.

Diante do contexto apresentado, pode-se observar que a atuação do instrutor das atividades tem papel preponderante na condução da elaboração, pois tem a função de gerir tais ações com responsabilidade e conseqüentemente garantindo a harmonia e o bem-estar daqueles que estão praticando a modalidade (REZENDE; ALBUQUERQUE; RUI GOMES, 2016).

Contextualizando a função do instrutor desportivo nesse cenário, possível e plausível que o desempenho do agente está relacionado ao nível de satisfação que o mesmo poderá, com suas ações, atender a sociedade em que está atuando. Nesse sentido Rezende, Albuquerque e Rui Gomes (2016, p.25) entendem esse processo da seguinte forma:

A eficácia do processo de treino é definida como a aplicação consistente do conhecimento profissional integrado, interpessoal e intrapessoal para melhorar os atletas. Consideram ainda que a eficácia de um treinador depende de três fatores: a) o conhecimento do treinador; b) resultado dos atletas, c) os diferentes contextos onde os treinadores tipicamente trabalham.

A partir desses pontos pode-se entender que a complexidade do trabalho a ser realizado pelo profissional em questão carece de especial atenção relacionada com sua formação para desempenhar tais atividades na qualidade de líder. Barbanti (2010) aponta que o desporto vem se desenvolvendo acentuadamente, muitas vezes sendo chamado de profissional, por relacionar diversas áreas do conhecimento com o objetivo de potencializar suas ações, nesse sentido cabe salientar o processo de preparação e aquisição das competências que o treinador deve possuir.

O debate acerca dos avanços necessários para um programa esportivo, no campo acadêmico, vem sendo discutido ao longo dos últimos anos, o que possibilita uma abordagem racional das práticas executadas nos programas pelos treinadores (BANACK; BLOOM; FALCÃO, 2012).

Nessa direção caberá ao treinador o papel de aquisição dos mais diversos conhecimentos multidisciplinares exigidos pelo desporto atualmente, assim recaí sobre sua atuação uma responsabilidade de gestão de maneira mais produtiva e que seja satisfatória para o sucesso do projeto (ROSADO *et al.*, 2008).

Verkhoshansky (2001) entende que a etapa contemporânea esportiva apresenta distintas particularidades que impactam no desenvolvimento de praticantes, apontando que a atuação do treinador necessita ser multifacetada e, prioritariamente, em busca de novos métodos de organização esportiva, distanciando-se, dessa feita das formas de organização tradicional.

Nesse sentido Platonov (2008) aponta que a evolução do sistema esportivo, entre os quais o treinamento remete para uma aquisição de conhecimentos e, em que, somente aspectos práticos das modalidades não possibilitam ofertar um conhecimento necessário para embasar as demandas do cenário esportivo do século XXI, através dessa constatação, entende-se que a formação do treinador deva priorizar não somente aspectos exclusivos da modalidade, mas também um aglomerado mais abrangente do conhecimento científico.

No cenário esportivo do judô, encontram-se diversos estudos que apontam para tal constatação, uso da ciência para o benefício do esporte, onde treinadores de alto rendimento e de nível internacional fazem uso dos avanços científicos para pautarem suas ações dentro e fora dos tatames, nesse cenário pode-se destacar alguns estudos nessa perspectiva científica (TAVARES JR, 2003 e 2014; AZEVEDO *et al.* 2004;

SANTOS; SOUZA JÚNIOR, 2010; SANTOS *et al.*, 2017; SABINO JÚNIOR; CAMILO JÚNIOR, 2019).

Uma das perspectivas do processo de capacitação de treinadores deve perpassar por um aparato científico de maior abrangência que vem sendo desenvolvido com o intuito de promover o intercâmbio mais dinâmico de informações, tendo em vista o grande número de programas de formação de treinadores ocorridos em diversos países (WERTHNER; CULVER; TRUDEL, 2012).

No Brasil estudos já constataram que treinadores de destaque nacional baseiam suas ações através de conhecimento e avanços adquiridos no modelo profissional científico. Os mesmos indicam que a formação universitária demonstra fundamental para subsidiar seus planejamentos (TAVARES JÚNIOR, 2017).

À nível internacional treinadores em destaque também apontam a mesma perspectiva de que o conhecimento oriundo de atividade de pesquisas determinam um grau de satisfação na aplicação de modelo de treinamento de competição (OLÍVIO JÚNIOR, *et al.* 2020, digital).

Nessa perspectiva, o conhecimento científico poderá servir como um elemento balizador do saber, onde programas internacionais de capacitação visam equiparar as exigências dos treinadores e que, estes com a devida qualificação podem atuar em diversos países do planeta (INTERNATIONAL COUNCIL FOR COACHING EXCELLENCE, 2013).

5.1 DESAFIOS E PERSPECTIVAS

Entende-se por fenômeno esportivo, nesse caso o judô, que esse recorte histórico a modalidade vem apresentando um contexto que remete aos conceitos do esporte moderno, conforme apontaram Elias e Dunning (1992). Para os autores o esporte moderno se caracteriza por alguns aspectos, tais como, diminuição da violência, uniformização de regras, homogeneidade de gêneros e aplicação de conceitos científicos bem como espetacularização esportiva com incremento televisivo.

De acordo com Nunes e Rubio (2012) referenciam que a modalidade faz parte do programa olímpico desde os jogos de Tóquio – 1964, ou seja, seu processo de esportivização pode ser considerado um início a partir dessa destacada inserção no universo esportivo. Diante desse fato, as prerrogativas que norteiam os conceitos

das lutas e artes marciais podem não ser consideradas como únicas fontes de atuação, abrindo espaço para as conotações entendidas como esportes de combate.

Reportando-nos aos conceitos dos esportes de combate, é possível afirmar que o processo hermenêutico da terminologia remete para entendimento daquilo que venha a caracterizar-se como uma atuação profissional, pois o esporte moderno se apresenta por conceitos oriundos de avanços científicos e tecnológicos, conforme apontaram Elias e Dunning (1992).

Frente a essa constatação, o judô brasileiro ainda apresenta características anteriores ao esporte moderno, no que tange a formação dos instrutores, bem como o ensino em determinadas situações, conforme considerou Drigo (1999; 2002; 2007). Porém, o processo de esportivização da modalidade se iniciou através da importância que o esporte possui no cenário esportivo nacional, da implementação de equipe multidisciplinar das equipes nacionais e projetos de capacitação de verbas públicas e federais através de leis de incentivo fiscal (MAZZEI *et al.*, 2012)

Nessa perspectiva a modalidade enfrenta um embate entre o velho e o novo, o tradicional e o profissional, o artesanal e o científico, o que alguns autores podem elucidar como a disputa entre a teoria e a prática no campo esportivo, como bem destacou Ghilardi (1998). Nesse sentido Tojal (1995, p.18) oferece um entendimento acerca desta dicotomia em:

Teoria - conjunto de conhecimentos sistematizados que se propõe explicar a ocorrência de determinados fenômenos de acontecimentos. Prática-conhecimento aplicado resultante de um saber advindo de um conjunto de conhecimentos sistematizados sobre determinados fenômenos.

Para Regniér *et al.* (1993) a busca pela promoção em integrar conceitos práticos e teóricos pode ser entendido como um grande desafio do esporte na modernidade, pois tal ação distancia os treinadores dos pesquisadores, o autor salienta ainda que ambos os conhecimentos se completam e aliados poderiam equacionar o esporte de uma maneira mais equilibrada, apontando de mãos dadas, um caminho mais harmonioso e sem grandes lacunas no conhecimento.

Para Tavares Junior e Olívio Junior (2016) no caso do judô as características advindas dos práticos, ainda, renegam os avanços científicos e, estes, por sua vez, tendem a anular os conhecimentos práticos, essa falta de comunicação no entendimento dos autores impossibilita a pavimentação de um caminho mais

equilibrado e que pudesse gerar mudanças nesse paradigma em que se encontra o atual momento da modalidade.

Nesse sentido, para esse projeto de pesquisa, cabe um apontamento citado por Winterstein (1995, p.39), onde sentencia que: “[...] a teoria sem a prática é oca, a prática sem a teoria é cega”.

6 MÉTODOS

Na busca pela escolha em decidir por qual caminho esse estudo pudesse se ancorar metodologicamente, portanto, foram consultadas diversas linhas de pesquisas que pudessem contemplar as exigências acadêmicas para um melhor desempenho e um resultado final satisfatório. Por essa razão, optou-se pela pesquisa qualitativa, ancorados em Thomas, Nelson e Silverman (2007) que apontaram que profissionais de educação física tem se debruçado nesse tipo de pesquisa, pois vem demonstrando uma maior segurança e impulso nos últimos anos, bem como a confiabilidade por investigar os problemas das ciências comportamentais, encaixando em nossa necessidade de análise.

Nessa mesma direção, acerca das ciências humanas e sociais, Molina (2004, p.95) salienta que nos estudos qualitativos: “[...] temos que considerar a existência de problemas que focalizam os aspectos muito específicos de uma realidade maior”. No entanto, para Thomas e Nelson (2002) a pesquisa qualitativa, nessa questão, busca entender as dinâmicas, e tendências, sociais exercidas pelos atores em questão, distanciando-se, assim, de elementos que configurem padrões estabelecidos por números e estatísticas.

Conforme complementaram Thomas, Nelson e Silverman (2007) um fator que merece destaque é a credibilidade alcançada através das categorizações do estudo, e pela análise sistemática dos fatores, tais ações que ancoraram esse tipo de pesquisa podem facilitar as análises, bem como obstaculizar os fatores externos.

Para Thomas, Nelson e Silverman (2007) a pesquisa qualitativa segue um método sistemático de investigação, desencadeando, assim, um modelo de solução de problemas. A mesma pesquisa progride para tornar a presença do pesquisador como um instrumento primário da coleta de dados, bem como da análise. Goetz e Le Compte (1984) entendem por coleta de dados as ações de observação, entrevistas e instrumentos desenvolvidos pelos próprios pesquisadores

Conjuntamente como direciona Flick (2004) a maneira como o pesquisador interage, tanto com a pesquisa quanto com os pesquisados e, o campo que se estuda, pode vir a ter um protagonismo principal nessa produção de conhecimento, pois cabe ao pesquisador levantar, pesquisar, codificar e ofertar um parecer acerca nessa interação científica.

Em relação à função estratégica do pesquisador, alguns autores como Miles e Huberman (1984), Sanday (1984) e Yin (1985) apontaram para características que ele deve se atentar, tais como: ter capacidade para estabelecer uma relação de confiança com os entrevistados; ser sensível com as pessoas; ser bom ouvinte; levantar boas perguntas; estar familiarizado com as questões da investigação; ser flexível caso haja situações inusitadas; ser paciente em identificar padrões; atribuir significados aos fenômenos.

Costumeiramente as pesquisas qualitativas ofertam diversos critérios para a obtenção da credibilidade dos dados levantados, quando se propõe a investigar um mesmo objeto através de vários pontos de vista, esta ação se denomina triangulação de dados (ALVES MAZZOTTI; GEWANDSZNAJDER, 1998). A base conceitual da triangulação de dados se oriunda em conceitos das ciências militares, se distanciando das ciências humanas e sociais, conforme apontam Cox e Hassard (2005, p.109) sendo “decorrente da navegação e da topografia, a triangulação é frequentemente entendida como um método para fixar uma posição”.

Para autores como Jick (1984), a triangulação de dados não se objetiva exclusivamente à validação da pesquisa, mas conjuntamente propicia um panorama mais fidedigno e abrangente do fenômeno.

Buscando subsidiar as bases para que obtenha uma triangulação de dados coesa e fidedigna, Denzin (1978) aponta quatro tipos ou modelos de triangulação: a) fontes; b) métodos; c) investigadores e d) teorias. Entende-se que os modelos com maior relevância entre pesquisadores, tais como Flick (2004), apontam para aspectos da triangulação entre fontes e métodos – os quais entendem fontes como as mais distintas maneiras de alcançar os dados sejam através de entrevistas, questionários, documentos e observação de campo e métodos como a maneira de observar as análises dos dados. Denzin (1978) identificou quatro tipos de triangulação: a) de dados; b) do investigador; c) da teoria e d) da triangulação metodológica.

Para Gomes, Souza e Minayo; *et al.* (2010, p.205) a triangulação de dados oportuniza ao pesquisador uma contextualização reflexiva acerca de seu objeto de estudo, trazendo para o diálogo aspectos profundos da pesquisa, assim aponta ações de submersão diante do conteúdo coletado pelo pesquisador, conforme os autores deve “impregnar-se pelo conteúdo a fim de alcançar uma visão do conjunto

e ao mesmo tempo apreender as particularidades presentes nessa totalidade parcial”.

Nesse sentido, Lincoln e Guba (1985) chamam a atenção para o papel do pesquisador, onde cada resultado é dependente da visão do mesmo e relativo a triangulação, as teorias determinam os fatos, a confirmação de tal fato por duas teorias pode indicar maior semelhança entre as mesmas se comparadas com o significado do fato.

6.1 BASE DOCUMENTAL

Pode ser considerado como qualquer tipo de documento que venha a ser caracterizado, como registro e/ou até mesmo fonte de informação. Alves-Mazzotti e Gewandszajder (1998) entendem como documentos, regulamentos, atas de reuniões, livros de frequência, relatórios, arquivos e pareceres, para os autores, esses documentos podem sugerir diversas formas de como tais organizações se portam frente a determinados assuntos. Tratando-se do caso específico desse estudo podem ser considerados como documentos, programas de formação de faixa preta em nível estadual (MG, PI, RS, RJ, SP) e nacional (CBJ), estrutura curricular de cursos de educação física de faculdades públicas dos estados citados anteriormente, órgãos responsáveis pela formação dos participantes dessa pesquisa.

Para que haja um entendimento acerca dos documentos pesquisados, o pesquisador carece de conhecimento acerca da base para que se possa potencializar a pesquisa e posteriormente o conhecimento acerca dos documentos averiguados (ALVES-MAZZOTTI; GEWANDSZNAJDER, 1998).

6.2 LITERATURA ESPECÍFICA

Para que se obtenha um maior grau de aproximação e identificação com o problema do estudo, deve-se possuir certo conhecimento da literatura específica acerca do objeto da pesquisa, tal compreensão pode ser indispensável no reconhecimento e/ou definição com maior precisão dos problemas que devem ser observados em determinadas áreas. Assim, Alves-Mazzotti e Gewandszajder

(1998, p.150) enunciaram três situações encontradas na literatura que podem se tornar indispensáveis na pesquisa:

1) lacunas no conhecimento existente; 2) inconsistências entre o que uma teoria prevê que aconteça e resultados de pesquisas ou observações práticas cotidianas e 3) inconsistências entre resultados de diferentes pesquisas ou entre estes e o que se observou na prática.

Dessa forma, a pesquisa qualitativa busca preencher lacunas do conhecimento, em suma, se pode entender que tais estudos se denominam como descritivas ou exploratórias.

6.3 COLETA DE DADOS

Tratando-se de uma abordagem qualitativa, a escolha do campo, bem como a organização das entrevistas desenvolveram-se de maneira proposital, pois o pesquisador definiu quais questões de seu interesse terão maior relevância para a pesquisa (vide Apêndice B) (ALVES MAZZOTTI; GEWANDSZNAJDER, 1998). Nessa direção, conforme Lincoln e Guba (1985a) a identificação e posterior escolha dos participantes se definiu através da necessidade de se obter um maior conglomerado de opiniões acerca do tema apresentado.

Para Alves-Mazzotti e Gewandszajder (1998) a entrevista, por ser de natureza interativa, permite um aprofundamento em temas que dificilmente poderiam ser elucidados através de um questionário, podendo assim explorar com maior profundidade os temas relacionados à pesquisa. Esse estudo se ancorará em Thomas, Nelson e Silverman (2007) na busca pelo entendimento de quais convidados podem participar das coletas, onde os autores apontaram que o pesquisador responsável poderá buscar indivíduos com certo grau de especialização ou experiência, onde se pode aprender com maior probabilidade acerca do tema estudado.

Para a elaboração desse objeto de estudo, aplicar-se-á uma entrevista com perguntas semi-estruturadas aos entrevistados em questão (vide Apêndice B), divididos em 3 grupos com 5 participantes, totalizando 15, os grupos em questão serão: Grupo 1: Mestres kodanshas (graduação avançada no judô, igual ou superior ao 6º Dan, podendo utilizar a faixa coral, vermelha e branca) responsáveis pela formação de judocas faixas pretas da CBJ, representando a formação tradicional;

Grupo 2: Técnicos/instrutores que atuam no judô de forma destacada (em seleções ou clubes/projetos no país); Grupo 3: de Professores acadêmicos que ministram aulas na disciplina de judô ou correspondente no ensino superior, os quais possuem graduação, formação e atuação no campo do judô. Os grupos foram formados de acordo com os quadros a seguir.

Quadro 1: Mestres Kodanshas

Sigla	Faixa	Tempo de prática	Tempo de atuação	Formação acadêmica	Observações
K1	8º Dan	62 anos	47 anos	Não encontrado	Técnico de medalhista olímpico/mundial
K2	6º Dan	38 anos	28 anos	Economia; Administração de Empresas	Dirigente esportivo
K3	8º Dan	57 anos	46 anos	Educação Física	Técnico de medalhista mundial
K4	8º Dan	61 anos	49 anos	Educação Física	Dirigente esportivo
K5	6º Dan	32 anos	30 anos	Não encontrado	Medalhista campeonato brasileiro

Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

Quadro 2: Técnicos/instrutores de destaque

Sigla	Faixa	Tempo de prática	Tempo de atuação	Formação acadêmica	Observações
TI1	2º Dan	31 anos	16anos	Educação Física Mestrado	Técnico Internacional
TI2	7º Dan	44 anos	34 anos	Educação Física Especialista	Técnico de medalhistas Olímpicos/Mundiais
TI3	3º Dan	25 anos	14 anos	Educação Física Mestrado	Técnico Internacional
TI4	5º Dan	34 anos	12 anos	Formação de técnico internacional Mestrado	Técnico de equipes Internacionais
TI5	7º Dan	56 anos	28 anos	Educação Física Mestrado	Diversas competências

Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

Quadro 3: Professores acadêmicos

Sigla	Faixa	Tempo de prática	Atuação acadêmica	Formação acadêmica	Observações
PA1	2º Dan	31 anos	10 anos	Educação Física Doutorado	Pesquisador de Judô em Universidade Pública
PA2	4º Dan	54 anos	27 anos	Educação Física Doutorado	Professor da disciplina judô.
PA3	6º Dan	46 anos	24 anos	Educação Física Doutorado	Pesquisador de Judô em Universidade Pública
PA4	3º Dan	37 anos	13 anos	Educação Física Doutorado	Pesquisador de Judô em Universidade Pública
PA5	1º Dan	35 anos	8 anos	Educação Física Doutorando	Doutorando com tema Judô Professor de Instituto privado.

Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

6.4 ANÁLISES DE DADOS

Conforme Alves Mazzotti e Gewandsznajder (1998) a pesquisa qualitativa pode proporcionar uma quantidade volumosa de materiais e dados a serem codificados pelo pesquisador na busca para otimizar a interpretação. Sugere-se que seja realizado um processo de identificação por meio de reconhecimento de dimensões, categorias, tendências, padrões e relações na busca por um entendimento mais preciso e direto.

Com o desenrolar da análise das entrevistas, o pesquisador poderá buscar de maneira experimental identificar conexões entre os documentos, para assim elaborar interpretações, buscar novos padrões e melhorar pontos de vista, tal ação pode desencadear novas perspectivas e possivelmente novos dados que não estavam sendo observados anteriormente (ALVES-MAZZOTTI; GEWANDSZNAJDER, 1998).

7 RESULTADOS

7.1 DOS ÓRGÃOS INSTITUCIONAIS DO JUDÔ

Em nível nacional, a Confederação Brasileira de Judô, por intermédio de um documento oficial, denominado Regulamento para Exame e Outorga de Faixas e Graus, organizado pelo Conselho Nacional de Graus (CNG) acerca dos critérios e conhecimentos necessários para que se possa obter a faixa preta. Em nível estadual as federações dos estados citados anteriormente possuem autonomia para elaboração e aplicação de exames:

a) Idade mínima: dezesseis (16) anos; b) carência: dois (2) anos de carência como faixa marrom e com o mínimo de 04 anos de registro no Zempô (plataforma digital da entidade para cadastro de praticantes); c) acumulação de 700 pontos, de acordo com as tabelas expostas abaixo, nos dois últimos anos que antecedem o exame; d) provas teóricas: histórico, filosofia, ética e disciplina; atualidades; divisão e classificação das técnicas; ortografia do vocabulário técnico; descrição escrita sobre *Nage no Kata*; e) provas práticas: *Nage no Kata* (completo, como Tori – praticante que executará as ações), *Nage waza*, *Renraku waza/Renraku henka waza*, *Kaeshi waza* e *Katame waza* (grifo nosso) (CNG, 2018, p.19).

A Federação Mineira de Judô (FMJ) adota em sua totalidade o documento emitido pelo Regulamento que Outorga Faixas e Graus do Conselho Nacional de Graus, o qual é um departamento da FMJ. (FEDERAÇÃO MINEIRA DE JUDO, 2020).

No Estado do Piauí, a federação local constituiu a Comissão Estadual de Exame de Faixa e Grau, baseado no regulamento da CBJ, através da Circular nº 11/2019 estabelece as diretrizes necessárias para aspirantes a faixa preta. Os candidatos deverão participar de cursos formativos com carga horária mínima de 48h, divididos em sete cursos: *Gokio/Extra-Gokio* - 8h, Arbitragem - 8h, *Katame-Waza* - 8h, Primeiros Socorros - 4h, História e Filosofia do Judô - 4h, *Katas* - 8h, *renkaku hemka waza/Kaeshi Waza* - 8h. (FEDERAÇÃO PIAUIENSE DE JUDO, 2020).

Os candidatos devem idade mínima de 16 anos e as avaliações são divididas em duas etapas teóricas: histórico, filosofia, ética e disciplina; atualidades; divisão e classificação das técnicas; ortografia do vocabulário técnico; descrição escrita sobre *Nague no Kata*, e práticas: *nague no kata*; *nague waza*; *renraku henka waza*; *kaeshi waza*; *katame waza*.

A Federação do Estado do Rio Grande do Sul constituiu a Comissão Estadual de Graus (CEG) como um departamento responsável pela formação dos

pretendentes a faixa preta e graus superiores (JUDORS, 2020). Através do Boletim Oficial 13/2020, aponta os cursos necessários no Manual do Candidato (2019), os quais devem cumprir todos os requisitos para poder prestar o exame para aquisição do faixa preta, sendo tais conteúdos:

Nage no Kata, Katame no Kata, Waza, Capacitação e Arbitragem. Observou-se no curso de Capacitação aparição de módulos de melhoria com ênfase em áreas do conhecimento, tais como: História, Pedagogia do Esporte, Nutrição/Emagrecimento, Doping (Substancias Proibidas), Esporte Infantil, Treinamento Esportivo, Psicologia do Esporte, Fisiologia do Esporte e Primeiros Socorros (grifo nosso).

Também consta no Boletim 15/2020 que a instituição incentiva e premia com pontuação diferenciada candidatos que possuem destaque competitivo e possível promoção a faixa preta por mérito esportivo (JUDORS, 2020).

Em nível escolar a federação gaúcha também estimula seus pretendentes a faixa preta com aquisição de pontuação diferenciada para alunos que possuírem ou conquistarem os títulos: Tese, dissertação, monografia (50 pontos); Artigo publicado em revista científica (70 pontos); Revista, apostila de entidade (Federação Estadual ou Confederação Brasileira – 80 pontos) e Publicação de livro (80 pontos), conforme o Boletim 15/2020 (JUDORS, 2020).

A Federação de Judô do Estado do Rio de Janeiro, assim como a federação do Rio Grande do Sul, também instituiu uma comissão para o desenvolvimento das ações voltadas à aquisição de faixas e graus, a Comissão Estadual de Graus (CEG) conforme averiguado no domínio da entidade (JUDORIO, 2020).

A comissão estadual carioca recorre ao documento expedido pelo CNG denominado regulamento para exame e outorga de faixas e graus, podendo ser considerado um documento de abrangência nacional (CBJ, 2019).

É possível observar as diretrizes formativas pelas quais a Comissão direciona suas ações para o desenvolvimento e aquisição de futuros faixas pretas, pode-se examinar que a federação preconiza aspectos voltados a formação artesanal, como apontado em seu suporte pedagógico denominado Material de Estudo, onde são explorados livros, apostilas e palestras com os seguintes temas: A filosofia do Judô Kodokan (2018); História, Filosofia e Ética; Arbitragem, Classificação Técnica (2018); Ortografia – Palestra FJERJ; Atualidades (2019); Apostila Nage No Kata (2019); *Kumi Kata*, não sendo observados conteúdos relacionados a formação científica (JUDORIO, 2020).

Nos oito documentos ofertados pela Federação do Rio de Janeiro, observa-se que há participação de profissionais de educação física, contabilizados desta forma: um doutor, um mestre e dois graduados (JUDORIO, 2020).

Em relação ao formato e ao conteúdo da formação oferecida pela Federação Paulista de Judô (FPJ), observa-se que em seu documento oficial, o Regulamento Graduação (RG) os seguintes conteúdos:

Módulo 1: História; Filosofia e Terminologia; Módulo 2: Oficiais técnicos; Arbitragem e Seminário de Arbitragem; Módulo 3: *Nage no Kata*; *Katame no Kata*; *Ju no Kata*; *Kime no Kata*; *Kodokan Goshin Jutsu* e Fundamentos Técnicos (RG, 2019, p.5).

Com base em tais documentos formativos, também se encontra em Regulamento Graduação (2019) as exigências da prova para tal obtenção de faixa preta primeiro *dan* – (traduzido originalmente do japonês, nível, grau ou estágio), ressaltando que os *dans* no judô, posterior a faixa preta, estão divididos em dez, sendo estes do primeiro ao quinto (faixa preta), do sexto ao oitavo (faixa vermelha e branca e nono e décimo faixa vermelha). Dessa forma, os exames se concentram conforme o RG:

- 1) Exame Teórico: história do judô; processo de expansão do judô; terminologias usuais do judô; funções dos oficiais técnicos; operações das funções dos oficiais técnicos; súmulas; divisão técnica do judô; conceito de *kata*; técnicas que pertencem ao *Nage no Kata* (completo) e suas classificações; fundamento técnico (*shiiinsei*, *shintai*, etc.); fases e classificação dos golpes e;
- 2) Exame Prático: apresentação do *Nage no kata* – até *Ashi Waza* (técnicas de projeção de membros inferiores); apresentação de fundamentos técnicos: *nage waza* (técnica de projeção ou arremesso do oponente), *renkaku renka waza* (técnica de ataques sucessivos e/ou combinados), *kaeshi waza* (técnicas de contra-ataque e/ou golpes) e *katame waza* (técnicas de subjugar o oponente através de obstrução de articulações ou sistema respiratório) (grifo nosso) (RG, 2019, p.8).

Em ambas as entidades há o aparecimento de uma exigência acerca da permissão do técnico do/a praticante em assinar determinado documento que autoriza que o mesmo participe de todo o processo para obtenção da faixa preta, de igual atenção, nota-se que pouco, ou quase nada, é exigido acerca de conhecimentos pedagógicos, biomecânicos, fisiológicos, de humanidades, noções básicas da iniciação esportiva, aspectos do desenvolvimento motor, bem como alguma atividade de primeiros socorros. Dessa forma, com base em tais documentos, pode-se entender que a característica artesanal, citada por Drigo (2008) ainda persistem, gerando uma modelagem formadora com base nos

aspectos que Rugu (1998) referencia possuir um baixo nível ou até mesmo inexistente, de conhecimentos acadêmicos.

7.2 DOS ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS PELA FORMAÇÃO ACADÊMICA

Conforme Nascimento (1999, 2009) um componente da formação de instrutores de judô no Brasil, refere-se à aquisição de conhecimento através da formação acadêmica em curso de educação física, o qual estará abordando as mais distintas esferas que tange formação de um instrutor esportivo, assim distanciando-se do conhecimento exclusivo da modalidade podendo ofertar um repertório de conhecimentos e áreas adjacentes ao esporte, mais amplo para a atuação.

Como parte do projeto desse estudo foram abordadas as estruturas curriculares das disciplinas que envolvem a temática modalidade de esportes de combate, atualmente esportivizadas e anteriormente relacionadas aos aspectos das lutas e artes marciais, conforme apontou Gutmann (1978). Nesse sentido cabe uma breve observação nos conteúdos abordados nos cursos de Graduação em Educação Física em universidades públicas dos estados de Minas Gerais (UFMG), Piauí (UFPI), Rio Grande do Sul (UFRGS), Rio de Janeiro (UFRJ) e de São Paulo (UNESP, Unicamp e USP), apresentados a seguir.

Quadro 4: Estrutura Curricular da UFMG

Instituição	Disciplina	Carga Horária	Conteúdos Programáticos
UFMG– Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional	Atividade Prática Monitorada: Lutas - ESP	45hs/aula	<ul style="list-style-type: none"> - Atividades acadêmicas que proporcionam ao aluno a ampliação de sua formação com a aquisição de conhecimento procedimental e declarativo, habilidades, comportamentos e atitudes em áreas do conhecimento específico da Educação Física e Esportes; - Experiência prática do aluno em diferentes contextos envolvendo o conteúdo Lutas. Análise do processo educativo e reflexão das práxis no contexto dos saberes profissionais.
	Lutas	30hs/aula	<ul style="list-style-type: none"> - História das lutas; fundamentos básicos; ética; aprendizagem de técnicas básicas; aspectos técnicos e pedagógicos da aprendizagem com crianças; - Judô como prática do currículo da Educação Física na educação básica;- Judô (História e golpes básicos)

Fonte: UFMG - Estrutura Curricular (2020).

Quadro 5: Resumo do Componente Curricular da UFPI

Instituição	Disciplina	Carga Horária	Conteúdos Programáticos
UFPI – Centro de Ciências da Saúde – Campus Teresina	Lutas em Educação Física	60hs/aula, dividido em: 30h – teórica 30h – prática	- Fundamentos teórico-metodológicos da luta. Importância de atacar e defender. Características específicas. Noções de Arbitragem.

Fonte: UFPI - Detalhes da Estrutura Curricular (2019).

Quadro 6: Projeto Pedagógico do Curso Educação Física - Habilitação Licenciatura

Instituição	Disciplina	Carga Horária	Conteúdos Programáticos
UFRGS – ESEFID Escola de Educação Física	Judô	60hs/aula, dividido em: 45h – teórica/prática 15h – prática componente curricular	Tematiza conhecimentos básicos referentes à história do Judô. Aborda o conhecimento e o ensino elementos técnicos e táticos. Tematiza as estratégias de defesa e ataque. Estimula o exercício da elaboração e aplicação de planos de aula e/ou treinamento da modalidade..

Fonte: UFRGS - Comissão de Graduação em Educação Física (2012).

Quadro 7: Universidade Federal do Rio de Janeiro

Instituição	Disciplina	Carga Horária	Conteúdos Programáticos
UFRJ - Centro de Ciências da Saúde - Escola de Educação Física e Desportos	Fundamentos do Judô	60hs/aula, dividido em: 30h – teórica 30h – prática	<ul style="list-style-type: none"> - Compreender o processo de ensino-aprendizagem das técnicas de amortecimento das quedas (ukemi) nas situações em que o aluno seja derrubado; - Compreender o processo de ensino-aprendizagem das técnicas básicas de projetar (tachiwaza) utilizando o desequilíbrio (kuzushi), a penetração (tsukuri) e o arremate (kake); - Compreender o processo de ensino-aprendizagem das técnicas básicas de domínio no solo (katame-waza), levando o aluno a adquirir domínio e finalização; - Identificar áreas de interesse no ensino do Judô, oportunizando a pesquisa que gera conhecimento e a construção de estratégias de ensino.
	Judô I	60hs/aulas	<ul style="list-style-type: none"> - Aplicar as técnicas de amortecimento das quedas (Ukemi) em qualquer situação em que seja derrubado(a). - Executar as técnicas básicas de projetar (tachi-waza) utilizando o equilíbrio (kuzushi), a penetração (tsukuri) e o arremate (kake) - Executar as técnicas básicas de domínio no solo (katame-waza), demonstrando domínio e finalização - Identificar os principais problemas técnicos-pedagógicos do judô nos sistemas dos colégios, academias, clubes, condomínios e áreas comunitárias - Analisar a realidade no campo de trabalho

(fim)

Instituição	Disciplina	Carga Horária	Conteúdos Programáticos
	Judô II		<ul style="list-style-type: none"> - Planejar e aplicar um programa de ensino em judô para iniciantes; - Criticar atividades de ensino em judô; - Executar as técnicas e contra-golpes, utilizando a defesa, o desequilíbrio, a penetração e o arremate final; - Executar técnicas de ataques combinados, utilizando a finta, o desequilíbrio, a penetração e o arremate final; - Organizar um exame de faixa em judô; - Organizar um torneio em judô;
	Judô III	60hs/aula	<ul style="list-style-type: none"> - Executar as técnicas de ataques combinados (<i>renrakuenka-waza</i>) a finta e o Equilíbrio (<i>kuzushi</i>), a penetração (<i>tsukuri</i>) e arremate final (<i>kake</i>); - Executar as técnicas básicas de luta no solo (<i>ne-waza</i>) demonstrando domínio; - Organizar um torneio de Judô; - Elaborar um programa para o ensino do judô para iniciantes; - Executar as técnicas de contra-golpes (<i>kaeshi-waza</i>), utilizando a esquiva (<i>taisabake</i>), o desequilíbrio (<i>kuzushi</i>), a penetração (<i>tsukuri</i>) e arremate final (<i>kake</i>).

Fonte: UFRJ - Ementas dos Cursos de Graduação (2020).

Quadro 8: Relação de conteúdos do curso de Educação Física da UNESP

Instituição	Disciplina	Carga Horária	Conteúdos Programáticos
UNESP - Instituto de Biociências – Campus Rio Claro	Lutas I	60hs/aula, dividido em: 15h – teórica 15h – prática 15h – teórica/prática 15h – outras	<ul style="list-style-type: none"> - Aspectos históricos, filosóficos e culturais das artes marciais, lutas e do judô; - Fundamentos, princípios técnicos e pedagógicos das artes marciais, lutas e do judô; - Etnologia e etnografia das artes marciais e lutas; - Análise crítica e observação de campo
UNESP - Instituto de Biociências – Campus Rio Claro	Lutas II	60hs/aula	<ul style="list-style-type: none"> - História da capoeira e os aspectos sociais que a caracteriza; - Situação atual da capoeira; - Importância da capoeira na educação física; - Instrumentos: berimbau, pandeiro, reco-reco e agogô; - Cantos e roda de capoeira; - Movimentos básicos do estilo capoeira angola e a diferença com a capoeira regional.

Fonte: UNESP (2020).

Quadro 9: Projeto Pedagógico do Curso de Ciências do Esporte da UNICAMP

Instituição	Disciplina	Carga Horária	Conteúdos Programáticos
UNICAMP – Faculdade de Ciências Aplicadas – Campus Limeira	Metodologia de Treinamento dos Esportes de Combate	10 créditos	- A origem comum das artes marciais; - As lutas orientais; - As lutas ocidentais; - A capoeira; - O multiculturalismo e os esportes de combate. A esportivização e espetacularização das lutas.

Fonte: UNICAMP (2020).

Quadro 10: Conteúdos Programáticos da USP

Instituição	Disciplina	Carga Horária	Conteúdos Programáticos
USP Campus São Paulo	Pedagogia de modalidades de combate, lutas e artes marciais	60hs/aula	- Discutir e preparar os discentes para adaptação das atividades motoras típicas de lutas, artes marciais e modalidades de combate em programas de educação física escolar e não escolar, bem como proporcionar conhecimentos aplicados à preparação física e técnico-tática de atletas e a organização e promoção de eventos de modalidades de combate.
USP Campus São Paulo	Judô	60hs/aula	- História do judô; - Organização do judô; - Processo ensino-aprendizagem das técnicas de judô; - Preparação técnica e tática no judô. Preparação física para atletas de judô.
USP Campus São Paulo	Judô I	60hs/aula	- Proporcionar uma visão ampla das possibilidades de atuação profissional junto à modalidade esportiva judô.
USP Campus São Paulo	Judô II	60hs/aula	- Proporcionar aprofundamento dos conhecimentos adquiridos na disciplina Judô I, bem como oferecer conhecimentos sobre outros aspectos (p.ex., nutricionais, psicológicos) que influenciam o desempenho no judô.

Fonte: USP (2020).

Com intuito de buscar atividades complementares da formação inicial nos cursos de educação física das universidades pesquisadas houve uma procura por projetos de extensão e pesquisa com o intuito de ofertar uma maior quantidade de informação para os discentes do curso. Os projetos de extensão e pesquisa podem ser considerados como uma resposta acadêmica frente a muitos questionamentos recebidos por parte da comunidade que entende apenas a formação na graduação insuficiente para obtenção de conhecimentos para atuação (PENIN, 2001; ANTUNES, 2007; PRONI, 2010).

Assim, aborda-se os projetos dos grupos de pesquisa, extensão e atividades de laboratórios das universidades pesquisadas anteriormente com objetivo de trazer para o debate o engajamento frente a formação continuada dos alunos, bem como se os

programas contemplam atividades relacionadas a esportes de combate, lutas, judô ou com áreas de interesse para os alunos. Conforme elucida os quadros a seguir.

Quadro 11: Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

GRUPOS DE PESQUISA/PROJETOS DE EXTENSÃO/ATIVIDADES DE LABORATÓRIO	
Grupo	Objetivos/Temática
Biomecânica do Esporte (Membro do Centro de Excelência Esportiva do Governo Federal)	O objetivo da rede CENESP é a assistência científica de atletas, técnicos e treinadores de Federações e Confederações Esportivas e a realização de pesquisas científicas na área de esporte de rendimento e atividades físicas/esportivas.
Grupo de Estudos de Sociologia, Pedagogia do Esporte e do Lazer (GESPEL)	O grupo se dedica a estudar os fenômenos atuais do Esporte, Saúde e Lazer com ramos específicos na Sociologia do Esporte e do Lazer e na Pedagogia do Esporte, influenciados pela educação olímpica.
Laboratório de Psicologia do Esporte (LAPES)	Criado em 1991 pelo Prof. Dr. Dietmar Samulski, o Grupo de Pesquisa LAPES-UFMG conduzia suas investigações na área dos fatores psicossociais aplicados ao Rendimento Esportivo com ênfase em investigações dentro da Psicologia do Esporte.
Núcleo de estudos em Educação Física Escolar (ProEFE)	Principal proposta é o intercâmbio profissional e acadêmico de professores (as) e alunos (as) da área com vistas à problematização das práticas escolares de Educação Física, envolvendo questões de natureza diversa: sua história escolar, suas práticas de ensino, seus ordenamentos legais, as proposições de abordagens pedagógicas e de metodologias de ensino; o processo de escolarização de práticas corporais em seus programas; relatos de práticas escolares realizadas, dentre outros.
Treinamento Esportivo	Os projetos atualmente em andamento contemplam as seguintes questões científicas: métodos de treinamento esportivo, avaliação e registro da carga de treinamento esportivo, desenvolvimento de equipamentos e softwares para registros de variáveis do desempenho físico relacionados com o treinamento esportivo e saúde em geral, atividades aquáticas (natação e ciclismo aquático), efeitos da vibração mecânica no desempenho físico.
ATIVIDADES RELACIONADAS À EXTENSÃO	
Programa	Objetivos/Temáticas
Judô	Atividades relacionadas à prática da modalidade.
Projeto Condicionamento Físico do Programa LabMov	Proporcionar melhora no condicionamento físico dos indivíduos através de melhoras nos aspectos da força muscular, potência, resistência cardiovascular, resistência muscular.
Programa de capacitação profissional em esportes olímpicos e paralímpicos	Capacitar estudantes e profissionais para discussão e atuação em esportes Olímpicos e Paraolímpicos.
ATIVIDADES DE LABORATÓRIOS	
Denominação	Linha de pesquisa
Laboratório de Carga (LAC)	Análise e controle da sobrecarga do treinamento esportivo
Laboratório de Estudos e Pesquisa em Esportes de Combate (LEPEC)	Aspectos psicofisiológicos das modalidades de combate; Aspectos técnicos-táticos, pedagógicos e socioculturais das modalidades de combate; Elaboração e validação de instrumentos.

(fim)

Laboratório de Fisiologia do Exercício (LAFISE)	Efeito de atividades física e do treinamento físico sobre alterações no metabolismo e nos sistemas endócrino, muscular e neural na saúde e em doenças crônicas não contagiosas; Marcadores de estresse e alterações imunológicas relacionadas ao exercício físico; Metabolismo, termo regulação e fadiga durante o exercício físico.
Laboratório de Nutrição e Treinamento Esportivo (LAN)	Influência da nutrição no controle de carga do treinamento; Recursos ergo gênicos; Nutrição e treinamento de força.
Laboratório de Performance Humana (LPH)	Estudos do Desempenho Motor e Funcional Humano.
Laboratório de Psicologia do Esporte (LAPES)	Investigação dos aspectos comportamentais, emocionais e sociais de atletas, treinadores, árbitros e dirigentes esportivos; Investigação dos aspectos cognitivos, perceptivos, de tomada de decisão, psicofisiológicos e neuropsicológicos do movimento humano do movimento humano no esporte, treinamento e no exercício físico; Cognição em Esportes de Combate; Transição de Carreira Esportiva.

Fonte: Núcleo de Assessoramento à Pesquisa (NAPQ)

Quadro 12: Universidade Federal do Piauí (UFPI)

GRUPOS DE PESQUISA/PROJETOS DE EXTENSÃO/ATIVIDADES DE LABORATÓRIO	
Grupo	Objetivos/Temáticas
FORMAÇÃO	Núcleo de Formação de Professores;
NEFORPE	Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão sobre Formação de Professores e Práticas;
NEPEF	Núcleo de Estudos e Pesquisa em Educação Física.
ATIVIDADES RELACIONADAS À EXTENSÃO	
Linhas de Extensão	Objetivos/Temáticas
Esporte e Lazer	Desenvolvimento de programas e projetos, assessoria, consultoria, realização de eventos e outras ações voltadas para as práticas esportivas, experiências culturais, atividades físicas e vivências de lazer para crianças, jovens e adultos, como princípios de cidadania, inclusão, participação social e promoção da saúde; esportes e lazer nos projetos político-pedagógicos das escolas; desenvolvimento de metodologias e inovações pedagógicas no ensino da educação física, esportes e lazer; iniciação e prática esportiva; detecção e fomento de talentos esportivos; formação, capacitação e qualificação de pessoas que atuam na área; produção e divulgação de informações, conhecimentos e material didático na área.
Metodologias e Estratégias de Ensino/aprendizagem	Desenvolvimento de programas e projetos, assessoria, consultorias, realização de eventos e outras ações visando à discussão de metodologias e estratégias específicas de ensino/aprendizagem, como a educação à distância e o ensino presencial e de processos de formação inicial, educação continuada e formação profissional; formação, capacitação e qualificação de pessoas que atuam na área; produção e divulgação de informações, conhecimentos e de material didático na área.

Fonte: Universidade Federal do Piauí (UFPI)

Quadro 13: Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

GRUPOS DE PESQUISA/PROJETOS DE EXTENSÃO/ATIVIDADES DE LABORATÓRIO	
Núcleo	Objetivos/Temáticas
Psicologia e Pedagogia do Esporte	Realizar investigações de cunho científico sobre os principais fatores relacionados ao ensino e treinamento esportivo: técnicos, físicos, estratégico-táticos e psicológicos (motivação, valores, atitudes, interesses, preocupações de carreira de atletas, entre outros). O foco central é a produção de conhecimentos na área das Ciências do Movimento Humano, mais especificamente, na linha da atividade física e performance.
Pesquisa em Gestão do Esporte	Objetivo estudar o Olimpismo e os Esportes Olímpicos sob uma perspectiva multidisciplinar. As pesquisas do CEO concentram-se nos aspectos históricos, culturais, sociais e filosóficos do Olimpismo e do esporte, bem como em suas dimensões políticas e de gestão.
Pesquisa em Doping e Performance Esportiva	
Olimpismo e Ética no Esporte	
Esporte Paralímpico	
Identificação e Promoção de Talentos Esportivos	
Grupo de Estudos Qualitativos Formação de Professores e Prática Pedagógica em Educação Física e Ciências do Esporte	Formação de Professores e Prática Pedagógica em Educação Física e Ciências do Esporte na Rede Municipal de Ensino de Porto Alegre ganham materialidade em trabalhos de iniciação científica, dissertações, teses, artigos em revistas e comunicações em anais de congressos nacionais e internacionais
Grupo de Estudos em Esporte	Antropologia e filosofia do esporte; Pedagogia do Esporte; Políticas Públicas de Esporte e Lazer; Psicologia do Esporte e Treinamento Esportivo e Rendimento.
ATIVIDADES RELACIONADAS À EXTENSÃO	
Programa	Objetivos/Temáticas
Judô Projeto Bugre Lucena	Atividades relacionadas à prática da modalidade.
ATIVIDADES DE LABORATÓRIOS	
Denominação	Linha de Pesquisa
Laboratório de Pesquisa do Exercício	Proporcionar e incentivar pesquisas de natureza pura e aplicada, relacionados com problemas de Educação Física e áreas afins. Proporcionar estágios a alunos e egressos da UFRGS ou de outras instituições, nacionais e estrangeiras. Colaborar, mediante a realização de convênio ou outros instrumentos formais, com outras Unidades da UFRGS e outras instituições públicas ou entidades privadas, na realização de cursos e pesquisas.

Fonte: UFRGS (2020).

Quadro 14: Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

GRUPOS DE PESQUISA/PROJETOS DE EXTENSÃO/ATIVIDADES DE LABORATÓRIO	
Grupo	Objetivos/Temáticas
Laboratório Observatório do Treinamento Desportivo	Desenvolver investigações sobre a dinâmica de aplicação de cargas e seus efeitos (de ordem fisiológica, bioquímica, psicológica, etc.) em atletas e não-atletas que treinam em diferentes contextos; Contribuir para construção e consolidação de um grupo interdisciplinar de pesquisa em Ciências do Esporte.
Laboratório de Estudo em Ciências do Exercício e Treinamento	
ATIVIDADES DE EXTENSÃO	
Nome	Objetivos/Temáticas
Departamento de Lutas	Atividades relacionadas à prática da modalidade

Fonte: UFRJ (2020).

Quadro 15: UNESP (Campos Rio Claro)

GRUPOS DE PESQUISA/PROJETOS DE EXTENSÃO/ATIVIDADES DE LABORATÓRIO	
Grupo	Objetivos/Temáticas
Laboratório de Estudos e Pesquisa em Psicologia do Esporte - LEPESPE	Gênero, tecnologias e psicologia do esporte Influência da torcida, da mídia e novas tecnologias no desempenho esportivo Reclusão esportiva, as novas tecnologias midiáticas e estados emocionais Motivação e liderança na atividade física e as novas tecnologias de comunicação
Núcleo de Atividade Física, Esporte e Saúde - NAFES	Promover a produção e difusão de conhecimento científico juntamente com a formação profissional para criar estratégias de intervenção sustentáveis atendendo à diversidade das pessoas e da sociedade.
ATIVIDADES DE EXTENSÃO	
Modalidade	Departamento de Educação Física
Judô	Atividades relacionadas à prática da modalidade

Fonte: UNESP (2020).

Quadro 16: UNICAMP (Campus Limeira)

GRUPOS DE PESQUISA/PROJETOS DE EXTENSÃO/ATIVIDADES DE LABORATÓRIO	
Área de Pesquisa	Objetivos/Temáticas
Biodinâmica do Esporte Linha: Aspectos Biodinâmicos do Treinamento Esportivo	Aspectos Biodinâmicos do Treinamento Esportivo: investiga temas relacionados às diversas vertentes do esporte, tais como o treinamento desportivo, a biologia molecular, a biomecânica, a fisiologia, a patologia, pedagogia, a bioquímica e psicologia do esporte, em modalidades individuais e coletivas, desde a iniciação esportiva até o alto rendimento.

(continua)

GRUPOS DE PESQUISA/PROJETOS DE EXTENSÃO/ATIVIDADES DE LABORATÓRIO	
Área de Pesquisa	Objetivos/Temáticas
Biodinâmica do Esporte Linha: Fisiologia e Biologia Molecular Aplicadas ao Exercício	Tem como objetivo o desenvolvimento de projetos de pesquisa nas áreas de fisiologia e biologia molecular do exercício, envolvendo aspectos relacionados ao metabolismo celular e as adaptações orgânicas em resposta ao exercício físico em modelos animais e em humanos.
Pedagogia do Esporte Linha: Aspectos Pedagógicos do Esporte	Investiga os processos metodológicos de ensino, aprendizagem e treinamento em esportes, em sua ampla diversidade de perspectivas e abrangências, com ênfase nos estudos aplicados. Investiga também as possíveis interfaces da Pedagogia do Esporte com outras áreas do saber, uma vez que estas impactam diretamente na formação e atuação docente nas distintas dimensões do esporte (participação, educacional e de alto rendimento).
Pedagogia do Esporte Linha: Humanidades e Esporte	Tem como foco de investigação científica o trato do esporte no campo das áreas humanas, delineando estudos e propostas teóricas específicas destas interfaces, como a história do esporte, a psicologia do esporte, aspectos filosóficos e sociológicos sobre e no esporte, a política pública e privada esportiva, a promoção da saúde e suas relações com as diferentes dimensões do esporte, dentre outros.
ATIVIDADES DE EXTENSÃO	
Cursos/Projetos	Objetivos/Informações
Lutas e Esportes de Combate	Ensino e treinamento das Lutas e Modalidades Esportivas de Combate como jogo, enfatizando não somente o desenvolvimento de habilidades motoras específicas de cada prática, mas a formação global do aluno nos diferentes níveis de formação, evidenciando o ensino dos conteúdos em suas dimensões conceituais, atitudinais, filosóficas, além das procedimentais.
Elaboração de Projetos para Leis de Incentivo ao Esporte	Tipo: Curso de Extensão Carga Horária: 30 HORAS Escolaridade: Nível MÉDIO completo.
Pesquisa em Nutrição, Esporte e Metabolismo	Tipo: Curso de Difusão Científica Carga Horária: 44 HORAS Escolaridade: Nível MÉDIO completo.
ATIVIDADE DE LABORATÓRIO	
Nome	Atividades
Laboratório de Estudos em Pedagogia do Esporte - LEPE	Investiga o entendimento das manifestações da lógica do jogo em meio ao seu desenvolvimento e frente aos constrangimentos advindo da imprevisibilidade do jogo, de modo a possibilitar a compreensão sobre seu processo organizacional sistêmico, evidenciando a emergência de questões como estado de jogo, aprendizagem e treinamento com jogos, análise de jogo, periodização de jogo, a pedagogia do jogo e metodologias de ensino-aprendizagem-treinamento.
Laboratório do Sono e Exercício Físico - LASEF	Sono, Distúrbios do Sono e Exercício Físico em populações diversas. Esportes Adaptados.
Laboratório de Biomecânica e Instrumentação - LABIN	Engloba projetos de pesquisa para investigar os aspectos metodológicos e aplicados da Biomecânica, no contexto esportivo, na reabilitação, na ergonomia, entre outros. Estudar o movimento humano a partir de conceitos biomecânicos. Desenvolver e aplicar métodos e técnicas de registro baseados em processamento de imagens e visão computacional. Desenvolver métodos de análise a partir dos dados obtidos em situações de competição, treinamento e laboratoriais. Desenvolver modelos e formas de análise a partir das variáveis mecânicas obtidas.

(fim)

Laboratório de Biologia Molecular do Exercício - LABMEX	Desenvolve projetos de pesquisa na área de biologia molecular aplicada ao exercício físico, envolvendo aspectos relacionados ao metabolismo celular em modelos experimentais e em humanos. Exercício físico e nutrientes e seus efeitos intracelulares na saúde e no desempenho.
Laboratório de Promoção e Educação em Saúde - LAPES	Discutir práticas de atendimento; avaliar a implantação das políticas públicas de saúde, gestão e atenção em saúde; analisar e efetivar a contribuição da epidemiologia em relação aos riscos e vulnerabilidade na saúde, aos serviços de saúde e vigilância em saúde; acolher profissionais das diferentes áreas que se interessem pela saúde pública.

Fonte: UNICAMP (2020).

Quadro 17: Universidade de São Paulo

GRUPOS DE PESQUISA/PROJETOS DE EXTENSÃO/ATIVIDADES DE LABORATÓRIO	
Laboratório de Pesquisa	Linhas de Pesquisa
Biomecânica Linha: Biomecânica do Esporte	Tem por meta a investigação e análise do movimento humano em suas estruturas básicas relacionadas às atividades físico-esportivas e/ou atividades cotidianas, observando-se as consequências para o aparelho locomotor tanto em relação ao rendimento e otimização técnica como em dependência das características específicas das reações do sistema biológico humano.
Laboratório Sistemas Motores Humanos	Estudos experimentais relacionados ao controle e aprendizagem de habilidades motoras
Projetos de Iniciação científica	A iniciação científica é um programa que visa atender alunos dos cursos de graduação, colocando-os em contato com grupos/linhas de pesquisa. busca, também, proporcionar ao aluno, orientado por pesquisador experiente, a aprendizagem de técnicas e métodos científicos, bem como estimular o desenvolvimento do pensar cientificamente e da criatividade, decorrentes das condições criadas pelo confronto direto com os problemas de pesquisa.

Fonte: USP (2020).

Os projetos ligados as atividades de extensão universitária possuem um caráter importante na formação dos estudantes, pois elenca elementos abordados no curso de graduação ao processo científico, conforme aponta a Política Nacional Extensão Universitária:

A Extensão Universitária, sob o princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, é um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre Universidade e outros setores da sociedade (PNEU, 2012, p.28).

Ainda buscando encontrar subsídios para explorar as potencialidades dos projetos de extensão universitária, o Conselho Nacional de Educação de 2018 afirma no art. 2º que:

As Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira regulamentam as atividades acadêmicas de extensão dos cursos de graduação, na forma de componentes curriculares para os cursos, considerando-os em seus aspectos que se vinculam à formação dos estudantes, conforme previstos nos Planos de Desenvolvimento Institucionais (PDIs), e nos Projetos Políticos Institucionais (PPIs) das entidades educacionais, de acordo com o perfil do egresso, estabelecido nos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs) e nos demais documentos normativos próprios. (CNE, 2018, texto digital).

E no art. 3º segue direcionando as determinações a serem seguidas em busca de uma extensão desejada aos alunos:

A Extensão na Educação Superior Brasileira é a atividade que se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se em processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa. (CNE, 2018, texto digital).

No art. 6º destaca quais intenções os projetos de extensão devem proporcionar aos alunos e a comunidade:

I - a contribuição na formação integral do estudante, estimulando sua formação como cidadão crítico e responsável; II - o estabelecimento de diálogo construtivo e transformador com os demais setores da sociedade brasileira e internacional, respeitando e promovendo a interculturalidade; III - a promoção de iniciativas que expressem o compromisso social das instituições de ensino superior com todas as áreas, em especial, as de comunicação, cultura, direitos humanos e justiça, educação, meio ambiente, saúde, tecnologia e produção, e trabalho, em consonância com as políticas ligadas às diretrizes para a educação ambiental, educação étnico-racial, direitos humanos e educação indígena; IV - a promoção da reflexão ética quanto à dimensão social do ensino e da pesquisa; V - o incentivo à atuação da comunidade acadêmica e técnica na contribuição ao enfrentamento das questões da sociedade brasileira, inclusive por meio do desenvolvimento econômico, social e cultural; VI - o apoio em princípios éticos que expressem o compromisso social de cada estabelecimento superior de educação; VII - a atuação na produção e na construção de conhecimentos, atualizados e coerentes, voltados para o desenvolvimento social, equitativo, sustentável, com a realidade brasileira. (CNE, 2018, texto digital).

7.3 PERFIL DOS PARTICIPANTES

Abordar-se-á o perfil dos participantes nesse estudo com o objetivo de identificar e conhecer o parecer individual frente às questões norteadoras da pesquisa e um possível entendimento dos argumentos explanados nas respostas. Ressalta-se, portanto, que é uma das partes dos temas geradores que serão observados e discutidos. As respostas de cada de cada grupo são representadas em forma de quadro. No quadro 18 Grupo de mestres kodanshas (graduação superior ao 6º grau – faixa vermelha e branca, considerados mestres da modalidade); quadro 19 do Grupo técnicos/instrutores de destaque (integrantes de instituições – Judô Nacional e Internacional); quadro 20 Grupo de Professores Universitários (titulares da disciplina judô/lutas/esportes de combate).

Quadro 18: Grupo de mestres Kodanshas

Participantes	K1	K2	K3	K4	K5
Nascimento	1946	1958	1946	1950	1966
Iniciou como treinador	1973	1992	1974	1971	1990
Faixa do Judô	8º Dan	6º Dan	8º Dan	8º Dan	6º Dan
Formação Profissional	Técnico Contábil	Economia/ Administração	Educação Física	Educação Física	Técnico Contábil
Nível Educacional	Técnico	Graduado	Graduado	Pós-Graduação (especialista)	Técnico
Nível Atleta Destaque	Medalhista Olímpico	Campeão Brasileiro	Medalhista Mundial	Campeão Estadual	Medalhista Pan América

Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

Quadro 19: Grupo técnicos/instrutores de destaque

Participantes	TI1	TI2	TI3	TI4	TI5
Nascimento	1980	1968	1983	1980	1960
Iniciou como treinador	2004	1986	2006	2008	1992
Faixa do Judô	2º Dan	7º Dan	2º Dan	5ª Dan	7º Dan
Formação profissional	Educação Física	Educação Física	Educação Física	Administração de Empresas	Educação Física
Nível Educacional	Mestrado	Pós-Graduação (especialista)	Doutorando	Mestrado	Mestrado
Nível Atleta Destaque	Seleção Brasileira	Medalhista Olímpico/Mundial	Medalhista Mundial	Medalhista Mundial	Medalhista Mundial

Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

Quadro 20: Grupo Professores Universitários

Participantes	PU1	PU2	PU3	PU4	PU5
Nascimento	1974	1960	1962	1978	1980
Iniciou como docente acadêmico	2010	1986	1996	2007	2012
Faixa de Judô	2º Dan	4º Dan	6º Dan	3º Dan	1º Dan
Formação Profissional	Educação Física	Educação Física	Educação Física	Educação Física	Educação Física
Nível Educacional	Doutorado	Doutorado	Doutorado	Doutorado	Doutorando
Nível Atleta Destaque	Medalhista Universitário	Não consta	Medalhista Mundial	Não consta	Medalhista Estadual

Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

7.4 CATEGORIZAÇÃO

Nesse subitem serão detalhadas as perguntas dos entrevistados nas suas colocações e pareceres através de um roteiro com cinco perguntas elaborado próprio pelo pesquisador demonstradas na sequência e as respostas serão apresentadas em forma de quadro, conforme se pode verificar a seguir:

- 1) Qual a definição que o (a) Sr. (a) daria para um bom técnico/instrutor de judô?
- 2) Quais são as competências ou conhecimentos necessários para ser um bom técnico/instrutor de judô?
- 3) Sobre o trabalho com judô, poderia descrever como realiza a formação dos judocas?
- 4) Sobre o trabalho com Judô, poderia descrever como realiza o treinamento de atletas de judô?
- 5) Quais referencias (literatura e/ou pessoas) utiliza para sua atuação?

O próximo quadro é referente a formação de categoria das respostas acerca da definição de um bom técnico/instrutor de judô, correspondente ao questionário aplicado na pergunta 1.

Quadro 21: Qual a definição para um bom técnico/instrutor de judô?

Categoria	Total	Mestres Kodanshas	Técnicos/instrutores	Universitários
1. Formação na modalidade	12	04	04	04
2. Formação Acadêmica	09	n/e	04	05
3. Generalista	05	01	03	01
4. Individualização do Trabalho	04	01	03	n/e
5. Formação e Carreira	04	01	03	n/e
6. Abnegação	04	04	n/e	n/e

Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

Dentre os achados, o mais interessante é o judô como uma atividade centenária no país, trata-se da falta de unanimidade e o grau de dispersão das opiniões nesse tema. De certa forma, esta condição permite refletir sobre a falta de materiais formais – literatura específica, cursos de formação, debates etc – no bojo da modalidade. Condizente com uma possível realidade de transição da modalidade que estaria entre o artesanato e a profissionalização.

A formação na modalidade, compreendida como parte da formação artesanal, possui a maior parte dos participantes (n=12) que a consideram importante para ser um bom professor. Dessa forma apresentou uma distribuição igualitária dos grupos, porém, um participante de cada, não apontou essa característica como importante para a formação.

A formação acadêmica apresenta ser importante para os participantes do grupo de professores universitários, todos apontaram essa característica. O grupo de técnicos/instrutores também considera a formação acadêmica importante, mas, com uma exceção. Por sua vez no grupo de mestres kodanshas não foi identificado nenhuma menção aos conhecimentos acadêmicos. Denota-se que, para essa categoria, os polos artesanais e profissionais apresentam-se bem delimitados, os participantes do grupo de mestres kodanshas apresentaram-se menos sensíveis para a formação acadêmica em relação ao grupo de professores universitários que foram unânimes em suas respostas e o grupo de técnicos/instrutores em sua ampla maioria.

A terceira categoria em número de participações (n=5), que é considerada como generalista corrobora com a ideia inicial da dispersão de opiniões acerca dos requisitos para um bom técnico/instrutor de judô. Aparentemente esse quadro possibilita duas ponderações a serem estudadas: a) esse assunto não é comum de ser debatido, estudado e/ou escrito e b) a formação dentro da modalidade é um tema que ainda reflete a individualidade do mestre na formação artesanal do discípulo, por essa razão, cada mestre, incluindo os de formação acadêmica tem sua própria opinião, não necessariamente dividida entre os pares.

As três categorias com menor participação (n=4) em todas ponderaram características de onde o grupo está inserido, dessa forma a individualização dos trabalhos reflete o grupo de treinadores, predominantes nela. Já a formação e carreira também foram apontadas pelos treinadores, mas, de forma estranha, não houve participantes do grupo de professores universitários. Já a categoria abnegação foi apontada apenas pelos participantes do grupo de mestres kodanshas em sua quase totalidade, detonando a forma que valorização a forma de dedicação pela modalidade.

O próximo quadro é referente as competências ou conhecimentos necessários para ser um bom técnico/instrutor de judô que corresponde ao questionário aplicado da pergunta 2.

Quadro 22: Quais as competências e conhecimentos de um técnico/instrutor de judô

Categoria	Total	Mestres Kodanshas	Técnicos/ Instrutores	Universitários
1. Conhecimentos Técnicos	13	04	05	04
2. Científico/Acadêmico	06	n/e	03	03
3. Atualização	06	03	02	01
4. Conhecimentos Táticos	04	01	02	01

Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

A categoria de conhecimentos técnicos se apresenta como determinante para o grupo de técnicos/instrutores que pode ser entendido por possuírem ligação com o alto rendimento, logo essa categoria denota atenção do grupo. Também é reconhecida por grande parte dos mestres kodanshas e professores universitários, porém não há unanimidade entre os grupos.

Referente as competências necessárias para um bom técnico/instrutor de judô a categoria mais abordada pelos participantes foi a dos conhecimentos técnicos, apontada quase na totalidade dos entrevistados (n=13). Na qual a universalidade do grupo de técnicos/instrutores (n=5) consideraram essa categoria como preponderante para atuação, o contingente de participantes (n=4) dos grupos de mestres kodanshas e professores universitários afirmaram também os conhecimentos técnicos importantes para a atuação.

Pode-se entender que por a modalidade necessitar de aspectos técnicos (aplicação e execução de golpes) para obtenção de desempenho em treinos e competições, os participantes consideraram importante essa característica.

O conhecimento científico que foi apresentado por parte dos grupos técnicos/instrutores e professores acadêmicos, mas não há total consenso. Pelo grupo de mestres kodanshas não foi citado essa categoria, apontando para a não importância desse quesito.

Considerado como uma importante ferramenta no atual momento desportivo, os conhecimentos científicos foram apontados em partes (n=3) por membros dos grupos de técnicos/instrutores e professores universitários. Não houve indicação (n=0) de importância dos conhecimentos científicos por parte dos membros do grupo

de mestres kodanshas, tal fato caracteriza o impacto da modelagem artesanal no grupo a qual preconiza aspectos práticos e baixa adesão de conhecimentos científicos. Esse aspecto permite continuar as reflexões anteriores sobre o judô estar em um momento de transição do artesanato para profissão, onde o grupo mais tradicional não reconhece traços da profissionalização, como o conhecimento acadêmico e, os outros grupos do estudo não apresentaram a unanimidade nessa avaliação.

A busca pela atualização também formou uma categoria e foi citada por todos os grupos, porém não houve consenso. O conceito de atualização pode estar relacionado através da participação de cursos, *workshops* e intercâmbio, nesse aspecto foi indicado pela totalidade dos grupos, porém sem ocasionar consenso. Foi mencionado com maior frequência no grupo kodansha (n=3), pelo grupo de técnicos/instrutores (n=2) e grupo professores universitários (n=1).

Os conhecimentos táticos foram identificados por membros de todos os grupos, porém sem apresentar unanimidade entre os mesmos. Os conhecimentos táticos foram abordados por participantes dos três grupos, porém pela minoria deles, tornando uma categoria pouco densa. O grupo que obteve maior indicação foi o grupo técnicos/instrutores (n=2), os conceitos táticos foram indicados no grupo de mestres kodanshas (n=1) e professores universitários (n=1) de maneira individual, denotando um interesse particular pelo assunto.

O próximo quadro é referente sobre a formação dos judocas/alunos para a atuação no mercado que corresponde ao questionário aplicado da pergunta 3.

Quadro 23: A formação dos judocas/alunos para a atuação no mercado

Categoria	Total	Mestres Kodanshas	Técnicos/ Instrutores	Universitários
1. Formação Atlética	07	02	04	01
2. Formação Cidadania	06	02	03	01
3. Formação Técnica	04	03	01	n/e
4. Ciências do Esporte	03	n/e	n/e	03

Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

A formação atlética é apontada em todos os grupos com maior inclinação entre os técnicos/instrutores, porém, novamente não conota unanimidade. As categorias formadas nessa questão são pouco consistentes devido a participação de

menos da metade dos informantes, sendo que a categoria com maior representatividade nessa análise, teve apenas sete registros.

Nesse sentido, a formação dos judocas contabilizada pelos participantes do estudo (n=7), é desenvolvida com base na formação atlética dos praticantes, característica predominante artesanal com a participação de todos os grupos, mas apenas o grupo técnicos/instrutores apresentou predominância nessa observação (n=4), os outros grupos tiveram pouca aderência sendo grupo de mestres kodanshas (n=2) e grupo professores universitários (n=1).

Formação para exercer cidadania também citada por participantes de todos os grupos, porém, sem unanimidade. Considerada como um dos pilares desenvolvidos no judô por Jigoro Kano é a formação para a cidadania é apontada por alguns membros dos grupos, porém de forma discreta nos membros do grupo de mestres kodanshas (n=2) e grupo de professores universitários (n=1) que deveriam, pela característica educacional e tradicional serem mais participativos. Observou-se, como na categoria anterior, que o grupo com maior incidência dessa característica foi o grupo de técnicos/instrutores (n=3).

A formação técnica é apontada pelos grupos de mestres kodanshas e técnicos/instrutores, sem unanimidade e o grupo de professores universitários não considerou essa característica. A formação técnica recebe atenção quando apontado por alguns participantes (n=4), destes a maior frequência é do grupo de mestres kodanshas (n=3) e com um membro do grupo de técnicos/instrutores.

No grupo de professores universitários não houve aparição dessa característica, talvez em razão de acreditarem em outras formas pedagógicas. Nesse caso, também é interessante apontar que os conhecimentos técnicos foram abordados nas questões anteriores.

As ciências dos esportes foram apontadas por membros do grupo de professores universitários, sem unanimidade entre eles. Como também não foi apontada pelos grupos de mestres kodanshas e técnicos/instrutores.

Nessa categoria, apenas participantes do grupo de professores universitários (n=3) indicaram o emprego das ciências do esporte na formação dos técnicos. Esse resultado chama a atenção por relacionar ciência e formação, onde se percebeu que o grupo de técnicos/instrutores e o grupo de kodansha não se manifestaram e, apesar da maioria, o grupo de professores universitários também não foi unânime em relação a essa necessidade, essa categoria reforça o entendimento de que o

judô, ou melhor, os agentes sociais que participaram nesse espaço social, ainda estão em processo de profissionalização, com clara influência da forma artesanal de formação.

O próximo quadro é sobre o treinamento de atletas e formação de alunos para trabalharem com judô, correspondente ao questionário aplicado da pergunta 4.

Quadro 24: Treinamento de atletas e formação de alunos para trabalharem com judô

Categoria	Total	Mestres Kodanshas	Técnicos/ Instrutores	Universitários
1. Especificidade (volume/intensidade)	11	05	05	01
2. Ciências do Esporte (periodização)	05	n/e	02	03
3. Princípios de sobrecarga	03	n/e	03	n/e

Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

As características da especificidade (volume X intensidade) foram indicadas pelos participantes dos grupos de mestres kodanshas e técnicos/instrutores em sua totalidade como preponderantes para seu trabalho de formação. Foi também apontado por pelo grupo de professores universitários, porém, sem ocasionar consenso entre os três grupos investigados.

Apontada pelos participantes dos grupos pesquisados no estudo, as características identificadas com maior frequência para o trabalho com atletas de judô se concentraram nas características de volume e intensidade. Dessa forma, sendo a pergunta feita ao grupo de mestres kodansha e grupo de técnicos/instrutores, constituiu um consenso, possibilitando entender que é uma questão efetiva para o treinamento. Entretanto, a questão adaptada ao grupo de professores universitários não apresentou a mesma incidência de resposta, com uma única participação. Portanto, percebe-se que pela adaptação da pergunta não causou sentido correspondente aos outros grupos ou, há dissociações entre as prioridades de formação e necessidades do campo de trabalho.

As ciências do esporte foram apontadas por participantes dos grupos técnico/instrutores e professores universitários no planejamento da construção de novos agentes, não em sua totalidade. No grupo dos de mestres kodanshas não houve indicação dessa característica.

A categoria Ciências do Esporte teve baixa incidência de apontamentos, havendo participações em dois grupos, o de professores universitários (n=3) e do grupo de técnico/instrutores (n=2), podendo a categoria anterior ser correlacionada a essa no que tange as questões apresentadas.

Os princípios de sobrecarga foram apontados apenas pelo grupo de técnicos/instrutores não havendo unanimidade, nos demais grupos não foi apresentada essa característica. Os princípios de sobrecarga apenas foram apontados por participantes (n=3) do grupo de técnico/instrutores como relevantes para seu trabalho na formação de atletas. Como a categoria anterior, esta é complementar a primeira apresentada.

O próximo quadro é referente as referências utilizadas para atuação, tanto é baseada em obras, literatura e/ou técnicos, abordado na pergunta 5 do questionário.

Quadro 25: Referências para atuação

Categoria	Total	Mestres Kodanshas	Técnicos/ Instrutores	Universitários
1. Autores Científicos	11	02	04	05
2. Autobiografias	06	01	02	03
3. Artesanais	06	03	01	02
4. Particular	03	01	02	-

Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

Os grupos apontaram autores científicos como importantes para sua atuação, havendo indicação em todos os grupos, porém, sem ocasionar consenso absoluto. Os professores universitários em sua maioria utilizam tais referências.

As referências podem ser consideradas como correntes norteadoras ou matrizes para aqueles que planejam determinadas ações, em casos esportivos podem ser citados professores renomados que obtiveram atletas destacados e no campo científico pesquisadores que através de seus achados proporcionaram novas descobertas.

No contexto abordado, autores científicos foram apontados por uma relevante parte dos entrevistados (n=11), o grupo que possuiu maior incidência foi dos professores universitários (n=5) constatando coerência decorrente de suas atuações profissionais. Atuando em ambiente que requer constante acompanhamento das tendências esportivas, autores científicos foram citados pelo grupo de técnicos/instrutores (n=4) como importantes para sua atuação. Detentores dos

conceitos artesanais, autores científicos obtiveram baixa adesão no grupo de mestres kodanshas (n=2), o que pode ser considerado esperado pelo grupo.

Referências autobiográficas, também são apontadas por membros dos grupos, sem haver consenso. Denotando a importância das experiências pessoais como parte da construção dos saberes que podem ser consideradas fontes de conhecimento, pois retratam *in lócus*, a qualidade das experiências vividas pelos responsáveis do ensino.

Nessa direção, foi apontado por participantes dos três grupos pesquisados (n=6), o grupo que possuiu maior frequência foi de professores universitários (n=3), tendo contato com frequente intercâmbio, as referências autobiográficas foram identificadas pelo grupo de técnicos/instrutores (n=2) como balizadoras das atuações, citada também pelo grupo de mestres kodanshas (n=1), e também servem como ferramenta norteadora.

Biografias de outros professores que tiveram importância no cenário esportivo da modalidade são apontadas por membros de todos os grupos, sem ocasionar consenso.

Professores renomados com atletas de projeção destacada podem impactar outros pares, atrela-se também que há professores que tiveram uma trajetória esportiva de sucesso, podendo vir a servir de modelo para novas atuações. As referências artesanais, ou mesmo de outros agentes oriundos do modelo prático foram apontados como relevantes para membros dos grupos estudados (n=6).

Identificou-se com maior frequência, porém sem alcançar consenso, entre participantes do grupo de mestres kodanshas (n=3), esperado tal indicação por ser a corrente tradicional do estudo. Houve indicações pelos participantes do grupo de professores universitários (n=2) e também pelo grupo de técnico/instrutores (n=1).

Programas institucionais foram apontados sem conotar categoria, bem como, referências religiosas foram consideradas categoria particular, são apontamentos de programas institucionais por participantes do grupo técnico/instrutores (n=2) bem como referências religiosas por parte dos membros de mestres kodanshas (n=1).

8 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

8.1 DEFINIÇÃO DE UM BOM TÉCNICO/INSTRUTOR DE JUDÔ

Para Silva (1992) e Resende, *et al.* (2017) um bom técnico/instrutor deveria concentrar suas ações em três distintas categorias do ensino, sendo: técnicos, afetivos e sociopolíticos. Nessa direção a autora ressalta que uma intersecção entre as esferas poderia potencializar o a relação de aprendizado.

As funções de um bom técnico/instrutor podem estimular a formação de jovens praticantes além de poder impactar positivamente o caráter, também poderá ofertar experiências e na qualidade de facilitador, o bom técnico/instrutor deverá trabalhar não somente aspectos físicos, técnicos e táticos,mas também outros aspectos da formação, tais como sociais e culturais entre outros (MACHADO, 1995; TAVARES JR, DRIGO, 2016).

Nessa direção Galvão (2002) Tavares Jr (2014) apontam que as mais diversas áreas do conhecimento praticadas pelos professores, não devem estar somente apresentadas, mas também entrelaçadas umas às outras na busca por uma formação mais globalizada na totalidade da ação do aluno e não apenas focalizada em questões relacionadas às práticas esportivas.

Referente aos resultados encontrados nas entrevistas, o parecer da fala de cada entrevistado é representado por letras maiúsculas e um numeral para sua identificação e as respostas em forma de citação. No que se refere aos conceitos apontados por Silva (1992) e Rezende *et al.* (2017), um número expressivo de participantes (doze entre quinze) relataram que para um indivíduo seja considerado como um bom instrutor de judô, o mesmo deve possuir formação técnica na modalidade, como aponta os sujeitos do grupo Kodanhas, K5: “[...] *ter conhecimento e principalmente comprometimento são essenciais para o desenvolvimento do trabalho com judô, ter dedicação máxima do seu tempo para ter grandes realizações, ter dedicação [...]*” e K3: “*Ter conhecimento do judô*”.

Os participantes integrantes do grupo técnicos e instrutores de destaque apontaram para um número maior de áreas de intersecção do conhecimento que devem ser apresentados e posteriormente aplicados pelos técnicos/instrutores, assim apontam para uma maior abrangência de atuação, como destaca T12:

Definiria um bom instrutor/técnico de judô alguém que tivesse uma boa vivência na prática do judô, alguém que buscasse o conhecimento, uma formação científica que fosse dar o suporte necessário, [...] através da interação entre a vivência prática e a vivência acadêmica.

Assim, também frisa TI4: *“Uma formação superior juntamente com formação específica da modalidade, com base nas na necessidade da sociedade local”*.

O grupo que abrange os professores acadêmicos buscou em suas considerações apontar conceitos que abrangem as características citadas por Silva (1992) e Drigo (2007) o PA1 corrobora com as ideias do autor:

Um profissional que, além de ser faixa preta, tenha formação acadêmica no curso de educação física, que considere a prática técnico/tática e a teoria da preparação física e emocional baseado em evidências científicas.

PA2 complementa:

[...] sempre busquei equilibrar competência técnica com a consciência e formação política, entendo que um bom técnico/instrutor deveria reunir conhecimentos técnicos, de ordem pedagógica, específicos da modalidade bem como conhecimentos que permitam ao profissional contextualizar sócio culturalmente a prática na qual ele atua, entendo que essa conjunção de aspectos da formação pode definir um bom profissional que atue nessa área.

Diante dos resultados obtidos pode-se presumir que, o grupo dos mestres kodanshas prioriza aspectos técnicos enquanto o grupo dos técnicos e instrutores e dos professores acadêmicos buscam contemplar uma gama mais abrangente de aspectos que possibilitem um entendimento de maior profundidade no que tange a identificação de um bom técnico/instrutor.

8.2 COMPETÊNCIAS OU CONHECIMENTOS NECESSÁRIOS

Bento (1989) cita que o conteúdo esperado de um bom técnico/instrutor deve estar ancorado em conteúdos e conhecimentos científico-pedagógicos acerca da sua área de atuação, para que os alunos possam se desenvolver através de uma prática preparada, ordenada, estruturada, transmitida e aplicada por este.

Além dos aspectos formadores, profissionais que englobam os conhecimentos necessários para obter características de um bom técnico/instrutor, Cunha (2010, p.42) aponta:

[...] características reveladoras de alguém psicologicamente equilibrado, emocionalmente estável (disponibilidade afetiva positiva), social e interessado pelos alunos, ajudam a descortinar aquilo a que chamamos um bom técnico/instrutor.

As práticas esportivas vivenciadas pelos aspirantes a treinadores, enquanto praticantes, podem ter um papel significativo na construção de sua nova identidade, porém, a necessidade de uma nova configuração de atuação deverá ser repensada com o intuito de não somente reproduzir aquilo que foi ensinado anteriormente. (WINCHESTER; CULVER; CAMIRÉ, 2013).

Um estudo aplicado em Portugal buscou saber dos alunos quais seriam as qualidades mais impactantes de um bem-sucedido treinador, o resultado apontou para características de profissionais que estejam empenhados na formação que ultrapasse os aspectos esportivos, fazendo com que os alunos possam ter uma formação de maior abrangência (RESENDE *et al.*, 2014).

Para Resende *et al.* (2017) as competências ou conhecimentos aspirados por treinadores bem-sucedidos deveriam estar ancorados pela prática de exercício teórico e que pudesse subsidiar as ações profissionais na busca por um projeto esportivo. Os autores ainda afirmam que as competências acadêmicas podem auxiliar os treinadores a multifacetar suas ações adequando o planejamento e objetivos de cada subgrupo dentro de um grupo maior.

Para os entrevistados as opiniões se assemelham em relação a sua formação, conforme aponta K3: *“Ter o conhecimento básico do fundamento do judô, [...]”*, e K4 complementa: *“Primeiro tem que conhecer as técnicas de judô, [...] o judô é um esporte que tem que formar porque não é uma atividade natural, tem que formar, repetir e automatizar para que o aluno possa fazer os movimentos [...]”*.

Para tais técnicos/instrutores os aspectos técnicos participativos da formação dos atletas representa uma maior significância, remetendo para aspectos da formação artesanal, como apontou Drigo (2009).

Para o grupo de técnicos e instrutores de destaque as considerações apontam para caminhos com maior abrangência, como relata TI2:

[...] deve ter um bom conhecimento de judô que é adquirida nas instâncias da modalidade, posteriores nas universidades, até porque o judô tem uma base pedagógica muito boa, mas na Universidade o professor busca outros conhecimentos, aspectos motores, base científica de treinamento, desenvolve qualidade física, e social.

TI4 frisa ainda que:

Os conhecimentos específicos do esporte, técnica, biomecânica, fisiologia específica do judô, detecção e desenvolvimento de talentos, gerenciamento atletas alto rendimento, gerenciamento pessoal, educação ética dos treinadores (equidade de gêneros, cuidados específicos com atletas menos de 18, sexo oposto, qualquer tipo de discriminação). Respeitar as regras de cada organização.

Para o grupo de técnicos e instrutores as competências técnicas se caracterizam como importantes no contexto esportivo específica da modalidade, porém, evidenciam a necessidade e aplicação de outras áreas do conhecimento que envolvem o desporto, o que alguns autores denominam como “ciências do esporte”. (ELLIOT; MEISTER, 2000).

Os apontamentos do grupo dos professores acadêmicos buscam uma pluralidade de maior abrangência, fazendo com que um aglomerado de mais informações seja necessário para que se contemple características para ser um bom técnico/instrutor, segundo PA2:

Eu não desprezo a competência prática eu acho que ela tem um papel fundamental, não a relevo, mas quando ela sobretudo é associada a uma formação acadêmica eu entendo que ela ganha uma potência em termos de qualificação ainda maior e a conjunção destas duas dimensões das formações, me parecem fundamentais, neste sentido eu entendo que um bom técnico de judô seria aquele que reunisse de forma equilibrada essas duas dimensões entre a competências práticas, teóricas, científicas, filosóficas e históricas entre outras.

Conforme a fala de PA1:

Um profissional que, além de ser faixa preta, tenha formação acadêmica no curso de educação física, que considere a prática técnico/tática e a teoria da preparação física e emocional baseado em evidências científicas.

Através das respostas dos participantes pertencentes ao grupo de professores acadêmicos, pode-se averiguar uma tendência pela busca na pluralidade formativa dos praticantes, nesse aspecto, entende-se que um bom professor deverá buscar por fontes que evidenciam apontamentos voltados para a ciência, através da multi e intradisciplinalidade das áreas do conhecimento (MURAD, 2009).

8.3 COMO REALIZA A FORMAÇÃO DE JUDOCAS

Conforme Drigo (2007) o processo de formação de técnicos/instrutores de judô no Brasil se confunde com a própria formação de judocas, onde se pode entender que todo e qualquer praticante se desenvolva até técnico ou mestre de judô. Deve-se reforçar que essa é uma característica claramente artesanal da modalidade.

Dentro da discussão deve-se tomar o cuidado em tratar essa questão conforme as necessidades do processo de profissionalização. Dessa forma, limita a possibilidade de confusões perante esse entendimento.

O processo de formação de técnicos/instrutores no Brasil se manifesta através de duas correntes formadoras, uma voltada para aspectos tradicionais que evidenciam a presença marcante do mestre, da relação de respeito extremo por parte dos praticantes e pela aquisição de conhecimento através de elementos práticos, a outra direciona suas ações para um engajamento voltado para aspectos profissionais que buscam a qualificação acadêmica, uma relação de aprendizado mútuo entre professor-cliente e por ações que objetivem a consolidação de um plano de carreira (DRIGO 2007, 2009; MADURO, 2012; TAVAVES JUNIOR, DRIGO; 2018).

Os resultados obtidos através das entrevistas com o grupo de mestres Kodanshas apontaram para uma formação que prioriza aspectos técnicos e táticos que englobam as atividades práticas dos judocas, o que pode direcionar ensinamentos voltados para uma formação mais tradicional ou artesanal, conforme apontou Rugiu (1998) e Drigo (2007).

As narrativas retratam um posicionamento voltado para aspectos técnicos e táticos dos praticantes, conforme salienta K4:

Normalmente ela não é uma formação feita em cima de estudos, é uma formação em cima da prática e a prática requer que se aprofunde muitas vezes naquilo que se viu, por exemplo, se um professor aplicava uma determinada técnica com maestria ele provavelmente exigirá que seus alunos também a pratiquem.

K1 por sua vez refere: *"Como muitos eu gostava muito de judô competição e que com o tempo aprendi que atletas sem disciplina não crescem como competidores e tampouco como pessoas".*

O grupo de técnicos/instrutores por estarem em contato mais direto com o rendimento, preconizam aspectos de uma formação voltada para o treinamento competitivo e suas nuances (TAVARES JR, DRIGO; 2018). T11 explica: “*Via programa de treinamento a longo prazo, estabelecendo balizadores técnicos, táticos, físico-motores e teóricos para cada categoria etária*”. Assim como T13 adverte:

[...] a partir do momento que alguém inicia suas atividades no judô, ela precisa melhorar desempenho, seja desempenho de movimentos básicos, motores ou cognitivos, também o desempenho social e conforme o praticante evolui ele carece de desenvolver um estilo próprio, um modelo de luta próprio que engloba as questões técnicas e táticas, e o treinador é o responsável por oferecer ferramentas para que o aluno vá se desenvolvendo ao longo do tempo.

Para o grupo formado por professores acadêmicos, estes julgam ser indispensável uma formação que englobe conhecimentos acerca das Ciências do Esporte para uma atuação que transponha os limites da área técnica e tática do judô, podendo tal formação contemplar um modelo mais direcionado para a profissão (DRIGO, 2007; DRIGO *et al.*, 2011). Como apontou PA2:

[...] entendo que é fundamental que a formação do profissional passe por um amplo repertório que perpassa várias áreas do conhecimento de ordem científica, tanto ligada as ciências do desporto, do treinamento, assim como aquelas ligadas ao campo dos conhecimentos sociais e culturais ligadas ao âmbito do movimento humano e motricidade humana e ao esporte enquanto fenômeno sócio cultural. Neste sentido todo conhecimento técnico deve estar amparado numa contextualização tanto pedagógica quanto sócio cultural.

O entrevistado PA1 corrobora que:

Na Universidade existe a disciplina Fundamentos e Métodos das Lutas, não é específica de Judô. Porém são tratados temas relacionadas as lutas: desenvolvimento infantil (faixa etária); ludicidade, treinamento, saúde, entre outros que ajudam a faixa preta ou pretendente a ser técnico/professor de Judô ou outra modalidade de luta.

8.4 TREINAMENTO DE ATLETAS DE JUDÔ

O grupo formado por mestres kodanshas concentra suas ações relacionadas ao processo de treinamento dos atletas de maneira artesanal, explorando aspectos participativos da modalidade em si, como técnicas, táticas e ajustes, o que para Rugiu (1998) e Drigo (2007) são considerados ensinamentos oriundos do modelo artesanal ou tradicional. Conforme K1:

Faço trabalho forte para atleta competidor, exigindo muito que tenha uma disciplina que todo campeão deve ter. Começo com iniciação visando evitar machucados e dou muito valor ao volume de treinamento acho que atleta para competição tem que ter resistência, força e técnicas de tachi-waza, ne-waza, podendo fazer para o lado direito e esquerdo, tudo isso vem com muito volume de treino.

Nesse sentido K2 corrobora:

Nós damos início, fazendo o que consideramos principal nas categorias iniciantes, eu procuro focar bastante a parte dos amortecimentos de quedas, que são os ukemis no judô, totalizando quatro sequencias de quedas, ushiro ukemi (projeção com queda para trás), o yoko ukemi (projeção de queda lateral), e também há o mae e kaiten ukemi (projeção de quedas frontais) e em cima quando temos este atleta já demonstrando o total domínio desta parte de quedas, nós começamos a entrar na parte das técnicas dos golpes, com a questão da movimentação, o jeito correto de se entrar os golpes, que existem os sabakis (técnicas de deslocamentos utilizados pelo judô – esquiva, defesa e ataque) e assim vai se dando continuidade em toda introdução a parte técnica.

Para o grupo de técnicos/instrutores as áreas que auxiliam na formação de atletas podem ofertar um repertório de conhecimento mais abrangente, pois são inúmeros, além de que as áreas buscam uma integração de conteúdo com objetivo de potencializar as unidades para um bem maior de todo processo, o que para Murad (2009) pode ser considerado com um processo de transdisciplinaridade.

Nesse sentido TI2 afirma:

[...] trabalho diretamente com alto rendimento, e temos uma equipe multidisciplinar (preparador físico, nutricionista, massagista, fisioterapeuta, psicólogo), para proporcionar um rendimento físico, técnico e tático dos atletas. Também estamos buscando um farmacologista para que nenhuma variável seja prejudicada, então no alto rendimento várias áreas estão de mãos dadas buscando oferecer o melhor para os atletas busquem seus melhores resultados.

O entrevistado TI4 salienta:

No trabalho com alto rendimento, divido em 3 pilares: 1) parte técnica específica do judô; 2) condicionamento físico, musculação, treino aeróbico e anaeróbico; 3) ciências do esporte conectada a medicina esportiva, prevenção de micro e macro lesões, tratamento, flexibilidade treinamento mental, monitoramento de treino (controle de cargas), regenerativo de acordo com a periodização; 4) desenvolvimento profissional de treinadores.

8.5 REFERÊNCIAS PARA ATUAÇÃO

Tavares Júnior e Drigo (2018) apontaram para a falta de elementos norteadores que proporcionem um consenso acerca das referências que técnicos de sucesso utilizam para sua atuação e desenvolvimento de atletas. Ainda há espaço para desentendimento acerca de uma proposta que contemple as exigências do esporte, o que invariavelmente oferta um caminho para que conceitos autobiográficos sejam entendidos como preponderantes nesse processo.

Assim, a diversidade de referências utilizadas pelos responsáveis pela formação de novos técnicos e profissionais tende a proporcionar caminhos distintos, ocasionando falta de consenso e, por vezes, confusão para aqueles que ainda não possuem vasto entendimento do que é abordado no processo de formação.

Um misto de opiniões e referências indica que há um caminho a ser desenvolvido pelos responsáveis e que tal ação possa auxiliar de maneira mais produtiva um consenso entre os novos agentes em formação.

Assim, as opiniões apontaram várias indicações e caminhos a serem desvendados como refere K3: *“Na questão da literatura eu só utilizo a bíblia sagrada. E na questão de pessoas eu utilizo Jesus Cristo. Sem desmerecer pessoas influentes no meio do judô mundial, porém eu utilizo minhas experiências pessoais”*.

Também há procura por material via meios eletrônicos o que pode caracterizar uma quebra de paradigmas, conforme relata T12:

Hoje meu maior material é a internet, hoje ela faz com que qualquer dúvida que eu tenha eu busque auxílio nesta plataforma. A minha literatura específica é uma vasta pesquisa na internet, buscando autores, tecnologias e novas técnicas que são exploradas mundo a fora. Essa mudança de transferência do conhecimento com a internet vem ajudando muito a sanar dúvidas que venho a ter.

Porquanto, ainda há remanescentes daqueles que buscam referências em autores clássicos e contemporâneos conforme PA2:

[...] me baseio no referencial filosófico e das ciências sociais com destaque para Michel Foucault, Pierre Bourdieu, Nibert Elias e Eric Dunning, devo acrescentar George Vigarrelo como historiador das práticas corporais de vários campos, como sendo uma base de fundamentação tendo por base minha formação, [...], em autores nacionais como Alexandre Drigo e também autores internacionais, são vários mas fico nestas referências, em especial autores da escola francesa, os quais abordam aspectos da filosofia, da história, cultura e seus desdobramentos pedagógicos e técnicos.

8.6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto podemos considerar que os três grupos apesar de apresentarem características muitas vezes complementares, se configuram de forma distinta com características mais próxima ao agrupamento pré-estabelecido.

Com base na dispersão das opiniões aqui apresentadas, tanto intra como entre os grupos, percebe-se a necessidade de maiores estudos e entendimento da realidade da formação profissional dentro do judô brasileiro.

É perceptível que o grupo de mestres kodanshas, conforme esperado, manifesta maior característica artesanal, porém, apresentaram indícios do processo de profissionalização de acordo com os resultados apresentados no estudo. Esse grupo não apresenta o desenvolvimento científico como característica necessária à formação de forma direta, porém, quando citam característica de treinamento através de volume X intensidade, referências em autores científicos entre outras questões podem indicar uma tendência não cristalina, principalmente no polo artesanal.

Os técnicos/instrutores de destaque é um grupo que se apresenta inclinado ao processo de profissionalização, porém, mediante as características relacionadas a participação de atleta da modalidade, também possui características que os colocam atrelados também ao modelo artesanal, principalmente no que se refere ao assumir as ciências do esporte enquanto norteadora dos trabalhos.

Por fim, o grupo de professores universitários apresentaram uma individualização de suas ações e não uma padronização de atuação, muitas vezes essa questão de dispersão traz questões não esperadas para o grupo, como por exemplo na pergunta dois do questionário aplicado aos participantes, o conhecimento técnico ser mais importante que o conhecimento científico/acadêmico, entre outras dificuldades.

8.6.1 Apontamentos futuros

Estudos socioculturais preocupados com o entendimento da modalidade esportiva e, a necessidade de intervenção profissional necessita ser estimulada no Brasil. Nesse estudo em particular percebe-se que uma certa dificuldade de

delimitação de respostas simples acerca de uma formação profissional de qualidade, ainda existindo o embate entre características artesanais frente às profissionais.

Dessa forma, considera-se ser necessário: a) maior disseminação de conceitos referentes ao processo de profissionalização e desenvolvimento científico para a modalidade; b) estímulos para pesquisa, fórum de debates, congressos científicos e técnicos no que tange a formação e preparação profissional para atuar no judô; c) estudos da demanda social que possam abranger os relacionamentos entre os agentes sociais distribuídos entre os espaços artesanais e profissionais relacionados aos conflitos e harmonizações decorrentes desses espaços sociais; d) maior proximidade em vistas a uma maior qualificação profissional entre as confederações e federações esportivas da modalidade e as universidades; e) estímulos para formação de doutores que sejam sensíveis às necessidades do esporte nacional no que tange às questões do processo de profissionalização.

Buscando encontrar um maior volume de informações, a continuação desse estudo poderá abranger um nível de mais estados contemplados pela pesquisa, tornando-se assim um estudo de abrangência nacional, o que descortinaria o processo de formação de todas as regiões do Brasil.

8.6.2 Recomendações para o judô

O projeto desse estudo direciona seus apontamentos para que haja uma aproximação para diálogo entre as instituições que administram o judô no Brasil. A necessidade de respeitar as particularidades que cada corrente formadora entende como preponderante para suas ações, bem como os conteúdos abordados durante o processo de formação e desenvolvimento de instrutores.

Talvez devesse partir dos órgãos responsáveis pela gestão do judô nacional, uma aproximação com as instituições acadêmicas para juntos buscarem ações que efetivassem um contato mais profundo entre o que se desenvolve nas universidades com o que se ensina e é praticado nos tatames. Nessa direção talvez pudessem ser elaboradas atividades em que os pretendentes a faixas pretas participassem de ações voltadas ao que se pesquisa nas universidades.

Tendo em vista a baixa adesão de medalhistas olímpicos que possuem registro profissional no sistema cref/confef, dos dezessete medalhistas apenas quatro possuem registro, desses apenas dois têm graduação, os órgãos deveriam

propor mecanismos de auxílio educacional através de programas de transição de carreira.

Uma ação que poderia potencializar a aproximação entre as instituições seria a criação de comissões científicas junto a confederação brasileira e as federações estaduais. Outra ação seria a implementação de cursos de cunho pedagógico, administrado por um docente universitário da disciplina de lutas ou esportes de combate, durante as atividades obrigatórias para obtenção da faixa preta.

A criação de categorias de treinadores (regional, estadual, nacional e internacional) poderia ser uma estratégia para basilar as competências e conhecimentos, porventura, tal ação estimulasse aspectos volitivos para que cada agente buscasse uma capacitação mais abrangente.

Relação de intercâmbio entre as instâncias formativas, órgãos administradores com departamentos e grupos de pesquisa universitária, para troca de experiências e conhecimento de forma mais dinâmica.

Cursos de reciclagem com ênfase em tendências atuais da modalidade aplicados por treinadores, bem como, avanços científicos recentes propostos por pesquisadores da área.

Buscar um plano de ação com objetivos claros, em conjunto entre as instituições, para traçar modelos de formação para as mais diversas possibilidades da modalidade.

8.6.3 Limitações do estudo

Pode-se entender que as limitações desse estudo envolveram o estado de pandemia que a população mundial se deparou decorrente da proliferação do Covid-19, onde o trânsito e o deslocamento para aplicação de parte das entrevistas foram prejudicadas, por se tratar de população que se encontrava em situação de risco.

As interpretações dos apontamentos dos participantes, devido a irregularidade e dispersão das opiniões coletadas gerou um esforço de interpretação que poderiam ter levado em alguns casos ao erro, mesmo tendo sido analisado por dois pesquisadores além do orientador.

Outra limitação pode ser entendida como a irregular maneira como alguns participantes descreveram seus apontamentos em determinadas questões, caso não

houvesse um conhecimento por parte do autor do estudo, as interpretações poderiam ser equivocadas, podendo direcionar o estudo para outros caminhos.

O caráter de aprofundamento após o primeiro *round* de entrevistas poderia ser executado para sanar as dúvidas acima citadas, porém, como já explanado, tivemos dificuldades de deslocação mediante ao processo de pandemia.

À nível de opinião pessoal acerca das limitações poderia apontar que as entrevistas poderiam ter um caráter de maior aprofundamento e/ou até mesmo de maior interação com os participantes durante a coleta de dados, buscando desmistificar alguns pontos que poderiam conotar uma dupla interpretação. Ao mesmo tempo entende-se que poderia haver um desconforto entre as partes, caso houvesse um distanciamento de ideias, portanto, pode-se apontar que em estudos futuros uma coleta com maior participação do autor possa extrair de maneira mais profunda, uma quantidade mais significativa de informações.

9 CONCLUSÃO

O trabalho percorreu as características de três grupos de formadores para o judô brasileiro com vistas ao processo de profissionalização da modalidade. Dessa forma, percebeu-se que a distribuição das observações relatadas pelos questionários dos participantes possuía grandes dispersões e pouco consenso consistentes, ou seja, pela grande maioria ou totalidade. Obviamente, como relatado, um aprofundamento dos dados em um novo *round* de entrevistas permitiria novos olhares.

Dessa forma, foi possível, revisitando o objetivo geral, que visou analisar profissionais de diferentes tipos de formação existente atualmente na modalidade, devido a dispersão das registros permitiu verificar que os grupos citam a importância do conhecimento científico, mas de forma dispersa e não enfatizada.

Mesmo os participantes declarando suas práticas voltadas para o desenvolvimento da formação de atletas para o alto rendimento, se identificou que suas ações possuem baixa aderência aos conceitos relacionados as áreas das ciências do esporte. O que pode ser entendido como uma falta de clareza nos objetivos e ações de tais agentes, pois, o discurso apresentado deveria estar alinhado com as tendências mais modernas de entendimento do que a necessidade do esporte moderno preconiza.

O grupo de técnicos/instrutores de destaque, por estarem diretamente com suas ações voltadas ao alto rendimento, entenderam a necessidade de aquisição de conhecimento mais moderno e o praticam, porém ainda possuem características de matriz artesanal que merece ser aprofundado em estudos posteriores.

Os professores acadêmicos possuem suas titulações condizentes com o cargo que ocupam, contudo não apresentam, em conjunto, determinações que permitam verificar qual o tipo de formação, em relação a preparação para o trabalho em judô, que conferem aparentemente a formação nessas disciplinas, ainda que reflète a uma experiência de vivência esportiva e não capacitadora e protocolar voltada a profissionalização.

Os documentos levantados na confederação nacional e nas federações estaduais apontaram certa dependência dos apontamentos e diretrizes vindas da administradora do judô nacional. Poderia haver uma maior autonomia das federações com base em sua realidade local, na elaboração de seus programas de

formação de faixas preta, bem como, a implantação de intercâmbio entre as federações e universidades públicas.

Nos documentos pesquisados, a confederação brasileira, bem como, as federações estaduais, possui baixa aderência em aspectos pedagógicos oriundos de estudos acadêmicos, apenas as federações dos estados do Piauí e Rio Grande do Sul oferecem nos cursos formativos conceitos associados as ciências do esporte, que pode ser entendido como a presença e necessidade de uma formação mais voltada ao artesanato, impedindo, dessa forma, avanços científicos e profissionais mais significativos na formação de novos instrutores. Obviamente a formação de faixas pretas está atrelada a conduta esportiva com características técnicas de reconhecimento e classificação de golpes com pouca adesão teórica. Como exceção, há, atualmente, reconhecimento das produções de livros e artigos científicos para composição da avaliação de graus pela CBJ.

Em relação as atividades acadêmicas pesquisadas em relação aos cursos de Educação Física no âmbito da formação profissional, ofertam uma ou duas disciplinas relacionadas ao tema judô/lutas/esportes de combate, porém, esse estudo observou que as universidades públicas dos estados que possuem atletas medalhistas olímpicos, a sua totalidade possui na esfera do judô, grupos de estudos, atividade laboratorial e projetos de extensão que orientados por professores doutores abordam e pesquisam temas relacionados ao judô, bem como, as mais diversas áreas que contemplam as necessidades da modalidade.

Os conhecimentos adquiridos através da formação profissional/científico se apresentam com maior volume de informação para as atividades voltadas a atuação profissional, o que pode ser identificada como as demandas do mercado de trabalho, pois abrange conhecimentos que ultrapassam as fronteiras do ensino praticado em cima dos tatames. Assim o presente estudo visa apontar qual modelo se encontra, nesse momento histórico com maior oportunidade de atender as demandas sociais.

Considera-se que a aproximação das unidades Universitárias e de direção esportiva, quer seja pela pesquisa, convênio de estágio ou outras parcerias, poderiam conceber uma nova caracterização formativa para este tipo de prestação de serviços. Conforme foi observado, salvo melhor juízo, apesar do aparato da academia falta-lhe um direcionamento relacionado a formação, fato que poderia ser estimulado pela necessidade do campo de trabalho, os desafios cotidianos que as federações e confederação devem conhecer.

As entrevistas aplicadas aos participantes do estudo demonstraram através dos resultados que o grupo dos mestres kodanshas, dos cinco participantes apenas dois possuem graduação em educação física, apresentam características singulares ao grupo pertencente com inclinação aos conceitos artesanais e, não creditando parte do processo formativo a estudos científicos. O discurso desse grupo se manifesta de maneira cristalina em relação aos aspectos práticos da modalidade, deixando transparecer a sobreposição metodológica prática em detrimento à metodologia ancorada na pedagogia científica.

Os técnicos/instrutores de destaque indicam um modelo de atuação com características mais voltadas aos aspectos profissionais e científicos, porém, não abrem mão dos aspectos práticos com inclinação artesanal, contudo salientaram a importância do respaldo científico para pautarem sua atuação, em parte pode-se entender que por estarem em contato direto com a realidade do esporte de alto rendimento, essa característica deve ser utilizada para que possam acompanhar as tendências mais contemporâneas do esporte.

Por sua vez, o grupo de professores universitários pós-graduados, reflete suas práticas buscando equilibrar as ações práticas com as teóricas, contudo não há um consenso e/ou até mesmo um fio condutor que possa servir como eixo central em suas ações formativas, entende-se que cada um e a sua maneira de entendimento acerca do esporte opta por uma determinada linha de pensamento pautado em determinados autores em conjunto com suas experiências pessoais.

Portanto, pode-se entender que as experiências pessoais de cada participante demonstram serem determinantes para o estilo de ação formativa a ser aplicada, ainda, não há um consenso de ideias acerca de qual caminho devem seguir, conotando uma falta de objetivos acerca dos conteúdos e métodos dos agentes relacionados a formação de futuros técnicos/instrutores na modalidade.

Por fim, esse estudo indicou que há uma necessidade dos grupos de poder dentro da modalidade, representados pelos participantes nessa pesquisa, agir em conjunto para elaborar um modelo de formação de carreira de futuros profissionais de judô condizente com as necessidades e desafios atuais. Norteados pela contemporaneidade, as ações devem permear a tradição em consenso com os desenvolvimentos sociais e científicos de forma que correspondam a harmonia e compromisso com a educação ética e segura de seus praticantes.

Essa mediação é importante para que, com o passar dos anos, o novo e o tradicional não se tornem oposições de grupos, mas sim, alicerces de uma prática profissional voltadas aos elementos que caracterizam a atividade como Judô Kodokan.

REFERÊNCIAS

- ALVES Junior, E.D.O. Judô na Universidade: discutindo questões de gênero e idade. *In: GUEDES, OC. Judô: evolução técnica e competição*. João Pessoa: Ideia, 2001, p.73-91.
- ALVES-MAZZOTTI, A.J.; GEWANDSZNADJER, F. **O método nas ciências naturais e sociais**: pesquisa quantitativa e qualitativa. São Paulo: Pioneira, 1998.
- ANTUNES, A.C. Mercado de trabalho e educação física: aspectos da preparação profissional. **Revista de Educação**, 2007. Acesso em: 23 abr. 2020.
- ANTUNES, M.M.; ALMEIDA, J.J.G. **Artes marciais, lutas e esportes de combate na perspectiva da educação física**: reflexões e possibilidades. Curitiba: CRV, 2016.
- AZEVEDO, P.H.S.M.; DRIGO, A.J.; OLIVEIRA, P.R.; *et al.* Sistematização da preparação física do judoca Mario Sabino: um estudo de caso do ano de 2003. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Campinas, v.26, n.1, p.73-86, 2004.
- BANACK, H.; BLOOM, G.; FALCÃO, W. Promoting long term athlete development in cross country skiing through competency-based coach education: a qualitative study. **International Journal of Sports Science & Coaching**, Thousand Oaks, v. 7, n. 2, p. 301-315, 2012.
- BANDEIRA, M.A.G. **Análise da Legislação Federal e do Estado de São Paulo, pertinente a educação física nos ensinos de 1º e 2º graus**. (Dissertação de Mestrado), EDFUSP. São Paulo, 1984.
- BAPTISTA, C.F.S. **Judô: da escola à competição**. Rio de Janeiro: Sprint, 1999.
- BARBANTI, V.J. **Treinamento Esportivo**: as capacidades motoras dos esportistas. Barueri: Manole, 2010.
- BARROS, J.M.C. Educação Física e esporte: profissões. **Revista Kinesis**, Santa Maria, v.11, p. 5-16, 1993.
- BENTO, Jorge Olímpio. Contexto e perspectivas. *In: _____*; GARCIA, R; GRAÇA, A (Eds.). **Contextos da Pedagogia do Desporto**. Lisboa: Livros Horizonte, 1999
- _____. **As ciências do desporto e a prática desportiva**. Porto: Porto, 1991.
- _____. Novas motivações, modelos e concepções para a prática desportiva. *In: BENTO, Jorge Olímpio. (Org.). O desporto do século XXI: os novos desafios*. Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras, 1991, p.113-146.
- _____. **Para uma Formação Desportiva: O corporal na escola**. Lisboa: Livros Horizonte, 1989.
- BETTI, M. **Educação física e sociedade**: a educação física na escola brasileira de 1º e 2º graus. São Paulo: Movimento, 1991. v. 1.

BOURDIEU, P. As contradições da herança. *In*: _____. **Escritos de educação**. Petrópolis: Vozes, 2001.

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular: **Educação Infantil e Ensino Fundamental**. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica, 2017.

_____. Congresso Federal. Lei nº 9696, de 01/09/1998. Dispõe sobre a regulamentação da profissão de Educação Física e cria respectivos Conselhos Federal e Regional de Educação Física. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, nº 168 de 02/09/1998.

_____. Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Superior (CNE/CES). (2002). **Parecer nº 0138/2002**. Disponível em: <http://www.mec.gov.br/cne/pdf/CES0138.pdf>. Acesso em: 17dez. 2019.

_____. Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Superior (CNE/CES). (2004). **Parecer nº 0007. 31 de março de 2004**. Disponível em: <http://www.mec.gov.br/cne/pdf/CES07-04.pdf>. Acesso em: 18dez. 2019.

_____. Conselho Nacional de Educação: Câmara de Educação Superior. **Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018**. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=104251-rces007-18&category_slug=dezembro-2018-pdf&Itemid=30192 Acesso em: 20 abr. 2020.

_____. **Decreto 6.180 de 03 de agosto de 2007**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 28 out. 2019.

_____. **Lei nº 11.438 de 29 de dezembro de 2006**, dispõe sobre incentivos e benefícios para fomentar as atividades de caráter desportivo e dá outras providências. Brasília, DF, 29 dez. 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/>. Acesso em: 20 dez. 2019.

_____. **Parâmetros Curriculares Nacionais: educação física**. Brasília: Secretaria de Educação Fundamental, MEC/SEF, 1998. Disponível em: <http://www.portal.mec.gov.br/>. Acesso em: 18 dez. 2019.

BUENO, Chris. **O trabalho e o homem**. Disponível em: www.pre.univesp.br/otrabalhoeohomem: 2015. Acesso em: 22 dez.2019.

CALDEIRA, A. M. S. A formação de professores de educação física: quais saberes e quais habilidades? **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Campinas: Autores Associados, v. 22, n. 3, p.87-103, 2001.

CAMILO JÚNIOR, L.F. Ensino do judô na educação física escolar. *In*: SANTOS, SLC. **Esportes de Combate: ensino na educação física escolar**. Curitiba/PR: CRV, 2016.

_____; MAZZEI, L.C.; GALATTI, L.R. Aproximações entre os modelos tradicionais e abordagens pedagógicas modernas: perspectivas aplicadas ao judô. **4º Encontro Nacional de Artes Marciais e Esportes de Combate (ENAMEC)**. Florianópolis/SC, 2017.

CAMILO JÚNIOR, L.F; DOS SANTOS, S.L.C. Ensino do judô nas escolas. *In: DOS SANTOS, S.L.C. Esportes de Combate: ensino na educação física escolar.* Curitiba/PR: CRV, 2016.

_____; VOSER, R.C; MAZZEI, L.C. Relato das Práticas de Gestão em uma Organização Esportiva: Federação Gaúcha de Judô. *In: ROCCO Júnior, Ary José; AMARAL, Cacilda Mendes dos Santos; BASTOS, Flávia da Cunha; et al. (Orgs.). Ensaio sobre Gestão do Esporte: reflexões e contribuições do GEPAE/EEFE-USP.* Sarapuí: OJM Casa Editorial, 2015, p.171-189, v.1.

CAMPINAS. Faculdade de Ciências Aplicadas. Universidade Estadual de Campinas. Campus Limeira. **Projeto Pedagógico do Curso de Ciências do Esporte.** Disponível em: <https://www.fca.unicamp.br/>. Acesso em: 1 fev. 2020.

CAMPOS, A.P.; BARROS, J.M.C.; FALÇÃO, M.T.C. A construção do campo acadêmico da educação física brasileira: análise da escola de educação física e esporte da universidade de São Paulo. *In: HUNGE, D.; SOUZA NETO, S.; DRIGO, A.J. A educação física e seus desafios: formação, intervenção e docência.* Curitiba: CRV, 2011.

CASADO, J.E.; VILLAMÓN, M. La utopia educativa de JigoroKano: el judo kodokan. *Recorde: Revista de História do Esporte*, v.2, n.1, jun. 2009

CAVAZANI, R.N.; CESANA, J.; SILVA, L.H.; *et al.* O técnico de judô: um estudo de comparativo após 10 anos de regulamentação da Educação Física. **Revista Brasileira de Ciência e Movimento**, v.21, n.3, p.105-117, 2013.

CESANA, J. **O profissional de educação física e as práticas corporais alternativas: interações ocupacionais.** Dissertação de Mestrado– Programa de Pós-Graduação em Ciências da Motricidade – UNESP, Campus Rio Claro. Rio Claro, 2005.

COMITÊ Olímpico Brasileiro. Disponível em: <http://www.cob.org.br>. Acesso em: 28 out. 2019.

CONFEDERAÇÃO Brasileira de Judô. Disponível em: <http://www.cbj.com.br>. Acesso em: 10 out. 2019.

CONFED. **Revista Educação Física.** n.3, jun. 2010. Disponível em: <https://www.confef.org.br/confef/comunicacao/revistaedf/3444>. Acesso em: 15 nov. 2019.

CORDEIRO JUNIOR, O. Em busca da construção de uma proposta teórico-metodológica para o ensino do judô escolar. **Pensar a Prática**, Goiânia, v. 3, p. 97-105, jul./jun.1999.

CORREIA, W.R.; FRANCHINI, E. Produção acadêmica em lutas, artes marciais e esportes de combate. **Motriz**. Rio Claro, v. 16, n.1, p.1-9, 2010.

COX, J.W., HASSARD, E.J. Triangulation in Organizational Research: a representation. **Organization**, v.12, n.1, p.109-133, 2005.

CUNHA, A. C. Representação do “bom” professor: o “bom” professor em geral e o “bom” professor de educação física em particular. **Educação Física em Revista**, Marília, v.11, n 2, p. 41-52, jul.-dez., 2010.

CUNHA, L. A. **O ensino de ofícios artesanais e manufactureiros no Brasil escravocrata**. São Paulo: Editora UNESP, Brasília, DF: Flacso, 2000.

DACOSTA, Lamartine P. **Atlas do Esporte no Brasil/Atlas of Sport in Brazil**. Rio de Janeiro: Shape, 2005. v. 1.

DARIDO, S.C.; RANGEL, I.C.A. **Educação física na escola**: implicações para a prática pedagógica. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan. 2005.

DELVECCHIO, F.B.; FRANCHINI, E. Lutas, artes marciais e esportes de combate: possibilidades, experiências e abordagens no currículo de educação física. *In*: SOUZA NETO, Samuel de; HUNGER, Dagmar (Org.). **Formação profissional em Educação Física**: estudos e pesquisas. Rio Claro: Biblioética, 2006, v.1, p.99-108.

DENZIN, N.K. **Sociological methods**. Nova York: McGraw-Hill, 1978.

DOBB, M. A evolução do capitalismo, 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1986.

DOLL JÚNIOR, W. **Currículo**: uma perspectiva pós-moderna. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

DRIGO, A.J. Lutas e escolas de ofício: analisando o judô brasileiro. Rio Claro, **Motriz**, v.15, p. 396-406, 2009.

_____. **O judô**: perspectiva com a regulamentação da profissão de Educação Física. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Rio Claro, 2002.

_____. **O Judô; do modelo artesanal ao modelo científico**: um estudo sobre as lutas, formação profissional e construção do *Habitus*. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

_____. Parecer - sobre a terminologia e conceituação do termo Artes Marciais. **Parecer CREF4/SP**: 2019. Disponível em: <http://www.crefsp.gov.br>. Acesso em: 20 jan. 2020.

_____; CESANA, J. Processo de reestruturação produtiva e econômica, da formação artesanal à industrial e a construção das profissões: recortes com a Educação Física brasileira, artesanato e profissão. São Paulo, **Revista Educação Skepsis**, v.3, p.1-20, 2011.

_____; MACHADO, A.A.; CESANA, J. O judô e a perspectiva com a regulamentação da profissão de educação física em 2002. *In*: HUNGER, D; SOUZA NETO, S; DRIGO, A.J. **A educação física e seus desafios**: formação, intervenção e docência. Curitiba/PR: CRV, 2011.

ELIAS, N.; DUNNING, E. **A Busca da Excitação**. Lisboa: Difel, 1992.

ELLIOT, B.; MESTER, J. **Treinamento no Esporte**: aplicando ciência no esporte. Guarulhos: Phorte, 2000.

FEDERAÇÃO de Judô do Estado do Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.judorio.org>. Acesso em: 10 abr. 2020.

FEDERAÇÃO Gaúcha de Judô. Disponível em: <http://judors.com.br>. Acesso em 10 abr. 2020

FEDERAÇÃO Mineira de Judô. Disponível em: <http://www.federaçãomineiradejudo.com.br>. Acesso em: 12 abr. 2020.

FEDERAÇÃO Paulista de Judô. Disponível em: <http://www.fpj.com.br>. Acesso em: 15 nov. 2019.

FEDERAÇÃO Piauiense de Judô. Disponível em: <http://www.pfij.com.br>. Acesso em: 15 abr. 2020.

FEITOSA, R.A.; LEITE, R.C.M. A formação de professores de ciências baseada em uma associação de companheiros de ofício. Belo Horizonte/MG, **Ensaio Pesquisa em Educação em Ciências**, v.14, n.1, 2012, p. 35-50.

FEITOSA, W.M.N.; NASCIMENTO, J.V. As competências específicas do profissional de Educação Física que atua na orientação de atividades físicas: um estudo delphi. Brasília-DF, **Revista Brasileira de Ciência e Movimento**, v.11, n.4, p. 19-26, 2003.

_____; NASCIMENTO, J.V. Educação Física: quais competências profissionais? *In*: SOUZA NETO, S; HUNGER, D. **Formação Profissional em Educação Física**: Estudos e Pesquisa. Rio Claro: Biblioética, 2006.

FERREIRA, F. D. C; LISE, R. S; CAPRARO, A.M. Fontes para a história dos esportes de combate. *In*: PIMENTA, T; DRIGO, A. J. **Contribuição das ciências humanas nas artes marciais**: formação profissional, história e sociologia. Curitiba/PR: Factash, 2016.

FERREIRA, H.S. As lutas na educação física escolar. **Revista de Educação Física**, n.135, nov. 2006, p.36-44.

FETT, C.A.; FETT, W.C.R. Filosofia, ciência e formação do profissional de artes marciais. Rio Claro, **Motriz**, v.15, n.1, p.173-84, jan/mar. 2009.

FISCHER, T. "Documento - Sobre Maestria, Profissionalização e Artesanato Intelectual". RAC – Maringá/PR, **Revista de Administração Contemporânea**, v.14, n.2, 2010, p.353-59.

FLICK, U. **Métodos Qualitativos na Investigação Científica**. 2.ed. São Paulo: Monitor, 2004.

FONSECA, J.J.S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

FREIDSON, E. **Renascimento do profissionalismo**: teoria, profecia e política. Trad. Celso Mauro Paciornik. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.

GALVÃO, Z. Educação física escolar: a prática do bom professor. **Revista Mackenzie de Educação Física e Esporte**. 1(1):65-72, 2002.

GHILARDI, R. **Formação profissional em educação física**: a relação teoria e prática. Rio Claro, Motriz, v.4, n.1, jun./1998.

GIL, A.C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOETZ, J.P.; LECOMPTE, M.D. **Ethnography and qualitative design in educational research**. Orlando, FL: Academic Press, 1984.

GOMES, R.; SOUZA, E.R.; MINAYO, M.C.Z.; *et al.* Organização, processamento, análise e interpretação de dados: o desafio da triangulação. *In*: MINAYO, M.C.S.; ASSIS, S.G.; SOUZA, E.R. (Org.). **Avaliação por triangulação de métodos**: abordagem de programas sociais. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2010, p.185-221.

GONÇALVES, L; DRIGO, A.J. **A Já Regulamentada Profissão Educação Física e as Artes Marciais**. Rio Claro, Motriz Jul-Dez 2001, v.7, n.2, pp. 131-2.

GUTIERREZ, W. **História da Educação Física**. Porto Alegre: IPA, 1985.

GUTMANN, A. **From ritual to record**: the nature of modern sports. New York: Columbia University Press, 1978.

HAUSER, A. **História Social da Literatura e da Arte** (Tomo I). 2.ed. São Paulo: Mestre Jou, 1972.

HUBERMAN, L. **História da riqueza do homem**. Trad. Waltensir Dutra. 21.ed. Rio de Janeiro: LTC, 1986.

HUIZINGA, J. **Homo Ludens**. 2.ed. São Paulo: Perspectiva, 1990.

HUNGER, D.; SOUZA NETO, S.; DRIGO, A.J. **A educação física e seus desafios**: formação, intervenção e docência. Curitiba/PR: CRV, 2011.

INTERNATIONAL COUNCIL FOR COACHING EXCELLENCE. **International Sport Coaching Framework** Version 1.2. Champaign:Human Kinetics, 2013.

JICK, T.D. Mixing qualitative and quantitative methods: triangulation in action. **Administrative Science Quarterly**, v.24, n.4, p. 602-611, 1984.

KANO, J. **Judô Kodokan**. São Paulo: Cultrix, 2008.

KOLYNIK, C. **Educação Física**: uma introdução. São Paulo: PUC, 1998.

LASERRE, R. **Judô Manual Prático**. São Paulo: MestreJou, 1969.

LAWSON, H. **Invitation to physical education**. Champaign, Human Kinetics Book, p.5-17, 1984.

LIMA, R.R. Para compreender a história da educação física. **Educação e Fronteiras, Dourados**, v.2, n.5, p.149-59, mar.2013. Disponível em: <http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/educacao/article/view/2241/1277>. Acesso em: 25 nov. 2019.

LINCOLN, Y.S; GUBA, E.G. **Naturalisticinquiry**. Londres: Sage Publications, 1985.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M.E.D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MACHADO, A. A. Interação: um problema educacional. *In*: DE LUCCA, E. **Psicologia educacional na sala de aula**. Jundiaí: Litearte, 1995.

MADURO, L.A. **A formação e a influencia no papel no treinador de judô no planejamento dos treinos e nas competições**. Faculdade de Desporto da Universidade de Porto. Tese de Doutorado. Porto, 2011.

MARCON, G. A influência da formação em educação física do praticante ao profissional: uma apresentação autobiográfica de um praticante, profissional, pesquisador e empresário. *In*: CAMILO JÚNIOR *et al.* **Memórias de boas práticas no esporte: profissionais de educação física no contexto do olimpismo**. São Paulo: CREF4/SP, 2019.

MARCUSE, H. **Razão e revolução: Hegel e o advento da teoria social**. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

MARQUES, M.G. **Psicologia do esporte: aspectos em que os atletas acreditam**. Canoas: Editora da Ulbra, 2003.

MARTINS, S.P. Breve histórico a respeito do trabalho. **Revista da Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo**, v.95, p.167-76, 1 jan. 2000.

MASSA, M. **Desenvolvimento de judocas brasileiros talentosos**. Tese de Doutorado – Escola de Educação Física e Esporte na Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

MAZZEI, L.C; VIEIRA, D.E.B.; SILVA NETO, A.M.; *et al.* Gestão da Confederação Brasileira de Judô um estudo de caso. Niterói/RJ, **Revista Intercontinental de Gestão Desportiva**,v.2, n.1, 2012,ISSN 2237-3373.

MESQUITA, C.W. Artes Marciais: uma prática de educação ou violência.*In*: GUEDES, O.C. **Judô**. João Pessoa: Ideia, 2001. p.61-72.

_____. **Judô... da reflexão à competição: o caminho suave**. Rio de Janeiro: Interciência, 2014.

MILLES, M.B.; HUBERMAN, M.A. **Qualitative data analysis: a source book of new methods**. Londres: Sage Publications, 1984.

MIRANDA M. L. **A iniciação no judô: relação com o desenvolvimento infantil** (Monografia). São Paulo: Universidade Paulista; 2004.

MONTEIRO, L.B. **O treinador de judô no Brasil**. Canoas: Sprint, 1998.

MOSQUERA, J. J. M; STOBASUS, C. D; TIMM, E. Z. **O professor e o cuidado de si:** perspectivando a própria vida como uma obra de arte. Por que não? Porto Alegre, *Ciência em Movimento*, v. 22, p. 47-53, 2009.

MOTOYAMA, S. Ciência, cultura e a tecnologia e a restauração Meiji. **Estudos Japoneses**, São Paulo, n.14, p.93-100, 1994.

MURAD, M. **Sociologia e educação física:** diálogos, linguagens do corpo, esportes. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

NANDAKARI, K. **O perfil do bom professor de Educação Física na opinião dos alunos do ensino fundamental, do ensino médio e ingressantes e concluintes do curso de Licenciatura do IB** – UNESP – Rio Claro, no ano de 2001. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Educação Física). Instituto de Biociências, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2001.

NASCIMENTO, J.V.A. As competências específicas do profissional de Educação Física e Desportos: um estudo Delphi. Belo Horizonte/MG, **Revista Horizonte**, v.15, n.87, p.1–11, 1999.

_____. **Formação inicial universitária em Educação Física e Desportos:** uma abordagem sobre o ambiente percebido e auto percepção de competência profissional de formandos brasileiros e portugueses. Tese de Doutorado. Faculdade de Ciências do Desporto e Educação Física – Universidade do Porto, 1998.

_____; RAMOS, V.; MARCON, D.; *et al.* Formação acadêmica e intervenção pedagógica nos esportes. Rio Claro, **Motriz**, v.15 n.2 p.358-366, abr./jun. 2009.

NUNES, A.V. **A influência da imigração japonesa no desenvolvimento do judô brasileiro:** uma genealogia dos atletas brasileiros medalhistas em jogos olímpicos e campeonatos mundiais. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo. São Paulo, 2011.

NUNES, A.V; RUBIO, K. As origens do judô brasileiro: a árvore genealógica dos medalhistas olímpicos. São Paulo, **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, v.26, n.4, p.667-78, 2012.

OLIVIO JUNIOR, J.A.; DRIGO, A.; CAVAZANI, R.N.; *et al.* A prática do judô no Brasil: análise da atuação das escolas de ofício e do campo esportivo sobre a construção do espaço social das lutas orientais. *In:* PIMENTA, T; DRIGO, A.J. **Contribuição das ciências humanas nas artes marciais:** formação profissional, histórica e sociologia. Curitiba/PR: Factash, 2016.

_____; DRIGO, A.J. **Pedagogia complexa do judô – um manual para treinadores de equipes de base.** Leme/SP: Mundo Jurídico, 2015.

PARANÁ. Secretaria de Estado e Educação. **Diretrizes Curriculares da Educação Básica Educação Física.** Curitiba: SEED, 2008.

PAULA, Euripedes Simões de. As origens das corporações de ofício: as corporações em Roma. **Revista de História**, v.32 n.65. jan-mar 1966.

- PENIN, S. T. de S. A Formação e a responsabilidade das universidades. **Estudos Avançados**, v.15 n. 42. São Paulo May/Aug, 2001, p.317-333. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142001000200017&script=sci_arttext. Acesso em: 10 maio 2020.
- PEREIRA, F.; MESQUITA, I.; GRAÇA, A. A autonomia e a responsabilização dos praticantes no treino em Voleibol. **Estudo comparativo de treinadores em função do gênero**. Motriz, Rio Claro, v.9, n.1, p.64-78, 2009.
- PIMENTA, T.; DRIGO, A.J. **Contribuição das ciências humanas nas artes marciais**: formação profissional, histórica e sociológica. Curitiba/PR: Factash, 2016.
- PIMENTA, T.F.F. **O Técnico de Artes Marciais no Brasil**: entre o “sagrado” e os “segredos” para o estabelecimento de uma profissão. 2016. 322f. Tese (Doutorado em Educação física) - Instituto de Biociências da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – Programa de Pós-Graduação em Ciências da Motricidade, Rio Claro, 2016.
- PLATONOV, V.K. **Tratado geral do treinamento desportivo**. São Paulo: Pioneira, 2008.
- POCHMANN, M. Trabalho e Formação. Porto Alegre, **Educação e Realidade**, v.37, n.2, p.491-508, maio/ago. 2012. Disponível em: http://www.ufrgs.br/edu_realidade. Acesso em: 30 out. 2019.
- PRONI, M.W. **Universidade, profissão Educação Física e o mercado de trabalho**. Motriz, Rio Claro, v.16 n.3 p.788-798, jul./set. 2010. Acesso em 15 maio 2020.
- RATTI, O; WESTBROOK, A. **As artes marciais do Japão feudal**. São Paulo: Madras, 2006.
- REGNIÉR, G. Talent detection and development in sport. *In*: SINGER, R.N. **Hand book of research in sport psychology**. New York: MacMillan, 1993.
- REID, H.; CROUCHER, M. O caminho do guerreiro: o paradoxo das artes marciais. **Pensamento Cultrix**, São Paulo: 2010.
- RESENDE, R.; PÓVOAS, S.; MOREIRA, J.; *et al.* Representação dos alunos sobre o que pensam ser um bom professor de educação física. *In*: ALBUQUERQUE, A; PINHEIRO, C; RESENDE, R. **A formação em educação física e desporto**: perspectivas internacionais, tendências atuais (pp. 183-198). Maia: Edições ISMAI, 2014.
- RESENDE, R; ALBUQUERQUE, A; GOMES, A. Rui. **Formação e Saberes em Desporto, Educação Física e Lazer**. Petrópolis: Vozes, 2016.
- RESENDE, R; SÁ, P.; BARBOSA, A.; *et al.* Exercício profissional do treinador desportivo: Do conhecimento a uma competência eficaz. **Journal of Sport Pedagogy and Research** 3(1):42-58, 2017.

ROSADO, A. *et al.* Athlete's retention of coach's instruction on task presentation and feedback. **International Journal of Performance Analysis in Sport**, Cardiff, v. 8, n. 1, p. 19-30, 2008.

RUFINO, L.G.B.; DARIDO, S. Lutas, artes marciais e modalidades esportivas de combate: uma questão de terminologia. EFDeportes.com, **Revista Digital**. Buenos Aires – Na o 16 – n. 158 – jul. 2011

_____; _____. Pedagogia do Esporte e das Lutas: em busca de aproximações. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**. São Paulo, v.26, n.2, p.283–300, abr./jun.2012.

_____; _____. A Produção Científica em Pedagogia do Esporte: Análise de Alguns Periódicos Nacionais. Conexões. Campinas, **Revista da Faculdade de Educação física da Unicamp**, v.9, n.2, p.110–32, maio/ago. 2011.

_____.; _____. O jiu-jitsu brasileiro nas três dimensões dos conteúdos nas aulas de educação física escolar. *In*: IV Colóquio de Pesquisa Qualitativa em Motricidade Humana: as lutas no contexto da motricidade/III Simpósio sobre o Ensino de Graduação em Educação Física: 15 anos do Curso de Educação Física da UFSCar / V Shoto Workshop, 4, 2009, São Carlos. **Anais...** São Carlos: UFSCar, 2009.

RUGIU, A.S. **Nostalgia do mestre artesão**. Campinas/SP: Autores Associados, 1998.

TAVARES JUNIOR, Antonio Carlos. **A formação profissional e a aplicação dos modelos de periodização do treinamento desportivo, por treinadores de judô de atletas de elite**. 162 f. Dissertação - (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Instituto de Biociências de Rio Claro, 2014.

SABINO JÚNIOR, M.; CAMILO JÚNIOR, L.F. Os desafios da pluralidade da atuação profissional: policial militar, atleta olímpico e técnico de nível internacional. *In*: CAMILO JÚNIOR *et al.* **Memórias de boas práticas no esporte**: profissionais de educação física no contexto do olimpismo. São Paulo: CREF4/SP, 2019.

SAMULSKI, D.M. **Psicologia do Esporte**: Manual para a Educação Física, Psicologia e Fisioterapia. São Paulo: Manole, 2002. v.1. 400p.

SANCHES, S.M.; RUBIO, K. Reflexões sobre o conceito de resiliência: superando adversidades no contexto esportivo. Rio de Janeiro, **Polêmica**, v.9, n.2, p.92–8, abr./jun. 2010.

SANDAY, P.R. The ethnographic paradigm. *In*: VAN MAANEN, J. **Qualitative methodology**. Londres: SagePublication, 1984.

SANTOS, F.; CÔRTE-REAL, N.; REGUEIRAS, L.; *et al.* O papel do treinador no desenvolvimento positivo dos jovens através do desporto: do que sabemos ao que precisamos saber. **Revista Iberoamericana de Psicología del Ejercicio y El Deporte**, v.11, n.2, p. 289-96, 2016.

SANTOS, S. L. C; CAMILO JÚNIOR, L. F; TORRALBA, M. A; *et al.* Olympic and world champion judo athletes: Motivation al aspects. **Journal of Physical Education and Sport Management**, 8(2), 24-31. 2017

RESENDE, R; SOUZA JUNIOR, T.P. Jogos de Oposição: nova metodologia de ensino dos esportes de combate. **Lecturas Educación Física y Deportes**. Buenos Aires, v. 14, p.1-2, 2010.

SÃO PAULO. **Escola de Educação Física e Esporte**. Universidade de São Paulo. Campus São Paulo. Disponível em: <http://www.eefe.usp.br/>. Acesso em: 1 fev. 2020.

_____. Secretaria da Educação, Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas. **Legislação Básica (Federal e Estadual)**. São Paulo, SE/CENP, 1985. Disponível em: <http://www.educacao.gov.sp.br>. Acesso em: 12 jan. 2020.

_____. Secretaria de Esporte, Lazer e Turismo (SELT). **Lei 13.918, de 22 de dezembro de 2009**. Disponível em: <<http://www.lpie.sp.gov.br/>>. Acesso em: 5 nov. 2019.

_____. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. **Instituto de Biociências** – Campus de Rio Claro. Disponível em [www. https://ib.rc.unesp.br](http://www.ib.rc.unesp.br) Acesso em: 1 fev. 2020

SCAGLIA, A.; GOMES, R.M. O jogo e a competição: investigações preliminares. *In*: VENÂNCIO, S.; FREIRE, J.B. (Org.). **O jogo dentro e fora da escola**. Campinas, SP: Autores Associados, 2005.

_____; MONTAGNER, P.C.; SOUZA, A.J. Pedagogia da competição em esportes: da teoria à busca de uma proposta prática escolar. Rio de Janeiro, **MotusCorporis**, v.8, n.2, p.20-30, 2001.

SEBRAE. **Programa SEBRAE de Artesanato**: termo de referência. Brasília: Sebrae, 2004-D. 93p

SILVA, M.F.G; SOUZA NETO, Samuel de; BENITES, L.C. A capoeira como escola de ofício. *Motriz*: **Revista de Educação Física** (Online), v. 15, p. 871-882, 2009.

SILVA, M.H.G.F. D. **O professor como sujeito do fazer docente**: a prática pedagógica nas 5as séries. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, USP. São Paulo, 1992.

SOUZA NETO, S.; BENITES, L.C.; SILVA, M.F. Da escola de ofício a profissão Educação Física: a construção do *habitus* profissional de professor. Rio Claro/SP, **Motriz**, v.16, n.4, p.1033-044, 2010.

SULEMAN, F. A emergência dos perfis profissionais em Portugal. *In*: Estado Actual da Investigação em Formação. **Actas do colóquio da Sociedade de Ciências da Educação**, maio, p.313–30, 1994.

TAVARES JÚNIOR, A.C.; OLIVIO JÚNIOR, J.A. O treinador de judô no Brasil. *In*: PIMENTA, T.; DRIGO, A.J. **Contribuições das ciências humanas nas artes marciais**: formação profissional, história e sociologia. Curitiba/PR: Factash, 2016.

TAVARES JÚNIOR, A.C; SILVA, L.H.; DRIGO, A.J. Judô: da origem à esportivização e sua atual relevância para o cenário esportivo brasileiro. **Revista Hominum**, São Paulo, v.3, n.16,dez.2014.

THOMAS, J.R.; NELSON, J.K. **Métodos de pesquisa em atividade física**. 3.ed. Porto Alegre: Artmed, 2002.

_____; SILVERMAN, S. **Métodos de pesquisa em atividade física**. 5.ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

TOJAL, J.B.G. A dicotomia teoria/prática na Educação Física. *In*: III Semana de Educação Física, São Paulo. **Anais**. São Paulo: Universidade São Judas Tadeu, 1995. p.17-23.

TRUSZ, R.A.; NUNES, A.V. A evolução dos esportes de combate no currículo do Curso de Educação Física da UFRGS. Porto Alegre, **Movimento**, v.13, n. 01, p.179-204, jan./abr. 2007.

TUBINO, M.J.G. **O que é esporte**. Rio de Janeiro: SENAC, 2006.

UNIVERSIDADE de São Paulo. Disponível em <http://www.usp.br> Acesso em: 25 jun. 2020.

UNIVERSIDADE Estadual de Campinas. Disponível em: <http://www.unicamp.br> Acesso em: 23 jun. 2020.

UNIVERSIDADE Estadual Paulista. Disponível em <http://www.unesp.br> Acesso em: 22 jun. 2020.

UNIVERSIDADE Federal de Minas Gerais. Disponível em: <http://www.ufmg.br> Acesso em: 20 jun. 2020.

UNIVERSIDADE Federal do Piauí. Disponível em: <http://www.ufpi.br> Acesso em: 21 jun. 2020.

UNIVERSIDADE Federal do Rio de Janeiro. Disponível em <http://www.ufrj.br> Acesso em: 23 jun. 2020.

UNIVERSIDADE Federal do Rio Grande do Sul. Disponível em: <http://www.ufgrs.br/esefid/site/> acesso em: 20 jun. 2020.

VERKHOSHANSKY, Y.V. **Treinamento desportivo: teoria e metodologia**. Porto Alegre: Artmed, 2001.

VIEIRA, D.; METZNER, A. Memórias e experiências profissionais de um praticante, medalhista olímpico e treinador de judô no âmbito internacional. *In*: CAMILO JÚNIOR *et al.* **Memórias de boas práticas no esporte**: profissionais de educação física no contexto do olimpismo. São Paulo: CREF4/SP, 2019.

VILLAMÓN, M. **Introducción al judo**. Espanha: Editorial Hispano Europea, 1999.

VILLELA, F.G. **Introdução ao Direito do Trabalho**. Rio de Janeiro: Campus Elsevier, 2008.

VIRGÍLIO, S. **A arte do judô**. Campinas: Papirus, 1986.

WERTHNER, P.; CULVER, D.; TRUDEL, P. An examination of a largescale coach education program from a constructivist perspective. *In*: SCHINKE, R. (Ed.). **Sport psychology insights**. London: Nova Science Publishers Inc., p. 337-54, 2012.

WINCHESTER, G.; CULVER, D; CAMIRÉ, M. Understanding how Ontario high school teacher coaches learn to coach. **Physical Education & Sport Pedagogy**, 18(4), 412-26, 2013.

WINTERSTEIN, P.J. "A dicotomia Teoria-Prática na Educação Física". **Anais III Semana de Educação Física** - Universidade São Judas Tadeu. São Paulo, 1995, p.38-45.

WYLLEMAN, P., LAVALLEE, D. A developmental perspective on transitions faced by athletes. *In*: WEISS, M. (Ed.) **Developmental sport and exercise psychology: a lifespan perspective**. Morgantown, W.V: Fitness Information Technology, 2004. p.503-24.

YIN, R.K. **Case study research: design and methods**. Londres: SagePublication, 1985.

APÊNDICES

APÊNDICE A - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

(Conselho Nacional de Saúde, Resolução 466/12)

O(a) Sr.(a) está sendo convidado(a) para participar de uma pesquisa de MESTRADO intitulada “Modelos de formação dos instrutores de Judô no Brasil: análise da contraposição entre os modelos tradicionais/artesanal e o profissional/científico” que será desenvolvida por Luiz Francisco Camilo Júnior, RG 711119772-4 SSP/RS, matriculado no Programa de Pós Graduação em Ciências da Motricidade, sob a orientação do Prof. Dr. Alexandre Janotta Drigo, professor do Programa de Pós-Graduação – Ciências da Motricidade da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Neto” – UNESP – Campus de Rio Claro (SP). O objetivo da referida pesquisa é analisar as contraposições entre os modelos tradicional/artesanal e profissional/científico, na formação dos instrutores de judô no Brasil. Os benefícios da pesquisa são: através da pesquisa poder-se-á identificar quais as necessidades dos instrutores de judô referente a sua formação e, por consequência, sua atuação na sociedade; identificar a necessidade de uma formação e atuação por partes dos agentes sociais em questão, pautada na aplicação da ciência; utilização de pesquisas científicas para que os agentes sociais possam pautar suas atuações de maneira profissional.

Caso o(a) Sr. (a) aceite participar desta pesquisa deverá conceder uma entrevista semiestruturada com aproximadamente dez (10) perguntas e um espaço para realizar sugestões, críticas e notas adicionais a sua entrevista. A entrevista em questão está programada para ser realizada no período de tempo entre quarenta e cinco (45) a sessenta (60) minutos. A coleta de dados será realizada através de aparelho gravador, posteriormente será transcrita pelo pesquisador responsável e em seguida enviada para que o Sr.(a) possa apreciar o material e fazer correções, caso sejam necessárias ao seu critério. Caso o Sr.(a) solicite a não gravação de sua fala, poderá ser anotado seus posicionamentos em um bloco de notas, mesmo assim, caso o Sr.(a) não se sinta confortável e apto a participar da entrevista através da gravação ou anotação em bloco de notas, o Sr.(a) poderá declinar de sua participação.

A aplicação do questionário de entrevista em questão pode gerar riscos, desenvolvemos as questões para que os riscos sejam os mínimos possíveis, tais

como: desconforto psicológico e controvérsia de ideias podendo gerar um clima desconfortável. Para minimizar esses riscos, informamos que, caso o entrevistado solicite, a aplicação da entrevista poderá ser pausada, reiniciada ou até mesmo encerrada, sem causar dano algum ao entrevistado, bem como o sigilo das informações prestadas até o momento e a identidade do mesmo. A qualquer momento, antes, durante ou após sua participação coloco-me à disposição para esclarecimentos sobre eventuais dúvidas que possam surgir com a pesquisa. A participação é voluntária e sua recusa em participar não lhe provocará nenhum dano ou punição. Você poderá se recusar a participar, ou retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem penalização alguma. Serão garantidos o sigilo e a privacidade de sua participação. Os dados coletados são confidenciais e serão utilizados unicamente para fins de pesquisa. Para participar não terá nenhuma despesa, bem como, não terá qualquer tipo de remuneração.

Seo(a) Sr.(a) se sentir esclarecido sobre a pesquisa, seus objetivos, eventuais riscos e benefícios, convido a assinar este Termo, elaborado em duas vias, sendo que uma ficará com o senhor(a) e a outra com o pesquisador.

Local/data

Assinatura do Pesquisador Responsável Assinatura do participante da pesquisa
e/ou representante legal (se for o caso)

Dados sobre a Pesquisa:

Título do Projeto: Modelos de formação dos instrutores de Judô no Brasil: análise da contraposição entre os modelos tradicionais/artesanal e o profissional/científico.

Pesquisador Responsável: Luiz Francisco Camilo Júnior

Cargo/função: Aluno

Instituição: Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP –
Campus de Rio Claro (SP)

Endereço: Av. Dr. Carlos Botelho, nº 2220, apto 171 – Centro – São Carlos (SP)

Dados para Contato: fone (16) 99617-4274

E-mail: luizfranciscocamilo@gmail.com

Orientador: Prof. Dr. Alexandre Janotta Drigo

Cargo/função: Professor

Instituição: Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP –
Campus de Rio Claro (SP)

Endereço: Av. 22 A, nº 1510 – Bela Vista – Rio Claro (SP)

Dados para Contato: fone (19) 99158-1247

E-mail: alexandredrigo@hotmail.com

Dados sobre o participante da Pesquisa:

Nome: _____

Documento de Identidade: _____

Sexo: () M () F _____ Data de Nascimento: ____/____/____

Endereço: _____

Telefone para contato: _____

(OBS- Informar os dados do representante legal, se for o caso).

<p>CEP-IB/UNESP-CRC Av. 24A, nº 1515 – Bela Vista – 13506-900 – Rio Claro/SP Telefone: (19) 35269678 Número do parecer: 07938219.7.0000.5465</p>

APÊNDICE B - Instrumento de Coleta de Dados/ Questionário

OBSERVAÇÃO: Todos os dados coletados por este instrumento de pesquisa estarão protegidos pela privacidade deste objeto de estudo.

Primeira Parte

Dados Gerais: identificação; experiência esportiva enquanto atleta; experiência esportiva enquanto técnico.

1) Nome:	
Entidade:	
Idade:	Sexo: ()M ()F
Início da atuação como técnico desportivo:	
Possui outra ocupação/profissão: ()sim () não Qual:	

2) Experiência enquanto Atleta	
Início das atividades:	
Início das competições:	
Resultado de maior destaque:	

3) Experiência enquanto técnico	
Início das atividades:	
Experiência de maior destaque como técnico:	
Resultado de aluno com maior destaque:	

Formação profissional: formação em Educação Física; formação em outros cursos de nível superior; formação em nível de pós-graduação; cursos de capacitação; principais cursos de formação.

Formação Educação Física	Ano de ingresso	Ano de conclusão	Instituição
Licenciatura Plena ()			
Licenciatura ()			
Bacharelado ()			

Formação em Outros Cursos	Ano de ingresso	Ano de conclusão	Instituição

Cursos de Pós-Graduação	Ano de ingresso	Ano de conclusão	Instituição

Formação em Judô: graduação faixa preta; graduação atual; cursos de capacitação; participação em credenciamento técnico.

Graduação Faixa Preta	Ano da Promoção	Federação Estadual
Graduação Atual	Ano da Promoção	Federação Estadual
Cursos de Capacitação em Judô	Ano	Instituição Responsável
Credenciamentos Técnicos	Ano	Instituição Responsável

Segunda Parte

Temas Geradores: definição de um técnico de Judô; competências necessárias; formações necessárias.

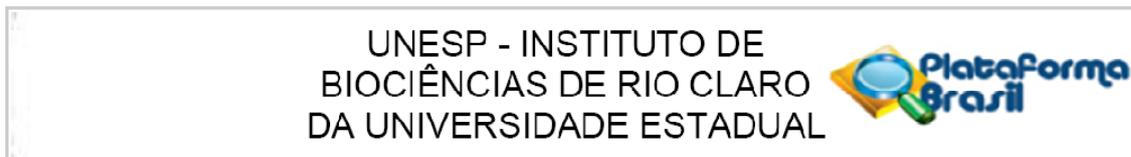
- 1) Qual a definição que o (a) Sr. (a) daria para um bom instrutor/técnico de judô?
- 2) Quais são as competências ou conhecimentos necessários para ser um bom instrutor/técnico de judô?
- 3) Sobre o trabalho com judô, poderia descrever como realiza a formação dos judocas?
- 4) Sobre o trabalho com Judô, poderia descrever como realiza o treinamento de atletas de judô?
- 5) Quais referencias (literatura e/ou pessoas) utiliza para sua atuação?

Obs: Questionário para o grupo 3 de professores universitários que trabalham com judô.

- 1) Qual a definição que o (a) Sr. (a) daria para um bom instrutor/técnico de judô?
- 2) Quais são as competências ou conhecimentos necessários para ser um bom instrutor/técnico de judô?
- 3) Sobre o trabalho com judô, poderia descrever como realiza a formação dos alunos para a atuação no mercado?
- 4) Sobre o trabalho com judô, poderia descrever como realiza a formação dos alunos para trabalhar com treinamento de atletas de judô?
- 5) Quais referencias (literatura e/ou pessoas) utiliza para sua atuação?

ANEXOS

ANEXO A - Parecer consubstanciado do CEP



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: MODELOS DE FORMAÇÃO DOS INSTRUTORES DE JUDÔ NO BRASIL: CONTRAPOSIÇÕES ENTRE OS MODELOS TRADICIONAL/ARTESANAL E PROFISSIONAL/CIENTÍFICO

Pesquisador: LUIZ FRANCISCO CAMILO JUNIOR

Área Temática:

Versão: 4

CAAE: 07938219.7.0000.5465

Instituição Proponente: Universidade Estadual Paulista "Julio de Mesquita Filho"

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 3.386.160

Apresentação do Projeto:

Trata-se de uma pesquisa de Luiz Francisco Camilo Júnior, RG 711119772-4 SSP/RS, a ser realizada sob a orientação do(a) Prof(a). Dr(a). Alexandre Janotta Drigo, Programa de Pós-graduação – Ciências da Motricidade da Universidade Estadual Paulista. Tem como temática “Modelos de formação dos instrutores de Judô no Brasil: análise da contraposição entre os modelos tradicionais/artesanal e o profissional/científico”.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Analisar judocas de diferentes tipos de formação, tradicional e acadêmica, no que tange as demandas de trabalho no judô, com o intuito de investigar o grau de cientificidade, tecnologia e modelos pedagógicos existentes atualmente na modalidade.

Objetivo Secundário:

a) Analisar os documentos e projetos de formação de profissionais de entidades dirigentes do judô (confederação e federações). b) Investigar os currículos acadêmicos, os cursos de extensão e as pesquisas dos cursos de educação física de Universidades enquanto análise documental da formação profissional voltada ao judô. c) Investigar através de entrevistas aplicadas a treinadores de judô de diferentes formações e/ou locais de atuação (clubes, seleções ou Universidades) o atual estágio da modalidade no que tange a formação profissional e aplicação dos modelos tradicional e

Endereço: Av.24-A n.º 1515

Bairro: Bela Vista

CEP: 13.506-900

UF: SP

Município: RIO CLARO

Telefone: (19)3526-9678

Fax: (19)3534-0009

E-mail: cepib@rc.unesp.br

UNESP - INSTITUTO DE
BIOCIÊNCIAS DE RIO CLARO
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL



Continuação do Parecer: 3.386.160

acadêmico."

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

"Riscos:

Tendo em vista que esta pesquisa trabalhara apenas com entrevistas semi estruturadas como instrumento de coleta de dados, os riscos decorrentes dizem respeito a possibilidade dos participantes se sentirem desconfortável ou constrangido frente a algumas questões relacionadas na entrevista. Informamos no entanto que tais riscos são mínimos. Para minimizar tais riscos, a entrevista será marcada em local privado e sem interferência de terceiros. O participante poderá escolher a melhor forma e local para realização da pesquisa, a depender de sua disponibilidade, caso sinta-se constrangido com algumas questões, o mesmo poderá deixar de responder se caso assim o desejar. A entrevista sera gravada em áudio pois com a gravação sera possível coletar recortes e opiniões de suma importância para esta pesquisa, no entanto caso o participante peça, ao invés da gravação, poder-se-á anotar as informações coletadas.

Benefícios:

Quando verifica-se a sobreposição de modelos novos em relação a modelos já existentes na história da humanidade, geralmente se dá de forma conflituosa. Observando que o judô tem se tornado cada vez mais profissional no que tange a formação de atletas e competições, a formação tradicional/artesanal tem aos poucos sendo transformada. Através deste estudo espera-se como benefício, ao judô brasileiro, compreender este processo e propor propostas que harmonizem as partes ou ao menos minimizem os conflitos para a modalidade."

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

"Este estudo optou por, tratando-se de uma pesquisa da área das ciências humanas, utilizar a abordagem qualitativa. Utilizando métodos de triangulação de dados entre fontes documentais, literatura específica e entrevistas semi estruturadas. Para a entrevista semi estruturada será utilizado o método de análise de conteúdo com posterior categorização dos dados (Bardin)."

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

O TCLE foi apresentado segundo as normas vigentes:

- Informa o nome do pesquisador responsável e RG;
- Informa título, objetivos, riscos e benefícios;
- Informa a metodologia em linguagem clara e acessível;
- Há uso de roteiro para o procedimento proposto e está anexado ao processo;
- Informa sobre os riscos e forma de minimizá-los;

Endereço: Av.24-A n.º 1515

Bairro: Bela Vista

CEP: 13.506-900

UF: SP

Município: RIO CLARO

Telefone: (19)3526-9678

Fax: (19)3534-0009

E-mail: cepib@rc.unesp.br

UNESP - INSTITUTO DE
BIOCIÊNCIAS DE RIO CLARO
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL



Continuação do Parecer: 3.386.160

- Informa que não haverá custos para participação na pesquisa e nem ressarcimento de qualquer natureza;
- Garante a privacidade e sigilo sobre dados do participante;
- Informa sobre o direito de desistência da pesquisa a qualquer momento;
- Informa sobre o direito de pedir esclarecimentos da pesquisa;
- Informa contatos com o CEP local;
- Informa sobre as duas vias do TCLE;
- Termina o TCLE na forma de convite.

Com relação à solicitação anterior do CEP:

"Solicito ao pesquisador incluir a informação (acima) sobre a gravação da entrevista e forma alternativa caso o participante não concorde na IBPs no campo Riscos, bem com no TCLE. Além disso, solicito ao pesquisador que o texto informado em Riscos e minimização dos mesmos nas IBPs seja o mesmo informado no TCLE".

O pesquisador atendeu a solicitação adequadamente.

Recomendações:

Indicar o endereço e telefone de contato profissional no campo dos dados do pesquisador.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

O CEP REFRRENDA O PARECER DO RELATOR:

"Sugiro aprovação pelo CEP".

Considerações Finais a critério do CEP:

O projeto encontra-se APROVADO para execução. Pedimos atenção aos seguintes itens:

- 1) De acordo com a Resolução CNS nº 466/12, o pesquisador deverá apresentar relatório final.
- 2) Eventuais emendas (modificações) ao protocolo devem ser apresentadas, com justificativa, ao CEP de forma clara e sucinta, identificando a parte do protocolo a ser modificada.
- 3) Sobre o TCLE: caso o termo tenha DUAS páginas ou mais, lembramos que no momento da sua assinatura, tanto o participante da pesquisa (ou seu representante legal) quanto o pesquisador responsável deverão RUBRICAR todas as folhas , colocando as assinaturas na última página.

Endereço: Av.24 A n.º 15-15

Bairro: Bela Vista

CEP: 13.506.900

UF: SP

Município: RIO CLARO

Telefone: (19)3526-9678

Fax: (19)3534-0009

E-mail: cepib@rc.unesp.br

**UNESP - INSTITUTO DE
BIOCIÊNCIAS DE RIO CLARO
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL**



Continuação do Parecer: 3.386.160

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BASICAS_DO_PROJETO_1287450.pdf	24/05/2019 13:22:25		Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TcleCamilo.pdf	24/05/2019 13:21:12	LUIZ FRANCISCO CAMILO JUNIOR	Aceito
Outros	InstrumentoColetaDados.docx	25/03/2019 18:08:17	LUIZ FRANCISCO CAMILO JUNIOR	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	ProjetoCAMILO2018.docx	02/02/2019 11:01:30	LUIZ FRANCISCO CAMILO JUNIOR	Aceito
Folha de Rosto	FolhaRostoAssinadaUnesp.pdf	02/02/2019 10:59:04	LUIZ FRANCISCO CAMILO JUNIOR	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

RIO CLARO, 12 de Junho de 2019

**Assinado por:
Flávio Soares Alves
(Coordenador(a))**

Endereço: Av.24-A n.º 1515

Bairro: Bela Vista

CEP: 13.506-900

UF: SP

Município: RIO CLARO

Telefone: (19)3526-9878

Fax: (19)3534-0009

E-mail: cepib@rc.unesp.br